

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



80

© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

1º Vice-Presidente: João Gualberto Moreira Vasconcelos

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Vinícius Muline dos Santos

Secretário Adjunto: Ivonete Rodrigues Guedes

Tesoureiro Geral: Gilber Rubim Rangel

Tesoureiro Adjunto: João Roberto Vasco Gonçalves

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Rogério Zanon da Silveira. Suplentes: Ricardo Brunow Costa e Wanda Maria Bernardi Capistrano Alckmin

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Eliana Barbosa de Souza, Paulo Stuck Moraes, Pedro J. Nunes, Vinícius Muline dos Santos

Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica: Paulo Stuck Moraes

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Discurso de posse na presidência do IHGES em junho de 2023

Mais uma vez vemo-nos aqui, eu junto a alguns preclaros consócios, assinando o livro que registra a posse da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nesta minha sexta vez, que tudo indica será a última, olho para trás, para esses quinze anos passados, e me pergunto o que fizemos nós de bom aqui dentro. Se há algo do que nos orgulharmos, e tenho certeza de que há sim, é de não só mantermos viva a ideia que levou à criação e instalação deste grêmio naquele 12 de junho de 1916, faz hoje 107 anos; devemos nos orgulhar também de, entre altos e baixos, como são os ciclos da natureza e das sociedades em geral, termos conseguido manter nossas vontades focadas e as nossas forças empenhadas em continuar produzindo, e congregando os que produzem, conhecimento. Conhecimento é uma soma, um acúmulo, do que se fez, do que se pensou, do que se registrou ao longo dos tempos. Particularmente, e trago essa ideia do primeiro dia de aula na minha Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, não acredito muito em “inventores da roda”; acredito é em cooperação entre estudiosos, na congregação de conhecimentos. Em partir do que já está feito, sem a necessária e obrigatória intenção de simplesmente refutar. As novas abordagens, as novas interpretações, tão necessárias ao desenvolvimento das ciências sociais, devem se ater aos limites éticos e metodológicos traçados para a busca da verdade, e a verdade, em termos históricos, está inexoravelmente ligada ao que de fato aconteceu. As interpretações se fazem é de nexos causais, de intenções e de consequências. Estas, sim, são infinitas em suas possibilidades. Mas não percamos de vista, os investigadores, o longo fio da História,

o complexo mecanismo do desenrolar dos processos históricos no tempo, pois do contrário perderemos a referência, e daí uma hora podemos olhar para os lados com a desagradável sensação de não sabermos onde estamos. Não é, sem dúvida, um bom ponto de partida para se construir conhecimento histórico. Desculpem-me por proferir obviedades, mas é que me parece estar se aproximando o tempo anunciado por Gilbert Keith Chesterton em que será necessário demonstrar que a grama é verde.

Esse tempo é o nosso tempo, e não podemos fugir dele. Cabe a nós, que nos propomos fazer algo para tentar explicar a nós mesmos e à sociedade um pouco do aparente caos em que nos movemos, apreender, compreender e ordenar. Como outros fizeram antes de nós em seu tempo. Que não era pior nem melhor que o nosso, era o seu próprio tempo. O tempo em que viveram, criaram e registraram o material de que agora nos utilizamos, para agregar a ele ou para refutá-lo, mas sempre utilizando-nos da metodologia adequada e balizando-nos pela ética. Sempre numa operação dialética, visando a continuar a construção do edifício do conhecimento.

Com essa outra obviedade, retorno o pensamento à nossa Casa, à Casa do Espírito Santo, que abrigou intelectualmente tantas pessoas notáveis pelo conhecimento e pelas realizações. Há quem considere esse modelo de casas de cultura fadado ao desaparecimento. Quem sabe? Congregando eruditos na forma de academias, esse modelo remonta ao século XVII. No Brasil, foram criados no século XVIII. Especificamente como Instituto Histórico, vêm entre nós da primeira metade do século XIX. Talvez o que se possa dizer a respeito é que não há mais o favor estatal na mesma intensidade como o havia no início, na época do cardeal Richelieu ou do Imperador D. Pedro II. E esse favor não se externa apenas na forma de financiamento: apoiar algo é, no mínimo, se mostrar simpático, ou favorável. Esse mínimo, felizmente para nós, existe, é for-

çoso reconhecer-se. Mas não passa muito daí: se essas associações se mostram simpáticas e até mesmo meio excêntricas para aqueles que ao menos sabem que elas existem, a partir daí a questão se mostra mais complexa. Na mentalidade que se foi criando nos últimos anos, novidade é só o que interessa. Assim, se não realizarmos algo novo a cada dia — por exemplo, e gosto de brincar assim —, se não encontrarmos uma página do diário de bordo da nau Glória, que trouxe Vasco Coutinho ao Espírito Santo, e as divulgarmos todos os dias, de preferência em vídeos de menos de um minuto nas redes sociais, não teremos notoriedade. É isso, senhores, ou gravarmos algumas danças no aplicativo Tik Tok e postá-las na nossa conta do Instagram. Não me parece ser esse o nosso propósito.

A curiosidade intelectual, o interesse pelo conhecimento, esse surpreendente “defeito de caráter”, como às vezes é considerado por aí, acabará sempre por se revelar em uma ou outra pessoa, que procurará se juntar a outras em que reconheça o mesmo “defeito de caráter”, pois afinal o homem é um ser gregário. E assim, associações com esse propósito sempre irão existir, adotem o formato que adotarem. O que ocorre é que, como criações humanas, as instituições são orgânicas, no sentido de estarem sempre em movimento, sempre em evolução. É o que acontece com as nossas Casas. Por outro lado, é óbvio que, utilizando-se do anacronismo, que é a “metodologia” correntemente adotada pelo vulgo na consideração dos fatos históricos, seremos reprovados e até cancelados no futuro por não termos, por exemplo, gravado essa cerimônia. Ou não termos citado na ata um grupo ou classe social qualquer que nos dias de hoje sequer esteja estabelecido e reconhecido como tal. Não nos iludamos, seremos certamente reprovados no futuro. O que ficará de tudo isso é o que produzimos, e friso sempre esse ponto. O conjunto do que produzimos tem hoje o nome corrente de legado, e quanto a este tenho cuidado ao longo desses cinco mandatos para que fi-

que como o melhor que nos foi possível realizar, do alto das nossas limitações, da simpatia que eventualmente despertemos, do pouco conhecimento a nosso respeito, da falta de financiamento às nossas causas. Mas como resultado do prurido intelectual que algumas pessoas desenvolveram, e da boa vontade delas em fazer disso algo de bom - isto é, de belo e de útil. Utilidade e beleza continuarão a moldar nossas ações, é o que podemos prometer neste ato de posse. Agradeço a todos pela renovação da confiança no nosso projeto, na nossa maneira de propor aos associados um caminho para seguirmos. Uma maneira que, se é fortemente fundamentada no que vi e vivi aqui dentro quando da minha chegada a esta Casa, no entanto ao longo desse tempo teve de ser adaptada, para continuar a fazer sentido. É exatamente nessa adaptação, um processo diuturno, muitas vezes estafante por si só, que contamos, a diretoria, com o concurso dos associados.

Uma das cabeças pensantes nesse processo, com certeza das mais atuantes, é a do associado Paulo Stuck Moraes. Depois de quase trinta anos de diretoria, no quadro dos eleitos, ele se afasta para ir se dedicar integralmente ao Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica, um departamento do IHGES, de que é ele o mentor, diretor e animador. Paulo Stuck é, hoje, dos mais respeitados genealogistas em atividade no Espírito Santo, com assento no Colégio Brasileiro, no Rio de Janeiro. Suas pesquisas constituem fonte, de referência e de dados, para outros pesquisadores. Atuante e cada vez mais especializado, Paulo Stuck se junta ao quadro da diretoria nomeada, e como não poderia deixar de ser, terá seu mandato renovado à frente do órgão que dirige. Aqui cabe um esclarecimento: na forma do Estatuto, a diretoria do IHGES se compõe do quadro de diretores eleitos — o presidente e os quatro vices — e do quadro de nomeados, dentre eles obrigatoriamente secretário, tesoureiro e seus adjuntos. A propósito, um governador do Estado

que nos visitou nos idos de 2014, ao saber que na diretoria havia quatro vices, disse que se ele pudesse ter quatro vice-governadores seus problemas com a oposição estariam equacionados. Ou pelo menos em tese... Aqui, nós, oficialmente, não temos os problemas inerentes à política partidária, mas nos deparamos com outros desafios. Basicamente respondemos a esses desafios nos concentrando em congregar, produzir e divulgar. Pretendemos redobrar nossos esforços para reforçar cada um desses eixos de atuação.

Agradeço então aos vice-presidentes que vêm comigo há tanto tempo, e dou as boas-vindas ao vice-presidente que agora se junta a nós na diretoria: o consócio João Gualberto Moreira Vasconcelos. Cientista político, analista fino e perspicaz, João Gualberto será em alguma medida um mediador das nossas relações com o mundo da política, visivelmente hipertrofiado nesta quadra da nossa História. Empreendedor que se comunica e bem, ligado em novas tecnologias, poderá mediar uma nova maneira de comunicarmos e divulgarmos. Vem para somar ao trabalho dos demais diretores, que cada um, dentro das suas características e aptidões, contribui para que entreguemos o resultado que entregamos.

Com essas palavras, de boas-vindas à nossa renovada equipe, declaro empossada a diretoria que estará à frente do IHGES no triênio 2023/2026.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

O romance Ema, La Cautiva¹ de César Aira e os referentes históricos | 17

Ester Abreu Vieira de Oliveira

A influência da Escola do Recife no Espírito Santo | 27

Marcela Guimarães Neves

Sons, palavras e professoras | 31

Regina Menezes Loureiro

A Polícia Civil Capixaba desde 1808 | 37

Custódio Serrati Castellan

As origens históricas das subunidades, unidades e comandos especializados da Polícia Militar do Espírito Santo | 65

Gelson Loiola

O Bandes nos anos 1990: um banco “para fora” (parte 2) | 85

Anaximandro Amorim

Marinheiros e marítimos: heróis da Marinha e o vulto de Bernardo José dos Santos | 113

Getúlio Marcos Pereira Neves

Breve síntese da história da escravidão no Espírito Santo apoiada na historiografia | 129

Adriana Pereira Campos

A história da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes de Barra do Itapemirim/Marataízes | 141

Bárbara Péres

VITÓRIA – IMAGENS E LOGRADOUROS

A cidade oculta | 149

Pedro J. Nunes

Revivendo o viaduto Caramuru | 153

Eliane Lordello e Anna Karine Bellini

Breve conversa sobre um viaduto | 173

Bernadette Lyra

Fantasma sobre a rua do fogo | 175

Luiz Guilherme Santos Neves

Pessanha Póvoa, Du Guay-Trouain e o Forte de Piratiniga | 181

Getúlio Marcos Pereira Neves

HOMENAGENS

O popular Caboclo Bastião da época áurea do Rádio | 189

Aldo José Barroca

Caco Appel: breve memorial | 193

Pedro J. Nunes

DOCUMENTOS

Descrição do município de Guarapari em 1881 | 201

Câmara Municipal de Guarapari

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

75 anos da Academia de Letras de Vila Velha | 219

Getúlio Marcos Pereira Neves

Elogio dos associados falecidos 2022/2023 | 223

Manoel Goes Neto

Discurso de posse | 227

Romulo Felipe

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório da gestão 2020-2023 | 235

ARTIGOS

O ROMANCE *EMA, LA CAUTIVA*¹ DE CÉSAR AIRA E OS REFERENTES HISTÓRICOS

Ester Abreu Vieira de Oliveira*

Resumo: Apresenta-se o romance *Ema, La Cautiva*, mencionam-se os referentes históricos da narrativa que registram o povoamento do pampa argentino, e busca-se identificar as marcas de uma narrativa histórica.

Ema, La Cautiva (1981), romance de César Aira² que se pode inserir na literatura romanesca, oferece um título com dois lexemas unidos e ou separados por uma vírgula. O segundo esclarece o primeiro na estrutura apositiva, indicando a matéria que nele é tratada: vida de brancos e índios. No primeiro o nome do herói epônimo e também de uma ave corredora de asas reduzidas, nativa da América do Sul, e no segundo o resultado de povoamento no sul do pampa argentino, o aprisionamento de mulheres brancas pelos indígenas.

A obra está centrada numa vida humana errante do pampa, apresentada nas descrições dos costumes dos soldados, dos oficiais e de seus nativos habitantes.

* Professora Emérita da Ufes, graduada e doutora em Letras Neolatinas, Pós doutora em Teatro Contemporâneo, está como Presidente da AEL (período 2023-2025), e, no Espírito Santo é membro do IHG, da AFEL, da ACLAPTC e da APEES.

¹ AIRA, César. *Ema, La Cautiva*. 1ª. ed. Buenos Aires, Belgrano, 1981. AIRA, O tema de essa obra foi tratado em publicação da *Revista América Hispânica*, em 1990, ano III jan/jun Literatura & História e apresentado no curso de doutorado ministrado pela Profa Dra. Bella Josef na UFRJ.

² César Aira é um escritor, crítico literário e tradutor argentino de muita produção e com prêmios internacionais. Nasceu em 23 de fevereiro de 1940, em coronel Pringles, situado na parte sul do pampa argentino. Depois de *Ema, La Cautiva*, obra publicada, em 1981, foram lançados mais de quarenta romances desse escritor, fora panfletos e contos. Ele classifica *Ema, La Cautiva* como uma narrativa gótica.

A narrativa inicia-se num amanhecer e apresenta, num ambiente despovoado e numa natureza cheia de mistério, mas bela uma caravana que vai em direção do forte de Plingles, e é composta por soldados, prisioneiros, e uma jovem mulher de cabelos pretos, quase uma menina, com um filho nos braços. Era Ema.

Durante o trajeto, Ema foi estuprada pelos soldados e pelo capitão, e se tornou uma espécie de amante de um engenheiro francês. No forte, ela é amante de um oficial, mas, depois, se casou com Gombô, um soldado que ali prestava serviço; fez amizades com os indígenas e, por causa de um “malón”,³ conheceu de perto sua cultura e com eles aprendeu a criar faisão, a viver a vida paradisíaca do ócio⁴ e a exercitar o pensamento. Voltou ao forte, mas com o prestígio de criadora de faisões e vai manter comércio com brancos e com os povos originários, mas a sua índole errante a leva a locomover-se em direção ao mar, às vésperas da quarta maternidade.

A narrativa tem o seu início no interior do pampa argentino, mas é levada para o mar. Todavia a vida de Ema está marcada por grande deslocação: sair de Buenos Aires, ir para Pringles, seguir para Carhué, voltar a Pingles e prosseguir para o mar (Baía Blanca) numa estrutura aberta, acentuando a ideia de viagem ainda não acabada e sempre com a possibilidade de retomá-la.

A movimentação espacial de Ema dá oportunidade ao narrador onisciente de não só descrever as características geográficas, como também citar figuras como a do coronel Lavalle, vulto histórico da independência argentina, e a do ínativo Catriel, o cacique

³ Ataques inesperados dos indígenas no pampa argentino, em geral, matavam os homens e levavam as mulheres como prisioneiras (“las cativas”), dessa mestiçagem surge “el gaucho”.

⁴ O ócio, parte integrante da paisagem, é vicioso, nefasto no jogo dos oficiais, confinados em salões mal arejados e mal iluminados; mas é considerado benfazejo na vida meditativa e livre dos índios.

que colaborou com o exército argentino para impor a ordem na Província de Buenos Aires. Mas a História é ciência factual e, diferentemente da ficção deve formular enunciados explicativos acerca de eventos singulares, pertencentes ao passado e comprovados por documentos. Por outro lado, a narrativa literária, que vê na fábula o seu principal objetivo, não tem essa preocupação, e se vale dos fatos históricos como fios de sua trama. Por isso em *Ema, La Cautiva*, o narrador só quer mostrar uma frágil menina-mulher, com um filho, sendo levada para um meio hostil, e evidenciar a evolução física, mental e social da personagem. Não interessa ao narrador comprovar a veracidade histórica do povoamento do pampa e da fundação de Pringles, nem da existência de animais asiáticos como nativos na América, como os grandes e exóticos faisões. Tudo é um pretexto para caracterizar a protagonista. E, por isso, não há divisões cronológicas, nem medidas de durações variáveis nas épocas, nem a preocupação de assinalar o aqui e o agora da História. A natureza, que também é uma protagonista, é considerada na paisagem abrupta do pampa e não como um pretexto para descrição da paisagem dessa região e das redondezas de Coronel Pingles ou como um elemento estático e ornamental, mas como um elemento selvagem que lembra *La vorágine* (1924), do colombiano José Eustasio Ribera, em que a natureza é um elemento dominador, ou como também tratam do mesmo tema as obras: *Doña Bárbara* (1929) de Rómulo Gallegos e *Los pasos perdidos* (1953) de Alejo Carpentier.

A verdade empírica e a ficção se unem na narrativa literária, mas os conhecimentos da realidade da paisagem descrita e da história de Pringles não contribuem para intensificar e diversificar a função estética do texto de Cesar Aira, que nos remete ao passado pela afirmação do narrador de que se trata da Argentina do século passado e pelas pinceladas na história como o despovoamento do pampa argentino, existência de fortes e presença de figuras histó-

ricas que se transformaram no discurso em seres ficcionais. Mas, a utilização de tempos verbais no passado não faz realidade essa ficção, porque não se deu destaque a acontecimentos históricos. O narrador procura ser impessoal e utiliza a 3ª pessoa, como se o relato se contasse por si só. A estrutura é simples, semelhante às narrativas dos romances de viagem, nas quais transitam entre o relato não-ficcional e a ficção e se transformam de acordo com o contexto histórico e o objetivo do autor, desenvolvendo a ideia de felizes os observadores e os imaginativos. Nessa obra se recria o mito do selvagem em seu habitat, mostrando as viagens e o cotidiano de Ema. Nela convergem as diferentes tendências da literatura americana, tais como a exaltação à natureza utópica e luxuriante, a apresentação do exótico nativo, o desenvolvimento de uma ideologia e a valorização da paisagem regional.

No livro há constantes episódios de viagens livres ou forçadas de carroça ou a cavalo feitas pela protagonista e o seu contato com diversas tribos de indígenas, mas não são dados históricos, pois significam a aventura mítica espiritual ou psicológica e a aprendizagem de Ema. Um exemplo dessa situação pode ser quando Ema, com os demais prisioneiros, vinha no carro de boi descoberto e começou a chover:

Em certo momento começou a diminuir a luz como se o dia se rendesse a uma noite de ternura impaciência; e para complicar o quadro logo esteve chovendo numa grande escuridão. Os soldados cobriram-se com os seus ponchos que estavam enrolados nas cadeiras, com gestos molengos que a chuva indecisa que lhes molhavam as mãos e fazia sair do pelo dos cavalos um odor penetrante. Os homens e as mulheres das carretas não se moveram. Apenas um ou outro levantava a cara para a água que caía para lavar-se como um morto. E ninguém falava. Nem todos

tinham aberto os olhos. Pouco a pouco voltou a claridade, e as nuvens ficaram brancas. A falta de vento tornava irreal a cena da viagem.⁵

Nesse romance os quatro elementos da natureza dão uniformidade à paisagem. Eles se unem na paisagem e no voo dos pássaros. Terra e água são os que mais se identificam com a personagem central, Ema. São passivos e femininos. Com água lemos os lexemas: chuva, rio, banho, mergulho, neve, granizo e mar simbolizam renovação espiritual de perfeição da personagem crescimento econômico e fertilidade. O ar é um elemento ativo. Destaca-se na brisa, no vento, na tempestade e no perfume. O fogo está unido à ideia do aconchego e da alimentação. O vento forte que vem com a tempestade contribui para a mudança de vida da personagem, com sua força energética contém o fogo, o vento e a água, produz maior ação na narrativa acelerando o ritmo.

Ema, La Cautiva está dividida em onze capítulos, sem títulos, contendo pausas variáveis no primeiro, quatro, e duas, no segundo e oitavo capítulos. Esses espaços em branco de diversos tamanhos nas páginas têm a função de indicar um novo motivo, modificar o ritmo da leitura, afastando a atenção do leitor. Cada capítulo traz uma nova indicação de lugar, tempo e ação da viagem de Ema pelo pampa argentino. Cada parada, ou descanso da protagonista, favorecerá a eclosão de uma nova viagem e aprendizagem. O primeiro capítulo é o mais extenso; nele o narrador menciona os personagens Ema e Espina e nos apresenta a paisagem e a caravana, faz uma pausa, comum espaço em branco e modifica o ritmo da narrativa. Depois mostra uma região plana do Pampa, assinala a brutalidade dos soldados dessa caravana, descrevendo uma caça de “vizcacha” — os ratos dos banhados — e, apresenta um personagem opositor à

⁵ p. 8-9 a tradução é nossa.

selvageria dos militares: Durval, um educado e sensível engenheiro francês, de uns trinta e cinco anos, contratado pelo governo para trabalhos especializados na fronteira. Ele não falava o idioma, nem o entendia. Sua comunicação era restrita a alguns oficiais. Observava e julgava. Considerava os homens animais e a sua sociedade inumana, sofria com as intempéries e com a alimentação. Isolava-se; isso o proporcionava observar e confrontar a civilização européia com a americana e pôr em destaque a vida no “novo continente” e dar ao narrador a oportunidade de aproveitar da ideia desenvolvida por Domingos Faustino Sarmiento (século XIX) da oposição entre civilização em *Facundo, ou Civilização ou Barbárie*⁶, oferecendo à sua história um reforço de tempo passado. Mas a permanência na narrativa desse engenheiro não ultrapassa o primeiro capítulo. Sua função é de sensibilizar o leitor, para mostrar uma paisagem luxuriante e o sofrimento dos cativos, inclusive de Ema, denunciando o maquiavelismo da política dominante, a injustiça social e modo de vida dos soldados e oficiais.

No segundo capítulo o dia a dia de Ema é narrado e o forte Pringles é descrito. Depois há uma aceleração do ritmo do discurso narrativo para apresentar a vida familiar de Ema junto a Gombô, a vida na aldeia indígena e no forte. No sexto capítulo, durante um “malón” em um dia de tempestade e neve, ocorre o rapto de Ema, com seu filho pequeno, Franquisquiño, e às vésperas de ter o segundo filho. No sétimo, começa a narrativa da sociedade indígena e dos conhecimentos que dela Ema adquirirá. No décimo capítulo

⁶ Em *Facundo*, Sarmiento associa a civilização a um modelo de desenvolvimento semelhante ao que era adotado nos Estados Unidos. Civilizar o país, seria povoá-lo com imigrantes brancos, desenvolvê-lo com industrialização e ferrovias, povoar os pampas. No seu conceito de barbárie, do “selvagem inculto dos pampas”, havia racismo. O programa de Sarmiento para a Argentina não é somente modernizador, pois trata-se também de um projeto de *branqueamento*.

ocorre a volta de Ema a Pringles e seu aparecimento como criadora de faisão. No décimo terceiro, Ema sai novamente de Pringles, agora voluntariamente, e se dirige para o mar.

A estrutura da obra repousa numa armação histórica apesar de não obedecer à técnica formal dos romances históricos na apresentação de capítulos não titulados. O espaço e o tempo estão justificados no primeiro capítulo na descrição das regiões desértica do pampa argentino do final do século XIX: “[...] A razão os ia abandonando no deserto, o lugar excêntrico da lei na Argentina do século passado.”⁷ Também reafirmam a História as descrições dos fortes Azul e Pingles, base da povoação do pampa, e, reafirmamos, as menções de vultos históricos como Catriel e Lavalle.

Na região do Pampa argentino, que vai de Santa Fé ao Norte à Baía Blanca ao sul, lá pelo ano 1870–1880, quando Avellaneda representava o governo argentino, realizou-se a “campanha do deserto” que terminava um longo ciclo de guerras contra os ínativos. Esta campanha culminou com a liberação do pampa à colonização e levou a civilização à patagônia. Nessa região habitavam o sínidos querandis, os riauqueles e os tehuldes, que hoje se pode considerar extintos. A povoação dessa região surge com a organização de fortes em torno dos quais surgiram povoações-núcleos, início de futuras cidades. É por esse motivo que se mencionaram só os fortes Azul e Pringles na narrativa que o autor chama “gótica” e a região Pringles, com a qual o narrador exalta a civilização indígena também faz parte da história desse povoamento e é lugar de nascimento do autor, possivelmente, por isso é destacada por ele.

Segundo os arquivos argentinos os nativos prestaram relevantes serviços nas fronteiras do sul tais como escoltar guardas nacionais, fazer descobertas e guarnecer os fortes para evitar deserção. A

⁷ A tradução é nossa. p 13.

civilização indígena e a revalidação mítica e ideológica da época colonial ou colonizadora, difere em *Ema, La Cautiva*, o destaque que Aira dá à civilização das obras anteriores como *La Cautiva* (1837) de Esteban Echevería, ou de *Martín Fierro*⁸, de José Hernández que apresentam os indígenas com grande força selvagem. Nelas há “malone”, mas os prisioneiros cativos são maltratados pelos indígenas de forma diferente daquela usada pelos que raptaram Ema lhe dão razão e ensinamento da maneira de criar faisões, o que lhe proporcionará uma vida econômica melhor, quando volta para o forte. Também em *Ema, la Cautiva* diferem os indígenas de *Martín Fierro* que odeiam de morte os cristãos. A sociedade deles não é egoísta, ao contrário, vivem numa comunidade *cooperativista*, também não têm como em *Martín Fierro* a imagem degradante do nativo “dorminhoco”. O descanso é levado à categoria de arte

— [...] E agora, depois de tanto pensar, [...] soube que não eram artistas, mas a arte mesma, o fim último da mania melancólica. A melancolia lhes ensinava a caminhar, e os levava muito longe, no final de um caminho.⁹

Concluimos que em *Ema, La Cautiva* a ficção não deixa que a História interfira nem se sobreponha a ela para que exista a Literatura, objetivo do autor. Ela está presa à linha tradicional da literatura latino-americana na visão utópica da paisagem, apresentado uma valorização ideológica do indígena e uma crítica à política das autoridades cidadinas. Apesar de apresentar alguns dados históricos não é uma obra de História da Argentina, porque a História e a Li-

⁸ O Gaúcho *Martín Fierro* (ou, simplesmente, *Martín Fierro*) é um poema de José Hernández, obra literária de grande popularidade na Argentina. Foi publicada pela primeira vez em 1872 com o título *El gaucho Martín Fierro*, e sua continuação, *La vuelta de Martín Fierro*, surgiu em 1879.

⁹ A tradução é nossa. p. 168.

teratura são gêneros diferentes com estruturas e objetivos próprios. O discurso de *Ema, La Cautiva* é verossímil não contém, escutas de teor testemunhal, nem atos informativos unidos e nem fala do enunciante, que se refere ao acontecimento relatado, por exemplo, “como dissemos”. Seus acontecimentos são singulares e pouco ocorrentes com a verdade histórica, como a narrativa da confecção de dinheiro e distribuição deles, pelo coronel Espina, aos indígenas, porém verossímil na narrativa. A história responde às exigências da autenticidade como ciência e a narrativa literária, a autenticidade como verossimilhança e correlação como gênero e como sistema no qual e como qual estão em analogia, por isso não se pode estabelecer uma relação entre a narrativa histórica de César Aira e a de escritores históricos, por exemplos do século XIX, os quais procuravam, por questões ideológicas, aproximar a Literatura da História, por motivos doutrinários, enquanto César Aira busca tão somente sensibilizar o leitor para uma região peculiar da sua pátria e por uma raça nativa de estrutura social pouco compreendida no passado, encaixando nesse ambiente uma personagem feminina que vence nas adversidades.

Enfim, na narrativa literária, a verdade empírica e a ficção se unem fazendo com que a locução impessoal objetiva da narração combine com a locução interpessoal e subjetiva do discurso do narrador e dos personagens. Mas os conhecimentos da realidade da paisagem descrita e da história de Pringles não contribuem para intensificar e diversificar a função estética do texto de César Aira, que nos remete ao passado e pelas pinceladas na História, como o despovoamento do pampa, existência de fortes, e presença de figuras históricas. Mas nem esses recursos, nem a presença de tempos verbais no passado, fazem realidades históricas nessa ficção, porque não se prestigiou o aconteceu, e *Ema, La Cautiva* tem a forma e a função de uma narrativa literária que César Aira, o seu criador,

para dar-lhe um aspecto verossímil e para poder expressar melhor sua cosmovisão, buscou empréstimos na História.

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DO RECIFE NO ESPÍRITO SANTO

*Marcela Guimarães Neves**

As colunas do anfiteatro da Faculdade de Direito do Recife faziam reverberar a voz pulsante do incontornável jurista, poeta e filósofo Tobias Barreto de Menezes. Nos idos de 1854, o que o grande expoente da intitulada Escola do Recife ainda não sabia era que os seus ensinamentos ecoariam em terras para além dos arrecifes da capital pernambucana.

A Escola do Recife, denominação dada por Sílvio Romero, grande discípulo de Tobias Barreto, consistiu em um movimento literário, jurídico e filosófico de cunho progressista em relação aos valores tradicionais da época, eis que apregoava ideais como o abolicionismo, o republicanismo e o federalismo. Ademais, um de seus objetivos centrais residia nos debates (muitas vezes acalorados) de teorias e movimentos político-filosóficos que ultrapassavam as fronteiras europeias e invadiam as mentes ultramarinas dos intelectuais brasileiros.

Em sua fase literária, a Escola do Recife foi ávida por produzir uma verdadeira explosão cultural, uma efervescência artística repleta de lirismos patrióticos em saraus com talentosos duelos poéticos, sobretudo entre Tobias Barretos e Castro Alves, e que extrapolavam dos muros da Faculdade de Direito do Recife. De fato, o movimento literário desses eminentes juristas abriu caminho para que outros pudessem conciliar a carreira jurídica com produção li-

* Advogada/Escritora. Mestra em Direito Público pela Universidade Paris 2 – Panthéon/Assas. Mantenedora do site literário “Vida Livresca” (www.vidalivresca.com.br). Autora de *A Noiva de Paris* (romance) e de *Poemas de Arrebol* (poesia). Secretária Adjunta da Comissão Especial de Direito Cultural e Propriedade Intelectual da OAB-ES.

terária, a exemplo do magistrado e escritor capixaba Afonso Cláudio de Freitas Rosa, frequentador desse ilustre grupo de poetas e jusfilósofos.

À luz dos ensinamentos do juiz de Direito, literato e historiador capixaba Getúlio Marcos Pereira Neves:

Ao chegar ao Recife, encontrou Afonso Cláudio um ambiente francamente influenciado por ideias abolicionistas, das pregações épicas de Joaquim Nabuco, das pregações líricas de Castro Alves e Tobias Barreto, e até mesmo, da atuação política do Diretor da Faculdade, o Dr. João Alfredo Correia de Oliveira, Senador do Império por Pernambuco”¹

O germanismo de Tobias Barreto, autodidata em língua alemã, inspirou sobremaneira a fase crítico-filosófica da Escola do Recife, sobretudo pelas críticas ao positivismo francês e pela retomada dos estudos da filosofia do mestre de Königsberg. Com efeito, o neokantismo epistemológico expandiu a visão do Direito como processo histórico, firmando-se, assim, um culturalismo evolutivo atrelado à vida e aos fatos sociais, e não apenas marmorizado em normas abstratas e desvinculadas do contexto social.

Com a forte atuação do sociólogo sergipano Sílvio Romero, o caráter progressista da Escola do Recife, em seu período filosófico, embora tenha inspirado renomados intelectuais, como o pernambucano Gilberto Freyre, não logrou êxito na busca de uma solução justa e igualitária para as mazelas étnico-sociais dos habitantes de *terra brasilis*. Por meio de teses vinculadas à ideia de mestiçagem como uma forma de embranquecimento da população brasileira, a sociologia de Romero mostrou-se incapaz de propor uma trans-

¹ NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *O jurista Afonso Cláudio de Freitas Rosa*. www.gtneves.blogspot.com

formação da realidade social tristemente fincada em um racismo estrutural resultante da escravização dos povos africanos e do extermínio das comunidades indígenas originárias.

Ainda sob a égide de teorias alemãs, o matiz jurídico da Escola do Recife procurou introduzir, num solo imperial ainda árido, os fecundos preceitos de Rudolf von Ihering, e de sua luta pelo Direito. Considerado um dos arautos desse período, Clóvis Beviláqua destaca-se como enciclopédico civilista e principal responsável pela elaboração do Código Civil Brasileiro de 1916.

Graça Aranha, magistrado maranhense radicado em terras capixabas, autor do romance “Canaã”, antes de aportar na ilha de Vitória, mergulhou nas águas vanguardistas da Escola do Recife. Indubitável é, portanto, que o caráter naturalista da obra também foi fruto do influxo literário recifense, uma vez que o naturalismo filosófico alemão, festejado pelos intelectuais da Veneza americana oitocentista, fez-se, de idêntico modo, presente na literatura daqueles tempos idos.

Os ares poéticos da Escola do Recife, embora tenham oxigenados cérebros de outra atmosfera histórica, ainda sopram em autores capixabas mais recentes. Magistrados escritores, como o saudoso Professor Renato Pacheco e o atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Getúlio Marcos Pereira Neves, são exemplos contemporâneos da importância de unir o Direito a outras relevantes áreas do saber, a fim de, com uma visão panorâmica da vastidão do conhecimento humano, voar em céus mais justos, isonômicos e libertários.

SONS, PALAVRAS E PROFESSORAS

*Regina Menezes Loureiro**

Não temos a intenção de aprofundar este estudo falando sobre a discriminação da mulher ou sobre a educação brasileira. Este é um trabalho de registro histórico, mas foi enriquecido com depoimentos de mulheres que narram fatos vividos por elas ou registrados por seus familiares.

Buscamos compreender os avanços alcançados pela sociedade de um município de interior do Espírito Santo, na primeira metade do século XX, quando mulheres narram suas lutas por seus direitos, criam espaços e realizam um trabalho sério e responsável para a valorização do indivíduo, facilitando assim, o acesso livre e democrático à cultura e à educação, como requisito indispensável à preservação dos direitos humanos.

Trabalhando sempre em defesa da liberdade de expressão e da igualdade de direitos, princípios fundamentais para a formação moral do cidadão, citamos algumas escolas que foram criadas em município do Espírito Santo, por Mulheres, conscientes de seus direitos constitucionais para a formação de uma sociedade mais livre, justa e solidária, criaram escolas em suas próprias residências e ensinaram as primeiras letras aos filhos dos colonos.

Só mais tarde é que a escola pública chegaria com a institucionalização da Educação e a partir de então, o advento da formação de professores.

Na década de 50, do século XX, as matérias em colégio católico de Vitória educavam meninas para o lar ministrando aulas de trabalhos manuais. Os colégios não eram mistos e encaravam a escola

* Advogada, escritora e associada do IHGES.

como a segunda casa e o professor era como se fosse uma espécie de pai, de mãe e existia respeito.

Ainda hoje, as mulheres sofrem discriminação. Ainda carecemos de instrumentos efetivos na promulgação da cidadania e direitos da mulher.

Sons

O mundo tem sons e poesias, guerras e destruições!

Enquanto notícias do mundo ecoavam pelos ares e se dissipavam na caminhada até chegar às longínquas terras do Espírito Santo, o povo vivia alheio às transformações que ocorriam na metrópole e as mulheres eram ainda obedientes aos senhores.

O século XIX marcou todo o mundo com vários acontecimentos históricos e políticos: muitas guerras, declaração de independência e disputa de poder.

Os primeiros anos do século XX serão lembrados como aqueles em que sofremos com uma prolongada pandemia, a Gripe Espanhola.

Em 1918, no Espírito Santo, o café ainda era a maior fonte de riqueza, e movimentava a economia. Outros produtos como milho, feijão, arroz e cana eram produzidos, na maioria das fazendas, para consumo interno. Em alguns casos ainda era feita a troca de mercadorias para satisfazer as necessidades mais urgentes.

Distante dos acontecimentos, famílias do interior capixaba não eram informadas e muitas vezes sofriam de solidão, enfrentavam dificuldades e privações, porque as notícias demoravam a chegar ali.

O Jornal do Brasil só chegava uma vez por semana, lá para as bandas de Itaimbé, uma vila do município de Itaguaçu, mas era preciso buscar a pé ou a cavalo. Nem todo fazendeiro dispunha deste recurso.

Nesta época, a convulsão na Europa atingia o comércio, a agricultura e a indústria capixaba.

Em 08/03/1917, com o fim da Primeira Guerra Mundial, mulheres de todo o mundo já gritavam pelos seus direitos, mas os gritos da marcha que deu origem ao Dia Internacional da Mulher, não ecoavam por estas bandas. As mulheres continuavam obedecendo, pilotando fogão a lenha, cozinhando e criando filho.

Como em todo mundo, aqui também as mulheres começaram a se destacar como pioneiras em várias áreas de atuação.

Em Itaguaçu, Maria Amélia de Menezes, professora casada com o capixaba Alípio Barbosa de Menezes criou a Escola Panorama, na fazenda Panorama, fazenda que pertencia à família. Em 1914 ela foi nomeada a primeira professora estadual de Itaguaçu.

Ouvia-se falar de uma capixaba de Guaçuí chamada Emiliana Emery Viana que conseguiu se tornar a primeira mulher no Estado a obter o título de eleitor.

Mais tarde, Judith Castello exerceu quatro mandatos legislativos e foi aguerrida defensora dos direitos da mulher e da melhoria educacional do nosso Estado.

Ao final dos anos 40, quase a totalidade das crianças em idade escolar que viviam nas fazendas estava fora das escolas.

Poucos fazendeiros valorizavam a educação ou ofereciam oportunidades de ensino aos colonos e filhos. Não reconheciam a importância do ensino para quem labutava com a terra e na época eram poucas as escolas que ofereciam ensino de qualidade e, mesmo assim, eram moldadas aos interesses das elites do lugar.

Nesta busca histórica reverencio a Professora Zilá Caetano, em sua Revista ITAGUAÇU, que registrou passo a passo o desenvolvimento da cidade, citando fatos envolvendo o povo do lugar.

Palavras

As crianças das camadas médias da população se beneficiaram com a implantação da educação renovada, mesmo assim a oferta de vagas nas escolas primárias frente à demanda por educação nos centros urbanos, não atingiu a maioria da população infantil.

Grupos escolares foram criados para reunir as escolas isoladas de uma região comum. Como estratégia política, visavam a universalização do ensino, para a modernização da Nação. No Espírito Santo o primeiro Grupo escolar foi inaugurado em Vitória, em 1908, com diversas classes para secção masculina e quatro feminina.

Como o Espírito Santo apresentava regiões de difícil acesso e baixa densidade demográfica, as escolas isoladas eram imprescindíveis.

Diante das dificuldades, só em 1916, oito anos depois da reforma, o Espírito Santo contava com apenas dois Grupos Escolares, em compensação às 210 instituições isoladas existentes.

Só em 1932 a Escola Singular de Itaguaçu foi transformada em Grupo Escolar, modelo de estabelecimento de ensino caracterizado por agrupamento de escolas. Em 1957, o Ginásio foi transformado em Colégio Estadual Escola Normal Itaguaçu.

Professoras

A história da Educação feminina no Brasil é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal: lugar de mulher é em casa; mulher que sabe latim, perde marido e não tem bom fim; mulher honrada deve ficar calada; mulher que sabe muito atrapalha.

As escolas em vilas e cidades eram voltadas para o público masculino. Por muito tempo, os professores eram chefes das salas de

aula e os alunos obedeciam, não faltavam e os professores explicavam as lições com a classe em silêncio. O dever de casa era feito para entregar no dia seguinte. O professor era respeitado como autoridade do saber.

Nesta época, foi criada a Fazenda Panorama uma escola singular para atender meninos filhos de colonos. As primeiras professoras da Escola Panorama foram: Maria Amélia Barbosa, Maria José Menezes, Arilda Barbosa de Menezes e Nízida Pimentel Tovar

Ametista Lemos Salcides, normalista do Colégio do Carmo, era professora primária conhecida e respeitada por todas as redondezas. Nasceu em Rio Novo do Sul (ES) foi professora em várias escolas do Estado. Veio para Itaimbé (na época São Francisco) em 1934. Como Educadora Sanitarista (curso feito no Centro de Saúde de Vitória) atendia a comunidade dando orientações de higiene, aplicava injeções, fazia curativos. Excelente oradora, boa conselheira e de cultura vastíssima. A escola que ela lecionava era pública só para meninos e funcionava em uma sala de sua casa cedida gratuitamente. Só mais tarde, esta escola se tornou mista e foi elevada a Grupo Escolar Professor Alfredo Lemos. De cultura vastíssima Ametista tinha por lema: o Estado nos paga para que o aluno aprenda.

Conclusão

Numa breve abordagem sobre a mulher cidadã no início do século XX, pretendemos deixar aqui uma provocação, instigar para uma reflexão sobre a atuação da mulher como mestra nas fazendas e vilas. Enfrentando barreiras, mesmo diante de uma realidade adversa que só lhe permitia assumir trabalho em escolas.

Inicialmente este artigo partiu da seguinte constatação: a mulher em uma sociedade machista.

Se fecha aqui o pequeno estudo em homenagem às mulheres/ professoras de ITAGUAÇU numa reflexão que fala do passado e do presente. Encontramos vários registros que possibilitara este texto

Referências

Sites visitados

PORTELA, Ludmila Noeme Santos. *A educação feminina do Espírito Santo do século XIX*.

BARROS, Ana Vitória. A voz da mulher no século XIX. *Jornal da PUC*

CARVALHO, Marta Maria de. *História da educação primária no Brasil*.

SOUZA, Maria Cristina Soares de. Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade. Em *Revista Brasileira de História e Educação*.

Revista ITAGUAÇU.

A POLÍCIA CIVIL CAPIXABA DESDE 1808

*Custodio Serrati Castellan**

Introdução

Poucos são os textos escritos com paramentos metodológicos, versando sobre a história da Polícia Civil do Espírito Santo, apesar de ser uma instituição permanente e bissecular.

Objetivando alvejar a sua história institucional, desde o seu surgimento, na era joanina, até os dias atuais, que já somam 215 anos de trajetória, e ofertando ao leitor interessado a conhecer a história das instituições, é que alvitramos realizar essa pesquisa, calcada em fontes documentais primárias e em referencial teórico sólido.

Nessa tarefa, buscou-se descortinar a história da Polícia Civil do Brasil, com abrangência na província do Espírito Santo, desde a sua criação em 1808, seu caminhar, até os dias atuais, perpassando pela Corroa, primeiro e segundo Império, até chegar à República.

A partir da República, cada Província/Estado recebeu a Polícia Civil e passou a reorganizá-la no âmbito de cada Província/Estado. A partir desse ponto histórico, o foco de nossa pesquisa foi direcionado à Polícia Civil/ES.

Espera-se que, com essa iniciativa, que a comunidade interessada poderá auferir novos conhecimentos sobre uma de suas Instituições permanentes, qual seja, a Polícia Civil/ES.

* Advogado e Delegado de Polícia Civil Classe Especial Aposentado/ES. Mestre em Ciência e Educação – Lisboa Portugal. Doutorando em Direito – Lisboa Portugal.

A criação da primeira Agência de Segurança Pública no Brasil

A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, com “animus” de aqui estabelecer o seu governo, fez surgir a necessidade de tomar algumas medidas administrativas, com vistas a dar início à organização de um governo monárquico, como era em terras lusitanas.

Uma das primeiras medidas do Monarca foi cuidar de organizar a segurança dos membros da Coroa e segurança pública. Nessa medida, D. João VI editou um alvará com valor jurídico de lei, em 5 de abril de 1808, criando a Intendência-geral de Polícia da Corte e do Estado Brasil, voltada para as questões relativas às ações de justiça e de segurança pública, da Coroa e da família Real, dentre outras funções.

Em 10 de maio do mesmo ano, um segundo alvará foi editado pelo Monarca, instituindo o cargo de Intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado Brasil. Nesse alvará, o Príncipe Regente justifica os motivos para edição da referida norma jurídica, instituindo o cargo de Intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado Brasil.¹

Com a fixação da residência da família Real Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, a capital do Reino de Portugal foi estabelecida também no Rio de Janeiro, e, como consequência, a Intendência-geral foi instalada na mesma cidade, com jurisdição² em todo o território brasileiro.

¹ CASTELLAN, Custódio Serrati. *A Polícia Civil brasileira de 1808 a 1889*, formar, Vitória/ES, 2023, p. 29

² A expressão jurisdição aqui tem o sentido técnico, posto que, o Intendente-geral de Polícia era também a mais alta Autoridade do Judiciário.

O primeiro Intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado Brasil

Com a criação da Intendência-geral de Polícia e do cargo de Intendente, como referido, foi nomeado Paulo Fernandes Vianna para o cargo de Intendente-geral de Polícia, que se manteve na função de 1808 até 1821. Vianna era brasileiro, com formação acadêmica em Direito, pela Universidade de Coimbra, vindo de Portugal na comitiva da família Real. Em Lisboa, Vianna já exercia o cargo de Ouvidor Geral da Corte.

Paulo Fernandes Vianna era pessoa de extrema confiança do Príncipe Regente D. João VI; coube, portanto, a ele dar os primeiros passos em direção à organização da Instituição Policial, “da mesma forma e com a mesma jurisdição” da Intendência de Polícia criada em Portugal, segundo o alvará de 25 de junho de 1760.³

A criação da Secretaria da Polícia na estrutura da Intendência-geral de Polícia da Corte e Estado Brasil

O Intendente-geral de Polícia, em 10 de junho de 1808, apresentou ao Rei, D. João VI, uma proposta para criar a Secretaria da Polícia, na estrutura orgânica da Intendência-geral de Polícia, e um fundo financeiro para desenvolver as múltiplas atividades da Intendência. A proposta foi aprovada em 22 de junho do mesmo ano, pelo Monarca, e no dia seguinte, 23/06/1808, o Intendente tomou a “Decisão⁴ n°. 15”, efetivando a institucionalização da Secretaria da Polícia.

³ GAGLIARDO p. 380.

⁴ “Decisão n°. 15 - Brasil - Em 22 de Junho de 1808 - Aprova e manda executar o plano para a criação dos Oficiais da Polícia e das suas rendas.”

A Secretaria da Polícia, como órgão descentralizado da Intendência-geral, dotada de corpo de funcionários próprios, passou a cuidar da atividade de segurança pública, destacando esta atividade de tantas outras desempenhadas pela Intendência.

A estrutura administrativa da Secretaria da Polícia

A estrutura e funcionamento da Secretaria da Polícia, vinculada à Intendência-geral, passou a contar com seu Corpo de policiais constituído por meio da “Decisão nº 16”, de 23 de julho de 1808, assim composta: a) Um 1º Oficial Maior, responsável pela vigilância do teatro e dos divertimentos públicos, atividades de intérprete e tradutor de línguas, expedição de alvarás e licenças para casas de jogos e botequins, controle da mendicância, mapas da população e expediente de corte; b) Um 2º Oficial, responsável pelo expediente de todas as capitânias ou províncias, controle dos transportes, estalagens e iluminação da corte; c) Um 3º Oficial, responsável pela expedição e controle dos passaportes e legitimação de estrangeiros, Casas de correição dos escravos ou calabouço; d) um Oficial Praticante servia também de porteiro, auxiliando no registro, e em quaisquer outras repartições por moléstias ou impedimentos dos oficiais; e) Um Alcaide da Polícia, com a função de execução de ordens da intendência; f) um Escrivão da Polícia, igualmente, para execução de ordens da Intendência; e g) dez Meirinhos, responsáveis também na execução de ordens da Intendência.

A literatura de regência, mormente os livros, artigos científicos e documentos oficiais, apontam a Secretaria da Intendência-geral de Polícia como o primeiro órgão operacional da estrutura policial do Brasil, no governo de D. João VI. Entre tais registros, destacam-se: (Decisões 15 1808, p. 12/13; LEIDIANE, 2018; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2016; COTTA, 2009; e (GARCIA, 2014).

A Secretaria da Polícia, como órgão de gestão descentralizada, responsável pela operacionalidade da atividade de polícia nas dimensões de Polícia Judiciária, Administrativa e Preventiva, perdurou até 1832, por ocasião da entrada em vigência do Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império.

A gestão do intendente Paulo Fernandes Vianna se prolongou de maio de 1808 a fevereiro de 1821. Outros treze intendentes ocuparam o cargo no período de 1821 a 1831, dentre esses se destaca, pela maior longevidade no cargo, na gestão de D. Pedro I, Francisco Alberto Teixeira de Aragão 1824-1827, a quem coube a tarefa de organizar o arcabouço da Polícia Civil Carioca.

A nova repaginação da Polícia Civil no Código de Processo Penal de 1832

O modelo de Polícia idealizado pelo monarca D. João VI, cujo comando foi entregue ao Intendente-geral de Polícia Paulo Fernandes Vianna, desde os primeiros anos da administração de Vianna recebia muitas críticas, de boa parte da elite política e de empresários ligados a essa elite, além de outros segmentos da sociedade, como comerciantes, donos de escravos etc.

Sobrevindo a eleição dos parlamentares constituintes de 1824, muitos desses deputados elevaram o tom das críticas ao Intendente, segundo eles, pela forma, tirana e violenta, com que seus comandados agiam, sem que o intendente nada fizesse para corrigir esses desvios funcionais, segundo esses parlamentares.⁵

Com a outorga da Constituição de 1824, surgiu a necessidade da elaboração de inúmeras leis infraconstitucionais, nela previstas.

⁵ CASTELLAN, 2023, p. 82

Dentre essas leis, destacam-se as de regulamentação das atividades dos juízes de paz, (art. 161 e 162 da CI) do poder judiciário (art. 151 e seguintes CI) e do um código de processo criminal de primeira instância do Império (art. 179, inciso XVIII CI).

Em 1829, D. Pedro I envia um projeto de lei para a Câmara Federal, objetivando instituir um código de processo criminal, referido.

A primeira parte do código cuidou de disciplinar a Organização Judiciária, contida nos capítulos I e II, (art. 1º ao 22), cuidando também de organizar e sistematizar a administração da justiça, e nessa medida, surgiu a oportunidade, como já era desejo antigo de grande parte dos políticos com mandatos, culminando com a inclusão da polícia na estrutura do Poder Judiciário, legitimado, também, o juiz de paz como autoridade de Polícia Judiciária, no bojo do referido código.

Nessa nova configuração da polícia, coube aos juízes de direito de cada comarca, a chefia da Instituição policial, no âmbito de suas respectivas jurisdições, na forma do artigo 6º do citado código de processo criminal.⁶

Os juízes de Direito, por sua vez, eram escolhidos e nomeados pelo Imperador, dentre os Bacharéis em Direito, maiores de 22 anos,⁷ que, quase sempre, eram pessoas que não detinham qualquer conhecimento na ciência policial, sendo assim, desqualificados, para comandar as unidades policiais. Esse modelo de polícia foi inspirado na polícia inglesa, sepultando, portanto, o modelo anterior de gênese lusitana.

⁶ Art. 6º Feita a divisão haverá em cada Comarca um Juiz de Direito: nas Cidades populosas, porém poderão haver até três Juízes de Direito com jurisdição cumulativa, sendo um deles o Chefe da Polícia.

⁷ Ar. 44 – Código de processo criminal de 1832.

O fracasso da Autoridade Policial sob o comando dos Juízes de Paz

A década de 1830 foi um período de muitas turbulências políticas no II Império brasileiro, por alguns fatores bem conhecidos, sendo talvez o mais relevante, a abdicação ao trono, por D. Pedro I em 7 de abril de 1831, que o deixou ao seu sucessor D. Pedro II, com apenas 5 anos de idade. Isso, por si, já causaria muitas apreensões no meio político, notadamente, na ala daqueles que já defendiam a criação da República. Os conflitos sociais eram latentes, entre escravos, fazendeiros, posseiros, índios etc. Todos esses fatos exigiam uma atuação enérgica, porém constitucional, por parte da polícia. Entretanto, a configuração destinada à Polícia, nos moldes do código de 1832, não oferecia os meios necessários exigidos naquele contexto.

O fortalecimento do poder dos juízes de paz, entretanto, desagradou a vários setores da sociedade. Criticavam a atribuição de tanto poder a homens nem sempre instruídos e, quase sempre, sujeitos aos interesses dos grandes proprietários de escravos e terras que os elegiam. As principais críticas destinadas aos juízes de paz eram pelo fato de seus envolvimento em corrupção apadrinhamento aos amigos e perseguição aos desafetos, como aponta (FARIA 2017).

[...] “colocar-se ao lado de contraventores, protegendo falsificadores de moedas e contrabandistas de escravos; conceder licenças ilegais para o porte de armas; tomar partido de algum candidato nas eleições; proteger revoltosos, como na Balaiada; vender isenções para a Guarda Nacional; cobrar para proferir sentenças favoráveis e tantas outras. À época, era bastante difundida a compreensão de que obtinham vantagens pecu-

niárias com o cargo. As críticas mais mordazes chegavam a estimar o quanto podia render o cargo numa ou noutra localidade.”⁸ [...].

Em meios a esses conflitos e a impotência da polícia do império, os presidentes e os conselhos das províncias reivindicavam ao governo central o direito de instituírem as suas próprias forças de segurança pública. Essas reivindicações foram atendidas, e em 10 de outubro de 1830, a Regência, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, editou uma lei, por meio da assembleia geral, autorizando a criação de Corpos de guardas municipais voluntários na capital da Coroa, além dos corpos de guardas nas Províncias, surgindo aí uma força de segurança no âmbito provincial.

Com essas medidas, as províncias passaram a ter o seu Corpo de guardas, destinado a manter a tranquilidade pública e auxiliar a Justiça. Essa nova configuração das forças de segurança perdurou até 1841, quando foi dada nova estrutura orgânica à Polícia Civil do Império.

A criação da figura histórica do Chefe de Polícia

As revoltas regenciais ocorridas no Brasil na década de 1830, notadamente a partir de 1835, como foi o caso da Revolta do Malês, da Cabanagem, da Farroupilha, da Sabinada e da Balaiada, fizeram com que o então ministro dos Negócios da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, formasse uma comissão, visando elaborar um projeto que reformulasse o Código de Processo Criminal de 1832, notadamente na parte policial, criando uma chefia para a Polícia Civil, em cada província e conferindo a prerrogativa da autoridade policial a esse Chefe de Polícia, seus Delegados e Subdelegados de

⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. 2007, p. 123.

Polícia. A proposta formulada pela comissão foi apresentada ao Senado em 1839.

A necessidade de conservar a ordem e reorganizar a Nação, colocadas em risco pela revoltas regionais, somada aos posicionamentos políticos, como o centralismo, os descontentamentos de grande parte da sociedade da época, com o modus operandi das autoridades judiciais (juiz de paz), responsáveis pela atividade de segurança pública, e ainda a outros, como o desvio de conduta das autoridades policiais, exercida pelos juízes de paz, em certa medida, desencadeou uma forte aptidão dos parlamentares em promover reformas no código de processo criminal de 1832, facilitada a aprovação da proposta apresentada pela regência.

Esse desejo de mudança nutria nos parlamentares a anseio de dar à polícia uma gestão orgânica e central, ao contrário do modelo vigente à época, em que, em cada comarca, a polícia tinha um chefe, que era sempre o juiz de Direto. A ideia prevalente era instituir um Chefe de Polícia, para cada Província/Estado. Nessa medida, o parlamento brasileiro aprovou a reforma proposta pelo ministro Vasconcelos, convertendo seu projeto na lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841.

A lei nº 261, em seu art. 1º⁹ destinado à Polícia, assentou que, no município da Corte e em cada província, haveria um Chefe de Polícia e seus Delegados e Subdelegados. Estabeleceu, ainda, em seu (art. 2º)¹⁰ que os Chefes de Polícia seriam escolhidos dentre os Desembargadores, e Juízes de Direito sem perder a jurisdição.

⁹ Art. 1º Haverá no Município da Corte, e em cada Província um Chefe de Polícia, com os Delegados e Subdelegados necessários, os quase, sobre proposta, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos Presidentes. Todas as Autoridades Policiais são subordinadas ao Chefe da Polícia.

¹⁰ Art. 2º Os Chefes de Polícia serão dentre os Desembargadores, e Juízes de Direito: os Delegados e Subdelegados dentre quaisquer Juízes e Cidadãos: serão todos amovíveis, e obrigados a aceitar.

Essa medida legislativa não retirava completamente a polícia da estrutura do Poder Judiciário, posto que o Chefe de Polícia era sempre um magistrado, apenas atribuía um comando central para as polícias, com regime civil, e recriava o cargo de Delegado de Polícia, como autoridade Policial,¹¹ em substituição aos Juiz de Paz.

Ressalte-se que o cargo de Delegado de Polícia foi recriado, visto que, ele havia sido extinto pela redação do artigo 19 do código de processo criminal de 1832.¹²

A organicidade dada à Polícia Civil pela lei 261/41 perdurou até 1871, quando, por iniciativa da princesa Isabel, foi enviado um projeto de lei para o Parlamento, propondo uma reforma no Poder Judiciário.

A Reforma Judiciária de 1871

Por iniciativa da Princesa Imperial Regente, foi proposto ao Parlamento um projeto de lei, aprovado e convertido na lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, promovendo uma profunda reforma no Judiciário. A lei em comento foi regulamentada pelo Decreto nº. 4.824 de 24 de novembro de 1871.

No que se refere à Polícia Civil, dois pilares da dita reforma se constituíram primeiro na definição das funções de polícia e justiça, separadamente.

O segundo pilar, no âmbito da polícia judicial, instituiu como inovação no sistema jurídico brasileiro, a figura do Inquérito Policial, instrumentalizado, nesse domínio, pelo decreto nº 4.824 de 22 de no-

¹¹ Art. 4º, e seus parágrafos todos da lei nº 261/41.

¹² Código de processo criminal de 1832 “Art. 19. Ficam ‘suprimidos’ os Delegados.”

vembro de 1871 (art. 11 § 2º). Nota-se que, a Polícia Civil fora adquirindo gradativamente a panorâmica estrutural que tem na atualidade.

No primeiro pilar, foi retirado a exclusividade de magistrados ocuparem o cargo de Chefe de Polícia, e, mesmo quando fosse ocupado por um magistrado, este não mais acumularia as funções de Chefe de Polícia e a magistratura. Ou seja, ele deixaria de exercer a magistratura. Também o provimento para o cargo de Chefe de Polícia deixaria de ser privativo de um magistrado, como era previsto na lei 261/41. Criada assim, a figura do Chefe de Polícia, pela lei 261/41, e mantido pelas leis subsequentes, preceituando que em cada província haveria um Chefe de Polícia e seus Delegados.

Proclamada a República em 1889, as províncias que, àquela altura, já possuíam suas Guardas Provinciais, mediante autorização legislativa imperial, recepcionaram essas instituições policiais através de suas Constituições Federal e Provinciais, cabendo a cada província organizar a sua polícia, segundo suas necessidades.

Por oportuno, evidencia-se, aqui a título de exemplo, alguma atuação da Polícia Civil na província do Espírito Santo nos períodos Joanino e Imperial.

A Intendência-geral de Polícia, na Província do Espírito Santo

Tendo em conta que a Administração do Brasil, no Império, era centralizada na autoridade do Monarca, a Intendência-geral de Polícia tinha jurisdição em todo o território brasileiro, nos limites da autoridade do Imperador. Dito em outras palavras, o poder e a atuação da Polícia Civil/Judiciária se estendiam em todas as províncias, mesmo onde não tinha estrutura administrativa ou operacional, permanente. Não existe vácuo de poder.

Com a conquista da autonomia administrativa da Província do Espírito Santo com relação à Bahia, Francisco Alberto Rubim tornou-se o primeiro governador da Capitania do Espírito Santo, entre 1812 e 1819. Nesse período, o Intendente-geral de Polícia era Paulo Fernandes Viana. Rubim e Vianna eram muito próximos, unidos por laços familiares, vez que as esposas de ambos eram primas, com isso Rubim atraía a atenção do Intendente-geral de Polícia para as questões regionais, em sua província.¹³ Foi o que ocorreu na então freguesia, atual Cidade de Viana/ES, cujo desenvolvimento contou com a presença e prestígio pessoal do Intendente de Polícia e sua estrutura policial, trazendo das ilhas dos açores um grupo de, aproximadamente, 32 colonos para a então Capitania do Espírito Santo, entre os anos de 1812 e 1814.

Assim escreveu Paulo Fernandes Vianna:

Por minhas instancias projetei e consegui, que das ilhas dos açores se transportassem casais de ilhas, que viessem aumentar a povoação branca deste país; e vieram com efeito muitos à custa das rendas da intendência.¹⁴

Resta evidenciado que a polícia investiu, custeando despesas com verbas de seu caixa, provenientes do fundo criado em 23/06/1808, implementado pela Decisão¹⁵ n.º. 15, da Secretaria da Polícia.

Ainda na era joanina, na província do Espírito Santo, na freguesia de Vitória, em 1819 foi eleito o primeiro juiz de paz, de nome Luiz da Silva Alves de Azambuja, evidenciando mais uma vez a pre-

¹³ SCHEINER, Livia Mauricio (2017).

¹⁴ VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia. In: *RIHGB*, tomo 55-I, 1892 p. 373.

¹⁵ “Decisão n.º. 15 - Brasil - Em 22 de Junho de 1808 - Aprova e manda executar o plano para a criação dos Oficiais da Polícia e das suas rendas.”

sença da Polícia Judiciária no Santo. Sobre esse assunto, cuidaremos no tópico seguinte.

O Juiz de Paz como autoridade de Polícia Judiciária na Província do Espírito Santo

Com a edição da lei de 15 de outubro de 1827, o Estatuto dos juizes de paz, em obediência aos comandos constitucionais (C.I de 1824), foi legitimada a figura do juiz de paz, visto que, essa atividade já era desenvolvida, seguindo o modelo inglês. Com essa legitimação e ampliação de suas funções, o juiz de paz recebeu, por lei, as atribuições de Autoridade Policial, dentre outras.

Relativamente à província do Espírito Santo, na freguesia de Vitória, mesmo antes da lei, o primeiro juiz de paz de nome Luiz da Silva Alves de Azambuja, já havia sido eleito, em 1819, e reeleito várias vezes até 1832, e Manoel de Moraes Coutinho eleito em 1829-1832,¹⁶ bem como Capitão João Antônio de Moraes que foi eleito juiz de paz de 1833/1836 e 1837/1840.¹⁷

Na freguesia de Carapina foram eleitos Francisco Coelho de Aguiar, em 1832, e 1833/1836, e José Rodrigues Atalaia, em 1832 e 1837/1840.¹⁸ Na freguesia de Cariacica, em 1833-1836, João Pinto Ribeiro Pereira, Joaquim Pereira das Neves e Joaquim Pereira Pinto.¹⁹ Igualmente na Freguesia de Itapemirim em 1832, Alfredo Francisco de Paula Gomes Bittencourt.²⁰

¹⁶ MOTTA, Kátia Sausen da. (2013, p. 146.

¹⁷ MOTTA, Kátia Sausen da. (2013, p. 146.

¹⁸ MOTTA, Kátia Sausen da. (2013, p. 148.

¹⁹ MOTTA, Kátia Sausen da. (2013, p. 150.

²⁰ MOTTA, Kátia Sausen da. (2013, p. 138.

Esse modelo de polícia judiciária não deu certo,²¹ e, em 1841 foi editada a lei nº 261/41, instituindo a figura histórica do Cargo de Chefe de Polícia, cujo primeiro Chefe de Polícia da Província do Espírito Santo Francisco Jorge Monteiro, nomeado pelo imperador D. Pedro II, perfazendo atualmente um total 113 Chefes de Polícia, a exercerem o relevante e histórico cargo.

A Polícia Civil da Província/Estado do Espírito Santo – 1891

Por determinação da Constituição Federal de 1891(art. 2º e 5º), as províncias se transformaram em Estados e se organizaram segundo as suas Constituições. Nessa organização, coube aos Estados Federados recepcionarem as forças policiais existentes em seus territórios.²² A primeira Constituição provisória do Espírito Santo, de 11 de novembro de 1890, em seu artigo 60, recepcionou a força pública, assim demonstrado:

“Art. 60 O Estado manterá a força pública que for requerida pelo Governo da Polícia, ao qual incube privativamente, a organização dessa força e sua mobilização.”

Sobrevindo a Constituição Estadual de 1892, também em seu artigo 60, restou definido que o Estado do Espírito Santo, manteria a figura do Chefe de Polícia²³ como seu dirigente maior. O art. 27

²¹ CASTELLAN, Custódio Serrati. *A Polícia Civil brasileira de 1808 a 1889, formar*, Vitória/ES, 2023 p. 95.

²² CF. Art. 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

²³ CF. Art. 60 - A polícia do Estado, cujo objetivo é a manutenção da ordem, da paz e da tranquilidade pública, será dirigida por um chefe, de nomeação do Presidente e de sua imediata confiança.

da referida Carta estadual assentou as linhas básicas sobre a administração da Polícia. Os artigos 60 ao 62 cuidaram de disciplinar as suas competências.

Resta evidente, pela leitura do art. 64, da citada Constituição Estadual, que quando o constituinte fala em Polícia, ele está se reportando à Polícia Civil/Judiciária.

“Art. 64 O Estado manterá a força pública que for requisitada pela polícia, a qual incubem privativamente a organização dessa força e a sua mobilização.”

O artigo 4º das Disposições Transitórias assegurou que as leis de organização administrativa, judiciária e policial do Estado seriam submetidas à aprovação do Congresso, logo a polícia seria reorganizada, por meio de lei infraconstitucional.

A primeira lei de organização de Polícia Civil do Espírito Santo – Lei nº 3/1892

A província do Espírito Santo, ao se tornar uma Unidade Federativa da República brasileira, cuidou de organizar suas Instituições próprias; assim sendo, no âmbito da segurança pública, manteve a Polícia Civil, organizando-a segundo as necessidades próprias.

Ao fazê-lo, editou a lei nº 3 de 14/06/1892, que em seu art. 1º emprega o verbo “organizar” a Polícia Civil do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que manteve, como autoridades policiais: o Chefe de Polícia; os Delegados de Polícia dos distritos, inclusive o da capital; os Subdelegados dos subdistritos e os Inspectores de Quarteirões.

No rol de competência da Polícia Civil, além da principal atividade, constava também a atividade de Polícia de Trânsito, e de Polícia de Imigração, incluindo Aérea e Marítima, com emissão

e controle de passaporte; Polícia dos Costumes, Polícia Técnica e científica, (art. 19, e seus parágrafos).

Nota-se que o artigo 19 da lei nº 3 (três), em seus parágrafos, 15, 17 e 19, assim constou: “Art. 19 Compete em geral as autoridades policiais:” [...] “§ 15º Inspeccionar os Teatros, espetáculos e quaisquer divertimentos públicos; § 17. Fazer o arrolamento da população; e § 19. Passar guias e passaporte”. Essa mesma competência já tinha sido determinada pela norma legal que criou a Secretaria de Polícia da Intendência-geral de Polícia, em junho de 1808.

Ao comparar a Polícia brasileira com a Polícia portuguesa, o Intendente Vianna especificou algumas atribuições à polícia de então. Dentre as suas atividades, restaram garantidas: cuidar da fiscalização e das regularidades das diversões públicas; cuidar das relações entre a Intendência de Polícia e as Capitânicas ou Províncias, e dos registros dos meios de transporte aéreo de mar e de terra. Por fim, a polícia seria encarregada do expediente, dos passaportes, e da legitimação dos estrangeiros, do registro e expediente da Casa de Correição, dos escravos ou Calabouço.²⁴

Essas mesmas atribuições, dentre outras, estão em consonância com o que dispôs o regramento nº 120 pertinente a lei nº 261/41.

Resta, portanto, evidenciado a título de exemplo, que as atividades policiais, conferidas à Intendência, foram mantidas em todas

²⁴ Palavras do Intendente-geral de Polícia “Aqui se poderá dividir por ora, o serviço destes sete homens por três, um que seja incumbido dos teatros e divertimentos públicos. [...] encarregado dos alvarás de licença para casas de jogo, botequins e objetos semelhantes. [...] Outro que seja encarregado do expediente de todas as Capitânicas ou Províncias, e do alistamento respectivo a transportes de mar e terra, como são, carros, carroças, seges e cavaladuras que se alugam, barcos, catraias e lanchas que igualmente se fretam, que sirva, de Escrivão e do Pagador ou Tesoureiro da Polícia incumbido das despesas. [...] O terceiro que seja encarregado do expediente dos passaportes, e da legitimação dos estrangeiros, do registro e expediente da Casa de Correição, dos escravos ou Calabouço. Fonte: Biblioteca da Câmara dos Deputados – índice das decisões de 1808. p.2.

as reorganizações posteriores, ao longo do tempo, o que demonstra a sua continuidade.

Dentre as obrigações do Chefe de Polícia asseguradas na lei nº 261/41, constava a de organizar e mobilizar a força pública do Estado e solicitar do Congresso, por intermédio do Presidente do Estado, os meios necessários para mantê-la. (art. 20 § 4º).

Em 1907 foi editada nova legislação, nº 520/1907, em substituição à lei nº 3 (três), mantendo, basicamente, as mesmas atribuições e prerrogativas.

No art. 3º da lei supra, restou assentado que a Polícia do Estado era confiada às seguintes autoridades:

Art. 3º. A Polícia do Estado é confiada às seguintes autoridades: a) Chefe de polícia, com residência na capital; b) Delegado de Polícia em todos os distritos, inclusive o da capital; c) Delegado auxiliar na Capital; d) Comissários de polícia em todos os portos de mar; e) Subdelegados de polícia em todos os subdistritos, inclusive os das sedes dos distritos; f) Inspetores de quarteirão.

Convém registrar que, não obstante a alta relevância da polícia, desde os primeiros tempos da República, as autoridades policiais do Espírito Santo com exceção apenas do delegado da capital, todas as demais autoridades policiais trabalhavam sem qualquer remuneração proveniente dos cofres públicos. (CASTELLAN, 2.020, p. 22-32).

O exercício do cargo de Delegado e Subdelegado de Polícia Civil, de caráter honorífico, no Espírito Santo, durou desde o início da República até o governo de Bernardino de Sousa Monteiro, que se iniciou em 1916.

No governo de Marcondes Alves de Souza 23/05/1912 a 23/05/1916, a Polícia Civil recebeu uma sede nova, construída na

rua Graciano Neves, onde atualmente está edificado o ed. Antares, no centro de Vitória.

No decorrer dessa linha do tempo, a Instituição Polícia Civil foi sendo modificada, atualizada, e reconfigurada, por diversas leis, sendo as mais relevantes as seguintes: lei 3/1892, lei nº 520/1907, Decreto com força de lei, nº 43 de 5/3/1910; Lei nº 720/05/1910; Lei nº 799/1912; Lei nº 1.265 de 30/12/20; Lei 1.296/21; Decreto nº 5.070 de 31/10/1922; Lei 1.431 de 7/7/1924; Lei nº 1.541 de 09 de julho de 1925, reorganizando a Polícia Civil em Carreira.

A lei 1.265/1920 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.088 de 04/01/1921 esse que, em seu capítulo VIII, denominado “Da instrução aos Guardas”, previa em seu artigo 16 uma escola destinada ao ensino prático dos Guardas, nascendo aí o primeiro embrião da Escola de Polícia atualmente, Academia de Polícia Civil, que já soma 102 anos de existência.

Em 1928, a Polícia foi organizada em Carreiras, entretanto, essa situação foi efêmera, posto que, em 1930, o Estado do Espírito Santo sofreu intervenção Federal, e o interventor cuidou de dar nova configuração à Polícia Civil, nos modelos da nova ordem jurídica e política, daquele momento.

Nessa nova ordem jurídica, o interventor João Punaro Bley, por Decreto nº 129/1930, criou a delegacia de Ordem Social, e o cargo de delegado, junto à Delegacia Geral de Polícia e, no mesmo decreto, nomeou para exercer o referido cargo o Dr. Joaquim Pereira da Costa, surgindo aí o primeiro cargo de delegado por especialidade.

O período de Intervenção Federal do Espírito Santo, que foi de 22/11/1930 a 29 de março de 1947, revogou a lei editada no governo de Aristeu Borges de Aguiar, instituindo a Polícia de Carreira.

Antes de deixar o cargo de Interventor, João Punaro Bley editou o Decreto-Lei nº 16.230 de 17/9/46, sobre o argumento de estar reorganizando a Polícia Civil.

O Decreto-Lei nº 16.230/46, editado pelo Interventor Bley, em seu artigo 4º parágrafo primeiro mantinha da a Delegacia Especializada em Ordem Política e Social, e determinava qual era a competência da dita delegacia, dentre essas competências, tinha em sua estrutura uma Corregedoria de Polícia, o que vale dizer que a autoridade do Corregedor da Polícia Civil daquela época, estava subordinada ao Delegado de Ordem Política e Social.²⁵

Com o retorno da normalidade democrática no Brasil, foram aprovadas as novas Constituições Federal e Estadual, em 1946 e 1947 respectivamente.

As nomenclaturas “Polícia Civil e Polícia Militar”, em sede Constitucional Estadual/ES

Restabelecida a redemocratização no Brasil e sobrevivendo a Constituição Federal de 1946, na sequência foi elaborada e promulgada uma nova Constituição Estadual em 1947, e nessa Constituição, surgem pela primeira vez, em sede constitucional estadual, as Polícias, com os seus respectivos nomes atuais, ou seja: “Polícia Civil” e “Polícia Militar” (Art. 60, X).

Com uma nova Ordem Constitucional posta, e a realização de eleições democráticas para o cargo de governador, o Chefe do Exe-

²⁵ Art. 4º [...] § 1º A Delegacia Especializada em Ordem Política e Social compreende: a) Ordem política; b) Ordem social; c) Fiscalização e registro de estrangeiro; d) Fiscalização e controle do comércio, emprego e uso de explosivo, armas, munições, produtos químicos, agressivos ou corrosivos e matérias-primas correlatas; e) Registros de armas; f) Fiscalização de embarques e desembarque terrestres, marítimos, fluviais e aéreo; g) Fiscalização de hotéis, pensões e casa de cômodos; h) Serviços secretos; i) Crimes contra a economia popular; j) Corregedoria.

cutivo eleito cuidou de editar nova Lei Orgânica para a Polícia Civil, nº 719 de março de 1953.

A lei em referência manteve, na estrutura orgânica da Polícia Civil, as principais atividades previstas nas leis anteriores. A estrutura Institucional assim foi definida:

Art. 2º – A Polícia Civil do Espírito Santo compõe-se de: a) Gabinete do Chefe de Polícia; b) Corregedoria; c) Delegacias Especializadas; d) Instituto de Identificação e Técnica Policial; e) Instituto Médico-Legal; f) Escola de Polícia; g) Guarda Civil; h) Serviço de Trânsito; i) Serviço de Radiopatrulha; j) Serviço de Polícia Marítima e Aérea; k) Delegacias de Capturas; l) Delegacias Municipais de Polícia; m) Delegacias Distritais da Capital; n) Subdelegacias de Polícia; o) Casa de Detenção.

A lei em comento, em certa medida, traçou algum princípio embrionário de Carreira, para alguns cargos, entretanto, os cargos mais importantes da Instituição continuaram a ser providos exclusivamente pela confiança dos governantes, dentre eles o de Delegado de Polícia Civil.

A “desidratação” da Polícia Civil/ES

As alterações ocorridas na política nacional refletiram fortemente na Polícia Civil, notadamente, a partir da década de 1960, quando o presidente da República, João Goulart, editou o Decreto nº 53.590, de 24 de fevereiro de 1964, aprovando o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, dando-lhe, competência para atuar em áreas de segurança pública e interna, até então de competência das Polícias Cíveis dos Estados, desde 1808.

No regulamento aprovado pelo decreto do Governo Federal, constavam as atribuições de Polícia Marítima, pertencente à Polícia Civil desde sua criação em 1808; com o dito decreto de 1964, as atribuições de polícia de imigração, e de controle das fronteiras passariam para o departamento de Polícia Federal, ou seja, o controle aéreo marítimo ou terrestre, inclusive a expedição e o controle de passaportes.

O Art. 2º e seus oito incisos do citado regulamento estabeleceram que era de competência da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM) toda a fiscalização das fronteiras marítima e aérea. Subordinada a um diretor, a dita Divisão também ficaria responsável por superintender, em todo o território nacional, a fiscalização de passageiros, o registro de estrangeiros e a emissão de passaporte, cabendo-lhe, ainda, os encargos de polícia judiciária relativos a crimes e contravenções praticados no ar e no mar, atribuições que até então eram da Polícia Civil de cada Estado.

Com a revolução de 31 de março de 1964, esse processo, deflagrado pelo Decreto nº 53.590, de certa forma foi paralisado, e o novo Governo Federal passou a investir nas Polícias Civis estaduais, notadamente, nos serviços de Informações e nas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Nesse compasso, os Estados federados continuaram a prestar o Serviço de Registro de Estrangeiros e o Serviço de Polícia Marítima e Aérea por meio da Delegacia de Ordem Política e Social, consoante determinou a Lei nº 3.043 (D.O., de 31/12/75).

A criação da Secretaria de Segurança Pública - SESP/ES

Com a criação da Secretaria de Segurança Pública – SESP pela lei nº 2.296/67, a Polícia Civil deixou de ser subordinada à Secretaria

do Interior (como estava previsto na Lei nº 1.440, de 10/7/1924) e passou a ser vinculada à (SESP), criada pela legislação, aqui referida.

A lei 2.296/67 cuidou de promover uma ampla reforma nos órgãos do Poder Executivo estadual, inclusive na Polícia Civil-ES. Na redação do art. 59, inciso VII, o legislador instituiu a “Secretaria de Segurança Pública”, e no art. 71 da lei, estabeleceu quais sairiam os órgãos componentes da SESP/ES.

No artigo 71, restou consignado que a estrutura orgânica da Polícia Civil seria assim composta:

Art. 71, item 5 Polícia Civil: a) Superintendência da Polícia Civil; b) Divisão Estadual de Trânsito; c) Escola de Polícia; d) Corregedoria; e) Divisão de Polícia Política e Social; f) Divisão de Polícia Técnica; g) Instituto de Identificação; h) Instituto Médico-Legal; i) Serviço de Perícias; j) Guarda Civil.

De imediato se percebe que a Lei nº 2.296/67 alterou a estrutura orgânica da Polícia Civil dada pela Lei nº 719/53. Aqui, a Unidade central da Polícia Civil teve sua nomenclatura mudada de Chefatura de Polícia Civil, para Superintendência de Polícia Civil.

A primeira mudança foi a troca do nome da unidade central da Polícia de “Chefia de Polícia” para “Superintendência de Polícia Civil”, quebrando uma longa tradição não só em nosso Estado, como também em outras unidades da federação.

A estrutura da Polícia Civil conferida pela Lei Delegada Estadual nº 24/67

Ainda no ano de 1967, mediante autorização da Assembleia Legislativa/ES, o Executivo Estadual editou uma Lei Delegada nº 24, dando nova estrutura à Polícia Civil/ES.

O Art. 2º da citada lei delegada nº 24/67 definiu a estrutura da Secretaria, mantendo a Superintendência de Polícia Civil, criada pela Lei nº 2.296/67209, e a Polícia Militar, como Órgãos centrais da SESP. A estrutura organizacional conferida à Polícia Civil pela Lei Delegada nº 24 compreende os cargos e as funções constantes na planilha III, a seguir listados:

Planilha III – A Estrutura da Superintendência de Polícia Civil

“a) Superintendência de Polícia Civil; b) Divisão de Polícia Civil; c) Divisão de Polícia Técnica; d) Divisão Estadual de Trânsito; e) Escola de Polícia; f) Delegacia Extraordinária; g) Serviço de Administração.”

Cada uma dessas divisões tinha a sua estrutura própria.

A criação do Departamento Estadual de Trânsito na estrutura da Polícia Civil

Em 1969, pela Lei nº 2.423/69, a Divisão de Trânsito foi elevada ao nível de Departamento Estadual de Trânsito, e mantido na estrutura da Polícia Civil. No mesmo ano, pela Lei nº 2.482/69, foi criada a Autarquia de Trânsito e todos os Serviços de Trânsito foram retirados da estrutura da Polícia Civil-ES, e incorporados a essa Autarquia de Trânsito.

Em 1978, nova legislação foi editada no âmbito da Polícia Civil, notadamente a lei nº 3.212/78. Com essa lei, o pessoal da Polícia Civil passou a pertencer ao denominado “Grupo Ocupacional da Segurança Pública” — mas que, na verdade, era o Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Primeiro e importante passo rumo a uma Polícia Civil profissional Lei nº 3.391/80

Pela lei 3.391/80 foi criado o Conselho de Polícia Civil, e cargos policiais a serem providos por meio de concurso público para todos os cargos da Instituição, e recomposta a defasagem de pessoal.

Também no mesmo ano de 1980, foi editado o primeiro Estatuto de Pessoal da Polícia Civil, Lei nº 3.400/81, que passou a reger os direitos e deveres e as obrigações dos Policiais Civis.

Com a eleição direta do Governador Gerson Camata, em 1982, foi possível colocar em prática uma antiga aspiração dos Policiais Civis concursados e efetivos, qual seja, a criação de uma Polícia Civil, inteiramente de Carreira, iniciada pela lei 719/53 e interrompida no meio do caminho. A lei 3.705/84 instituiu a Polícia de Carreira, criando o cargo de Delegado de Polícia de provimento efetivo, consolidando a institucionalização da Polícia de Carreira.

Em 1990 foi editada nova lei orgânica para a Polícia Civil, Lei complementar nº 04/90, em substituição à lei 3.705/84, que, ao longo dos anos seguintes, foi sendo alterada, introduzindo novas Unidades Operacionais na Polícia Civil.

A nova estrutura orgânica da Polícia Civil Lei Complementar nº 982/18

Nessa linha do tempo, a última e mais relevante alteração na estrutura orgânica da Polícia Civil-ES, se deu pela Lei complementar nº 892 de 06 de abril de 2018, promovendo grandes alterações na estrutura dada pela lei 04/90, notadamente em seu artigo 8º, que passou a ter a seguinte redação: art. 8º: O quadro organizacional básico da Polícia Civil do Espírito Santo é o seguinte: I Chefia da

Polícia Civil; II Conselho de Polícia Civil; III Corregedoria Geral da Polícia Civil; IV Academia de Polícia Civil; V Departamento de Administração Geral; VI Superintendência de Ações Estratégicas e Operacionais; VII Superintendência da Tecnologia da Informação e Comunicação; VIII Superintendência de Polícia Regional Metropolitana; IX Superintendência de Polícia Regional Norte; X Superintendência de Polícia Regional Sul; XI Superintendência de Polícia Prisional; XII Superintendência de Polícia Especializada; XIII Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

A competência espacial e funcional da Polícia Civil passou a ser regrada como a seguir.

Art. 7º - A Polícia Civil tem jurisdição em todo o território estadual, competindo-lhe as funções de: I – polícia judiciária; II – polícia técnico-científica; III – polícia administrativa; IV – formação de pessoal especializado; V – apuração de infrações penais; VI – preservação da hierarquia e da disciplina de instituição; VII – velar pela dignidade de seus servidores; VIII – administrar e gerir recursos a ela destinados no orçamento do Estado.

Considerações finais

A Polícia Civil/Judiciaria, instituída pelo Monarca D. João VI, em 05 de abril de 1808, com o nome de Intendência-geral de Polícia da Corte e do Estado Brasil, ao longo da linha do tempo, perfaz em sua existência 215 anos.

Do ponto de vista orgânico e legislativo, ela foi sendo reformada, reorganizada, atualizada, sem, contudo, deixar de cumprir seu principal papel, o de Polícia Judiciária. Se fez presente fortemente na Província do Espírito Santo, na gestão de seu primeiro Inten-

dente, Paulo Fernandes Vianna, e na sequência sob a atuação dos juizes de paz e a partir de 1841, sob a autoridade do Chefe de Polícia, seus delegados e subdelegados, até 1984, quando foi abolido o cargo de subdelegado, mantendo o Chefe de Polícia e os Delegados de Polícia, como Autoridade Policial Civil, responsáveis pela efetividade dos desempenhos das nobres e indispensáveis atividades Institucionais.

Referência

Normas legais

Brasil, Código de processo criminal do império - 1832.

Brasil, Constituição do Império -1824

Brasil, Constituição Federal de 1891

Brasil, Estatuto do Juiz de Paz – 1827

Brasil, império Alvará de 10 de maio de 1808

Estado do Espírito Santo - Constituições Estadual

Estado do Espírito Santo lei nº 3 de 14/06/1892

Estado do Espírito Santo lei nº 520 de 28/12/1907

Literatura

CASTELLAN, Custódio Serrati. *A Polícia Civil brasileira de 1808 a 1889*, formar, Vitória/ES, 2023. ISBN: 978-65-89121-74-9

_____, *Polícia Civil: História e Memórias*, Vitória/ES, ed. Sodré, 2021, ISBN 978-65-86496-12-3.

COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a polícia no Brasil: a construção da ordem imperial numa sociedade mestiça. *Revista de História e estudos Culturais*, v. 6, n. 2, 2009.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVII e XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 252 f.

GARCIA, Cristiano Hehr; DOS GOYTACAZES, Campos. Darcy Ribeiro Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro e resistência numa cidade do século XIX* tradução de Francisco de Castro Azevedo 1ª –edição, editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1997

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira*. Intendente/Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil Publicado em 10 de nov. de 2016 <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/217-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil>. Acesso em 06 de abril de 2022.

MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória/ES 2013. 195 f.

SCHEINER, Livia Márcio. Trajetórias e interseções: aproximações entre as elites locais capixabas e a Corte joanina durante no governo de Francisco Rubim (1812-1819). *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST*, 2017.

VIANNA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia. In: *RIHGB*, tomo 55-I, 1892 pp. 373-380.

AS ORIGENS HISTÓRICAS DAS SUBUNIDADES, UNIDADES E COMANDOS ESPECIALIZADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo resgatar e revelar as origens das subunidades (companhias), Unidades (batalhões) e os Comandos Especializados que compoem a estrutura organizacional básica da Polícia Militar do Espírito Santo, presentes ao longo dos seus 190 anos de história completados em 12 de dezembro de 2021, que a consagra como a mais antiga instituição em funcionamento no solo espiritossantense, atuando em defesa da sociedade capixaba.

Palavras-chave: Polícia Militar – Espírito Santo. Origens. Especialização. Companhias. Batalhões. Comandos.

Introdução

Para compreendermos a história das Polícia Militar do Espírito Santo, partimos da decretação da Lei de 23 de outubro de 1823, aonde D. Pedro I, pelo art. 2º, dispõe que: “Será o governo das Provinciais confiado a um presidente e Conselho, e no art. 10 que: O Conselho de cada uma Província constará de seis Membros eleitos [...]”, e no art. 11, que para ser membro do Conselho de Governo, terá de residir seis anos na Província e ser maior de 35 anos. E os Conselhos de Governo das Províncias brasileiras, assumem as funções legislativas de elaboração de normas legais provinciais.

* Coronel reformado da PMES, escritor, bacharel e professor de direito, pós-graduado em História Militar e Docência do Ensino Superior, pesquisador militar, associado efetivo e membro da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

O instrumento legal que autorizou a criação de um novo modelo de Forças Policiais nas províncias brasileiras, conforme obra deste autor (2021), foi a Carta de Lei de 10 de outubro de 1831, sancionada pela Regência Trina, autorizando aos Conselhos de Governo, instituídos pelo imperador D. Pedro I, em 1823, para exercerem as funções legislativas provinciais, documento citado por varios autores como a autorização para a criação das Policias Militares brasileiras, que foram criadas com os títulos de Guardas, Companhias ou Corpos de Permanentes, o novo modelo de Forças Policiais do Brasil, as atuais Polícias Militares Estaduais brasileiras.

CARTA DE LEI DE 10 DE OUTUBRO.

A Regência, em nome do Imperador, D. Pedro II, [...] sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º. O Governo fica autorizado para crear nesta Cidade um Corpo de Guardas Municipaes voluntárias a pé e a cavallo, para manter a tranquillidade pública e auxiliar a Justiça,[...].

Art. 2º. Ficão igualmente autorizados os Presidentes em Concelho para crearem iguaes Corpos, quando assim, julguem necessário, marcando o número de praças proporcionado.

Art, 3º. [...]. Art. 4º. Ficão revogadas todas as Leis em contrário.

[...]. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 10 de outubro de 1831, [...] – Francisco de Lima e Silva, – José da Costa Carvalho. – João Bráulio Moniz. – Diogo Antonio Feijó. (Coleção de Leis do Império, 1831 – grifei).

O conselho do Governo da Província do Espírito Santo, foi composto pelo presidente provincial, Antônio Pinto Chichorro da Gama e os membros, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coitinho, Manoel dos Passos Ferreira, padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro, reuniu-se, e conforme a Ata do Conselho Provincial:

“nesta sessão tratou-se da criação da Guarda paga de conformidade com a Lei de 10 de outubro. (FG/134, p.119-21).”

As autoridades da Província capixaba foram comunicadas a partir do dia seguinte, sobre a criação da Companhia de Guardas de Permanentes com 100 soldados, o 1º modelo de polícia provincial, e que o Alferes do Exército Brasileiro, Antônio Ferreira Rufino era o seu comandante, e permaneceu no cargo de 1831 a 1839 sem interrupção.

Outras provas incontestáveis são: “*Comunicação da criação ao Juiz de Paz*” em 13 de dezembro de 1831. *Comunicação da criação ao Commandante Interino das Armas*, em 14 de dezembro de 1831. *A Tabella de vencimentos da Companhia de Guarda de Permanentes*, em 2 de abril de 1832. *A Nomeação do cirurgião-mor para a Companhia de Permanentes*, em 19 de julho de 1832. O *Relatório presidencial*, de 1º de dezembro de 1833, além das incorporações na Companhia de Permanentes das 71 praças no período de 1831 a 1833. (FG/APE-ES).

Com base no citado Ato Adicional (atual emenda constitucional), de 12 de agosto de 1834, as Assembleias Provinciais decidem instituir por leis, as suas polícias intituladas de Guardas de Polícia Provincial, em substituição aos Corpos de Permanentes anteriormente criados pelos Conselhos de Governo a partir de 1831.

Desde a sua criação pelo Conselho de Governo da Província do Espírito Santo em 12 de dezembro de 1831, conforme documentos comprobatórios anteriormente citados, a atual Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, em toda a sua histórica trajetória, teve a sua estrutura organizacional modificada diversas vezes, em virtude das diversas transformações, principalmente, no cenário político da história brasileira, sendo denominada no Brasil Imperial, em 1831 (Companhia e Corpo de Permanentes), em 1835 (Guarda de Polícia Provincial), 1845 (Companhia de Guerrilha e Corpo de Pedestres),

1853 (Guarda Policial) e 1856 (Companhia de Polícia), e no Brasil Republicano, em 1889 (Guarda Cívica), em 1892 (Corpo de Segurança), em 1893 (Corpo de Polícia), em 1908 (Corpo Militar de Polícia), em 1924 (Regimento Policial Militar), em 1934 (Força Pública do Estado), em 1936 (Polícia Militar do Estado), em 1940 (Força Policial), em 1946 (Polícia Militar do Estado do Espírito Santo), em 2009 (Polícia Militar do Espírito Santo).

Unidades e subunidades especiais: uma necessidade institucional

O termo: Unidades e Subunidades especializadas nas Polícias Militares brasileiras, conforme iremos notar, historicamente, foi inicialmente designado para indicar os Batalhões e Companhias que tinham a missão de executar a atividade fim das Corporações castrenses, o Policiamento Ostensivo,¹ uma vez que elas eram estruturadas em Batalhões de Infantaria, nos moldes do Exército Brasileiro, porém, com as modificações organizacionais ao longo da história, estas Unidades e Subunidades denominadas de especiais, passaram a serem criadas para execução de atividades exclusivas votadas para um ramo específico e particular, na área da segurança pública em todas as regiões do Brasil.

¹ Aquele policiamento que é reconhecido imediatamente pelo fardamento, armamento, equipamento e viatura caracterizada.

A extinção da guarda policial e a origem de tropas especiais

Apesar das abordagens feitas pelos presidentes da Província do Espírito Santo, a respeito da atuação da Guarda Policial, segundo este autor (2021), pela Lei nº 12, de 16 de novembro de 1844, nas disposições gerais, consta o seguinte: “**Art. 4º. Fica dissolvida desde já a guarda policial**” (L. leis, 1844, p.15), ou seja, a partir do ano de 1845, a Província do Espírito Santo não mais contaria com a sua Guarda de Policial Provincial, que atuara substituindo o Corpo de Permanentes criado em 1831 na execução das atividades de policiamento ostensivo por quase dez anos depois de sua inserção pela Assembleia Legislativa Provincial capixaba.

A mesma lei determina a criação de uma Companhia de Guerrilha, e que todo o efetivo da extinta Força Policial seja transferido para essa nova Corporação, então, em cumprimento a lei nº 12/1844, o vice-presidente Joaquim Marcellino sanciona a Lei nº 8, de 29 de julho de 1845, que pelo art. 1º dispõe: “Fica desde já criada nesta província uma guerrilha que se empregará unicamente para prender criminosos e escravos fugidos”. (Loiola, 2021, p. 40), ou seja, uma tropa especializada, sem, no entanto, compor um Corpo Policial.

Nos demais dispositivos, prevê um efetivo de 20 integrantes voluntários, uniformizados, com um comandante nomeado pelo presidente da província, não sendo obrigados a ficarem aquartelados, e comparecer para as missões ,apenas quando convocados pelo comandante, para prenderem criminosos e escravos foragidos, nos demais casos somente quando convocados pelo presidente. O pagamento era por empreitada, e somente por dois meses consecutivos.

Com a extinção da Guarda Policial a partir de 1º de janeiro de 1845, a Província capixaba ficou sem a força regular para executar o Policiamento Ostensivo, e como solução, o governo imperial

publica a Lei nº 341, de 6.03.1845, que origina o Decreto nº 435, de 30 de setembro de 1845, que pelo art. 2º cria uma Companhia de Pedestres na Província do Espírito Santo sob o comando de um capitão ou tenente.

O Corpo de Pedestres, segundo obra deste autor (2010), atuou diretamente no policiamento ostensivo do solo espiritossantense até que, com base no art. 5º da Lei nº 4, sancionada em 19.07.1853, conforme publicou o *Correio da Victória*, em 11.01.1854, p.2, a Ordem do Dia nº 4 que fixou a contar de 1.01.1854, um efetivo de 21 integrantes, sendo um 2º sargento com salário de 700 rs., diários, um corneta com salário de 520 rs., e 19 soldados com salário de 500 rs., cada, e ainda, o valor de 18\$00 rs., anuais para aquisição de fardamento, instituindo-o como a Guarda Policial, cuja graduação mais alta de 2º sargento, porém, ainda sob o comando da Cia de Pedestres, até a publicação da Lei nº 4, de 8 de julho de 1856, que criou a Companhia de Polícia, com comando próprio e desvinculada do Corpo de Pedestres.

A primeira tropa caracterizada como especializada na PMES

A primeira tropa, que podemos dizer, ser especializada a ser criada na estrutura organizacional Companhia de Polícia capixaba, foi sugerida pelo presidente do ES, Eduardo Pindahyba de Mattos em seu relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial, em fevereiro de 1864, quando ele disse o seguinte:

Assim me parece acertado que das 41 praças, de que se compõe actualmente a companhia de policia, sejam 6, pelo menos, montadas, para accidir de prompto a qualquer emergencia do serviço;

com um aviso em tempo, com uma providencia rapida evitão-se muitas vezes males que momentos depois tornar-se-hião irremediáveis. (p.43).

A sugestão somente foi aceita mais de três anos depois, quando foi criada pelo Decreto nº. 549, de 3 de julho de 1867, conforme obra deste autor (2014), quando foi fixado o efetivo da Companhia de Polícia para o ano seguinte, em 60 (sessenta) praças, inclusive seis praças para atuação no policiamento montado, sendo prevista a patente de tenente para o cargo de comandante, com um soldo de 60\$000 réis e mais 20\$000 réis como uma gratificação de comando, sendo publicada a seguinte tabela de vencimentos das praças:

Total	Graduação	Soldo
1	1º sargento	1\$120
2	2º sargento	1\$000
1	Furriel	\$900
3	Cabos	\$840
1	Corneta	\$850
46	Soldados	\$800 (cada um)
Praças Montadas		
Total	Graduação	Soldo
1	Cabo	\$840rs. Forragens \$400
5	Soldados	\$800 rs. Forragens \$400

Fonte: Livro das leis, 1867, p.15, apud Loiola, 2014, p. 154.

Sem qualquer sombra de dúvidas, temos aqui, a célula *mater* e o início da história das organizações policiais militares especializadas na Polícia Militar do Espírito Santo, principalmente, do atual Regimento de Polícia Montada da Policia Militar do Espírito Santo.

Apesar da sugestão do presidente quanto ao aumento de efetivo para a Companhia, ao reorganizar do Corpo de Polícia para

o ano de 1905, a Lei nº. 434, de 26 de novembro 1904, mantém o mesmo número de 9 Oficiais e aumenta para 152 o número de praças, porém apresenta uma novidade, a criação da segunda tropa especializada da história da Corporação Policial Militar capixaba, nos seguintes termos: “Art. 2º. É creado um Corpo Volante, que será empregado em diligências pelo interior e o presidente do Estado autorizado a abrir crédito necessário para ocorrer as despesas de fardamento e armamento do referido corpo.” (p.20).

O alferes Abílio Martins foi designado para o comando do Corpo Volante, que historicamente ficaria conhecido no futuro, como a “*Polícia de Capturas*”, com atuação em diligências pelo interior do Espírito Santo com o objetivo de capturar criminosos, e podemos considera-lo o “embrião” das tropas de Missões Especiais da PMES, bastando lembrar que, segundo a Wikipédia, foi justamente o denominado “Corpo Volante” que sob o comando do tenente João Bezerra da Silva, da Polícia Militar de Alagoas, conhecida nacionalmente pela morte do cangaceiro Virgulino Ferreira (Lampião), e por destruir quase todo o seu bando, em 28 de julho de 1938 no município de Poço Redondo, em Sergipe.

A inserção de uma terceira tropa com funções, podemos dizer especializadas, conforme obra deste autor (2010), somente foi feita no Corpo Militar de Polícia do Espírito Santo, pela Lei nº 874, de 26 de dezembro de 1912, que criou na estrutura organizacional da Corporação capixaba, o Corpo de Bombeiros, posteriormente, classificado como subunidade especial.

O conceito de polícia especial muda a partir do final da década de 30, em virtude da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo ser composta por Batalhões de Infantaria, atuantes nas Revoluções de 1924, 1930 e 1932, exclusivamente preparados para operações de combate em revoluções, passou-se a caracterizar por “polícia especializada”, todas Unidades ou Subunidades destinadas a realizar a atividade fim da Corporação, o Policiamento Ostensivo.

Assim, a PMES em sua reorganização, visando atender as especificidades da época, sentiu a necessidade de criar tropa especializadas para atuar com exclusividade e eficiência em um campo específico voltado para a segurança pública, a presença ostensiva policial, e dá início a implantação de sua Subunidade de Polícia Especial para execução de sua atividade-fim.

A primeira Subunidade de Polícia Especializada da PMES

A criação da primeira Subunidade de Polícia para execução exclusiva do policiamento ostensivo da história da Polícia Militar do Espírito Santo, segundo este autor (2009), foi criada pelo Decreto Lei nº. 9.663, de 30 de julho de 1938, baixado pelo interventor federal, João Punaro Bley, determinando a extinção da Guarda Civil do Estado e a criação da primeira Subunidade de Polícia da história da PMES, nos seguintes termos a sua “certidão de nascimento”:

Art. 1º - Fica extinta a Guarda Civil e criada a Polícia Especial destinada ao serviço de Policiamento da Capital do estado.

Art. 2º - A Polícia especial será militarizada e constituirá uma sub-unidade da Polícia Militar, a cujo Comando geral estará subordinada para todos os efeitos. § 1º - Aplicam-se à Polícia Especial as leis, regulamentos e instruções em vigor na Polícia Militar [...]. § 2º - Um capitão da Polícia Militar, designado pelo Comando Geral exercerá as funções de Comandante da Polícia Especial [...].

[...]

Art. 4º - Na organização da Polícia especial poderão ser aproveitados os atuais guardas civis.

Art. 6º - A Polícia Especial terá no corrente ano, o seguinte pessoal: [...].

Parágrafo Único – Serão aproveitados, respectivamente, como sargento-ajudante, 1º sargento, 2º sargento, 3ºs sargentos, cabos, e soldados, os atuais guardas civis de 1ª, 2ª e 3ª classe.

Art. 7º - Os vencimentos do pessoal da Polícia especial serão fixados na tabela anexa do presente decreto.

Art. 8º [...]. Art. 9º - O atual fiscal geral da Guarda Civil poderá ser aproveitado numa das vagas de sub-tenente, [...] (BD nº. 170, de 1º. 08.1938).

Conforme se constata pelo diploma legal, fica estabelecido que na criação da Companhia de Polícia Especial, subordinada ao Comandante Geral da Corporação, Coronel Carlos Marciano de Medeiros, poderiam ser aproveitados, todos os integrantes do efetivo da extinta Guarda Civil capixaba.

A Companhia de Polícia Especial foi organizada sob o comando de um capitão da PMES, com um efetivo de um sargento ajudante, um 1º sargento, um 2º sargento, cinco 3º sargentos, 5 cabos, quinze soldados de 1ª classe, quarenta e dois soldados de 2ª classe e sessenta soldados de 3ª classe, e pelo mesmo Boletim Diário nº 170, foi designado para as funções de Comandante da primeira Subunidade de Polícia Especial da Polícia Militar do Espírito Santo, o capitão Pedro Maia de Carvalho.

Em virtude da concessão prevista nos art. 4º, 6º e 8º, foram aproveitados os integrantes da extinta Guarda Civil para compor o efetivo da Companhia de Polícia Especial da Força Policial capixaba, sendo, em 5 de agosto de 1938, feitas as promoções e inclusões na nova subunidade policial militar, dos 102 ex-guardas civis pelo Boletim Diário nº 174, de 5.08.1938, da Corporação capixaba.

A Companhia de Polícia Especial conforme obra deste autor (2017), vai assumir a destinação para a execução de operações relacionadas com as atividades de polícia de choque a partir do De-

creto nº. 15.901, de 2 de julho de 1945, assinado pelo governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, dispõe nos termos do art. 658, e § 1º, que a Companhia de Polícia Especial, militarizada e inclusa na Força Policial capixaba como subunidade isolada, terá as atribuições análogas aos do Corpo Militar, e ainda:

§2º. Como Órgão de Choque, de ação rápida e violenta, terá a Polícia Especial uma fração motorizada;

§ 3º. Compete-lhe ainda. Especialmente.

a) Incumbir-se da proteção pessoal das autoridades nas cerimônias públicas.

b). Acompanhar, quando autorizada, em viaturas próprias, o carro do Chefe do Poder Executivo, para efeito de livre trânsito e proteção às pessoas que o ocuparem. (Art. 658, Decreto nº 15.901/1945).

Assim, a Companhia de Polícia Especial, se torna o “embrião” das demais subunidades de policiamento ostensivo da PMES, bem como, as motorizadas especializadas em operações especiais de choque, de proteção e escolta de dignitários na história da Polícia Militar e do Estado do Espírito Santo.

Nascem novas Subunidades Especializadas na PMES

A Companhia de Polícia Especial atuou até a sanção de Lei nº. 730, de 25 de agosto de 1953, que o governador Jones dos Santos Neves (1951-54) reorganizou a Polícia Militar do Espírito Santo, autorizando a criação em sua estrutura organizacional, determinadas Unidades e/ou Subunidades, nos seguintes termos:

Art. 4º A Polícia Militar, formada pelo alistamento voluntário de brasileiros natos, é constituída: [...]

Parágrafo único. Integram também a Polícia Militar, um Corpo de Bombeiros, uma Companhia de Guardas, uma Companhia Escola, uma Companhia de Comando, uma Companhia de Serviços, uma Inspeção de Destacamento e dois Serviços, sendo um de Assistência Judiciária e o outro de Assistência Religiosa.

Tropa

Art. 26. Os elementos da tropa, reunidos de conformidade, com as disposições regulamentares e organizados com os recursos indispensáveis a sua vida administrativa, denominam-se Corpos, Unidades e suas Sub-unidades; Unidades e Sub-unidades Isoladas e **Unidades e Sub-unidades Especiais**.

Parágrafo único – As Unidades e Sub-Unidades Isoladas **ou Especiais**, quando dotadas de autonomia administrativa por ato executivo do Governo, são igualmente consideradas Corpos de Tropa.

Art. 27 – A Tropa, conforme suas frações, terá Comando especificado como se segue:

- a) – Regimento e Batalhão Isolado ou **Especial**, por um tenente coronel;
 - b) – Batalhão Incorporado, por um major;
 - c) – Companhia Incorporada, Isolada ou **Especial**, por um capitão;
- [...].....(DOE nº. 8.572, de 26.08.1953 - grifei).

A partir do art. 28 temos:

O Corpo de Bombeiros, [...], considerado como Sub-Unidade Especial. Art. 29, a Companhia de Guardas, [...] considerada como Sub-Unidade Especial. Art. 30, a Companhia Escola, [...], considerada como Sub-Unidade Especial, e ainda, no Art. 31, a Companhia de Comando, [...], considerada como Sub-Unidade Especial e Art. 32, A Companhia de Serviços, [...], considerada como Sub-Unidade Especial.

Ocasão em que, segundo obra deste autor (2020), pelo art. 41, a citada lei extinguiu a Companhia de Polícia Especial, a substituindo pela a Companhia de Guardas da PMES.

A primeira Unidade Especial de Polícia Ostensiva da PMES

Em 10 de novembro de 1956, conforme obra deste autor (2009), Francisco Lacerda de Aguiar “Chiquinho”, governador capixaba, (1955-58), pela Lei nº 1.140, reorganiza a PMES, modificando alguns dispositivos da Lei nº 730/53, sem, no entanto, alterar o seu art. 26, o que permite então, ao Cel PM Sidronílio Firmino, comandante-geral da Corporação Capixaba (1955-57), com base na autorização legal para criação de Unidades Especiais, que crie as citadas Unidades, e ele resolve:

9) – INSTITUIÇÃO: - I – Em caráter experimental, é nesta data instituído um Batalhão com o efetivo de três companhias, do tipo especial; uma companhia de Comando e serviços e um Pelotão de Metralhadoras. II – Essa Unidade, com denominação, também, experimental, de ‘BATALHÃO ESPECIAL DE POLICIAMENTO OSTENSIVO’, se constituirá dos oficiais e praças ora ainda pertencentes ao efetivo do IIº Batalhão, da Companhia de Guardas e mais os elementos considerados dispensáveis. (PMES – BD nº 270, de 1º. 12.1956).

Assim, temos o surgimento da primeira Unidade de Policiamento Ostensivo da PMES, o Batalhão Especial de Policiamento Ostensivo (BEPO), instituído em caráter experimental, composto pelo efetivo do extinto 2º Batalhão de Infantaria e da Companhia da Guardas, passan-

do a ocupar a antiga sede da extinta subunidade, atrás no Quartel do Comando Geral do Moscoso, Centro de Vitória, capital do ES.

O genitor deste autor, então 2º sargento Olinto Loiola, (98 anos), fez parte do BEPO, sendo sargenteante da 2ª Companhia de Policiamento Ostensivo, sob o comando do capitão Argeu Furtado de Almeida.

O Batalhão Especial de Polícia Ostensiva funcionou até o ano de 1959, quando pela Lei nº. 1.476, de 28 de dezembro de 1959, a PMES assim reorganizada:

Art. 3º - As Unidades e Sub-unidades de Polícia Militar compreendem:

I - Unidades e Sub-unidades semelhantes às de Infantaria do Exército:

a) - 2 (dois) Batalhões de Infantaria.

b) - 1 (uma) Companhia Escola.

II - **Unidades e Sub-unidades Especiais:**

a) - 1 (uma) Companhia de Comando e Serviços.

b) - 1 (uma) Companhia de Guardas.

c) - 1 Corpo de Bombeiros. (BD nº. 291, de 31.12.1959 - destaquei).

Por força legal, mantém como o Corpo de Bombeiros como Unidade Especial, e como Subunidades Especiais, a Companhia de Comando e Serviços (CCS), e a recria mais uma vez, a Companhia de Guardas (CG) para executar o Policiamento Ostensivo em substituição ao extinto Batalhão Especial de Polícia Ostensiva (BEPO).

Renasce o Batalhão de Polícia, como Unidade Especial na PMES

Em 20 de março de 1964, com a edição da Lei nº 1.997, o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, reorganiza a PMES, man-

tendo os 1º e 2º Batalhões de Infantaria e a autorização para a criação de Unidades Especiais.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 86 – Para atender as necessidades impostas pelas atividades da Polícia Militar e de acordo com seu efetivo, a Tropa, [...], fica assim constituída e alterada, na forma do artigo 56 desta lei, [...]:

I – Unidades e Subunidades de Infantaria:

- a) – Dois Batalhões de Infantaria (Incorporados);
- b) – Uma Companhia de Comando e Serviços (Incorporada);

II – Unidades e Subunidades Especiais:

- a) – Um Batalhão de Polícia (Incorporado);
 - b) – Um Corpo de Bombeiro (Unidade-Incorporada);
 - c) – Um Corpo de Serviços Auxiliares (Subunidade Incorporada);
 - d) – Uma Companhia Escola (Incorporada).
- (BD nº. 70, de 13. 04.1964). (Grifo nosso).

Assim, surge a segunda unidade da PMES, com a denominação de BATALHÃO DE POLÍCIA, nos moldes do embrionário BEPO, o qual incorpora a Companhia de Guardas em sua organização, com a seguinte composição:

COMANDO, COMPANHIA DE COMANDO, PELOTÃO DE INVESTIGAÇÕES, PELOTÃO DE SERVIÇOS, COMPANHIA DE GUARDAS, PELOTÃO DE METRALHADORAS e ainda uma **COMPANHIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO** que contava com o Comando, Seção e Grupo de Comando, e de Serviços, Turma de Administração e de Aprovisionamento e 1º e 2º Pelotão de Policiamento, **Pelotão de Choque**, com efetivo previsto de 1(cap) 1(1º ten), 3(2º ten), 1(subten), 1(1º sgt), 3(2º sgt), 11(3º sgt), 16(cb) e 89(sd), total de 126 (cento e vinte e seis) integrantes.

E ainda, uma **COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESPECIAL** composta pelo Comando, Seção e Grupo de Comando e de Serviços, Turma de Administração, Manutenção e Aproveitamento, **Pelotão de Policiamento de Trânsito e Rodoviário, Pelotão de Policiamento Rural e Florestal**, Pelotão de Policiamento Geral, com o mesmo efetivo previsto para a citada Companhia de Policiamento Ostensivo.

É importante observarmos, que além do Batalhão de Polícia como Unidade especial, temos conforme obra deste autor (2010), o Corpo de Bombeiros como Unidade Especial incorporada, um Corpo de Serviços Auxiliares como subunidade incorporada, e segundo obra deste autor, 2023 (a publicar), consta ainda, a histórica Companhia Escola, originária da Escola de Polícia que fora criada na Companhia de Polícia, pela Lei nº 28, de 19.11.1875, porém, sem caracterizar-se como subunidade especializada.

Além das inserções anteriores, surgem dentro da Companhia de Polícia Ostensiva a implantação do Pelotão de Choque, e da Companhia de Policiamento Especial, a implantação dos Pelotões de Policiamento de Trânsito e Rodoviário, e de Policiamento Rural e Florestal, a origem da história de algumas das Unidades e Subunidades Especializadas da PMES, como segundo obra deste autor (2011 e 2018), o Batalhão de Missões Especiais (BME), o Batalhão de Trânsito (BPTran) e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), responsáveis pela execução destas modalidades de policiamento no Estado capixaba.

O início das operações com a utilização de cães na história da Polícia Militar do Espírito Santo, surge em 1970, conforme obra deste autor (2015), quando o comandante-geral, coronel em comissão, Hilton do Valle, publica o croqui da área de instalação do Canil da PMES, na antiga sede do 1º BPM.

No dia 2 de junho de 1970 (BD nº 090), foi enviado a São Paulo para acertar os detalhes sobre a realização do curso de cinofilia e

a doação dos cães ofertados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, o capitão Djalmir Carlos Hooper Borges, o qual retornou em 15 de junho de 1970 (BD 099), e no dia seguinte, 16 de junho de 1970 (BD 103-04), seguiram para São Paulo, o capitão, dois 3º sgt e cinco soldados da PMES, os quais concluíram o curso de cinofilia na PM paulista em 3 de agosto de 1970 (BD 136).

Assim, é partir de junho de 1970, com a criação do **Canil da PMES**, Corporação incluso na Companhia de Polícia Especial do 1º BPM, que se iniciou a história das operações com cães na PMES, sendo que o Canil da extinto em 1976, foi reinaugurado em 31 de dezembro de 1994, no Esquadrão de Polícia Montada, e posteriormente, em 21 de março de 1995 (adt.º DP, nº 022), foi transferido para a Companhia de Choque, assim, podemos considerar o Canil da PMES a célula mater do atual Batalhão de Ações com Cães (BAC), criado pelo Decreto nº 4.970, de 27.09.2021.

A relação da PMES com a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, advém do Decreto nº 7.437-E, de 25 de junho de 1999, com implantação do Sistema de Segurança Escolar (SISE), prevendo a ação da PMES na segurança em Escolas públicas, originando a **Patrulha Escolar**, considerada a célula mater da Companhia Especializada de Polícia Escolar (CEPE), bem como, a atuação da PMES dentro do ambiente escolar, que resultou no curso de 30 Instrutores do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), concluído em 29 de setembro de 2000, data da implantação do programa pela PMES.

A origem dos Comandos Regionais da PMES

Historicamente, podemos apontar a **Inspetoria de Destacamentos** instituída na PMES, pela Lei nº 730, de 25 de agosto de

1953, para nos termos do art. 33, “[...], inspecionar periodicamente as Unidades e Subunidades isoladas e os destacamentos policiais militares em todo o território estadual”, como o “embrião” dos Comandos Regionais do Interior, porém, não encontrei registros de órgão que possa relacionar com os Comandos da Regionais da Capital e nem Especializado.

A implantação de Comandos Regionais para o interior e para a capital do Estado do Espírito Santo, se deu através da Lei nº 3.044, de 31 de dezembro de 1975, no governo de Êlcio Álvares, que nos termos dos art. 31, 32 e parágrafo único, criou-se em escalões intermediários de comando, o **Comando de Policiamento da Capital (CPC)** com autonomia para abranger os municípios limítrofes com o de Vitória, e o **Comando de Policiamento do Interior (CPI)**, com autonomia para abranger todos os demais municípios do Interior do Estado.

Assim, a partir da inserção dos citados Comando de Policiamento da Capital e do Interior, foi que pelo Decreto nº 728-R, de 31 de maio de 2001, o governo do Estado resolveu criar como órgãos de escalão intermediário de comando responsável perante o comandante-geral da PMES, pela polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública, competindo-lhe o planejamento, comando, coordenação, fiscalização e controle operacional dos órgãos e unidades subordinadas dentro de suas respectivas áreas de circunscrição os Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano (CPOM), Comando de Polícia Ostensiva do Norte (CPON), Comando de Polícia Ostensiva do Sul (CPOS).

E finalmente, o Comando de Polícia Ostensiva Especializado (CPOE) foi criado pelo Decreto nº 3.032-R, de 19 de junho de 2012, sede na Região Metropolitana da Grande Vitória e área de articulação o Estado do Espírito Santo, podendo ser empregadas em outro tipo de policiamento sempre que as necessidades exigirem, e que, atualmente, tem sob sua subordinação o Batalhão de Polícia Militar

Ambiental (BPMA), o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran), o Batalhão de Missões Especiais (BME), o Regimento de Polícia Montada (RPMont), o Batalhão de Ações com Cães (BAC), a Companhia Especializada de Polícia Escolar (CEPE), e a Companhia Especializada de Polícia de Guarda (CEPG).

Considerações finais

Encerrando este artigo que contempla parte da história da Polícia Militar do Espírito Santo, abordando a evolução histórica de suas Unidades e Subunidades Especializadas, atualmente subordinadas ao importante Comando de Polícia Ostensiva Especializado (CPOE), objeto desta obra, e que agora o perpetua na história do Estado do Espírito Santo e da sociedade capixaba, ratificando parte do pronunciamento do coronel Sidronílio Firmino, ao deixar, pela segunda vez, o comando da PMES, em 1957, quando disse: “Tudo é efêmero e de vida breve, só a memória é eterna”.

Referências

- ESPIRITO SANTO (Estado). Decreto nº 4.970-R, de 27 set. 2021. *Dispõe sobre organização básica da PMES*. Vitória: DIO, 2021.
- _____. Proerd comemora 20 anos de existência. *Notícias*, 20 set. 2020. Disponível em: <https://pm.es.gov.br/>. Acesso em 24 set. 2022.
- LOIOLA, Gelson. *A Companhia de Guardas da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: [no prelo], 2020.
- _____. *A evolução histórica da Polícia Militar do Espírito Santo no Período Imperial: 1800 – 1889*. Vitória: [no prelo], 2021.
- _____. *A evolução histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Espírito Santo*. Vitória-ES: Canela Verde, 2010.

_____. *A evolução histórica do Primeiro Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: GSA, 2009.

_____. *As Instituições de Ensino da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória-ES: [a publicar], 2023.

_____. As operações com cães na PMES: 45 anos de história. *Revista do IHGES*, nº. 71, Vitória, 2015, p.95-127. ISSN 1981-9528.

_____. *O Batalhão de Missões Especiais da PMES: Celeiro de heróis*. Vitória: [no prelo], 2023.

_____. *O Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar do Espírito Santo: BPTran*. Vitória: DIO, 2011.

_____. Regimento de Polícia Montada da PMES. *Revista do IHGES*, nº. 70, Vitória, 2014, p.145-83. ISSN 1981-9528.

Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso em 23 set. 2021.

SILVA, João Bezerra da. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso em 18 set 2021.

O BANDES NOS ANOS 1990: UM BANCO “PARA FORA” (PARTE 2)

*Anaximandro Amorim**

Resumo: O presente artigo, de uma série, tem por objetivo apontar as principais ações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) na década de 1990. Este é o segundo e último de uma série sobre a década em questão.

Palavras-chave: Bandes. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Anos 1990. Série.

1. Introdução

A despeito das agudas crises econômicas dos anos 1980 e 1990, o Bandes participou do desenvolvimento econômico do Espírito Santo com programas implementados para oferecer aos capixabas condições de continuar investindo nos setores produtivos, com resultados tanto no campo como na área urbana. Os programas do Bandes beneficiaram pequenos investidores de áreas diferenciadas, como mármore, granito, cafeicultura, diversificação agrícola, atualização tecnológica, confecções, turismo, cultura e várias outras.

Foram também realizados estudos, financiamentos, investimento de risco, apoio técnico, estímulo para a criação de associações e orientações sobre as melhores opções de melhoria das atividades

* Advogado, professor e escritor. Membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e da Academia de Letras de Vila Velha (ALVV). Mestre em Estudos Literários pela Ufes. Funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

foram alguns dos artifícios utilizados pelo Bandes para promover o desenvolvimento econômico do Estado. Os pequenos empresários e produtores foram mais beneficiados pela ação do Banco,¹ dado o exaurimento do modelo desenvolvimentista dos anos 1970 e com o fim das obras da antiga CST, hoje, ArcelorMittal, nos anos 1980.

Alguns setores vinham apresentando resultados significativos desde os anos 1970 e 1990, com projetos em áreas que continuaram a se desenvolver na década de 1990, como os da indústria química, de cimento, metalomecânica, o setor de mármore e granito, agroindustrial, suinícola, em Nova Venécia, e destilarias de álcool no Norte do Estado. Além desses, o Bandes vinha se destacando em projetos de ponta para a época, tais como os direcionados à preservação ambiental e também os de apoio às atividades culturais.² Além do café, da produção de aço, celulose, movimentação de cargas para a exportação, mármore e granito e empresas de transportes.

2. As ações da década

2.1. MEIO AMBIENTE

Revelando um pioneirismo surgido no final da década anterior, o Bandes se preocuparia, naqueles anos 1990, com a questão ambiental, implementando dois programas: em primeiro lugar, o Programa de Controle da Poluição Industrial (Procop), que objetivava financiar equipamentos antipoluentes a partir da identificação das

¹ Os programas Propem e Sein serão tratados em capítulo à parte.

² AMORIM, Anaximandro. *Desenvolvimento e Economia da Cultura: Um breve relatório das ações culturais do Bandes a partir dos anos 1980*. Bandes. Vitória, 4 de janeiro de 2013.

principais fontes poluidoras graças ao levantamento da Secretaria de Meio Ambiente. E, em segundo, o Pró-natureza (Programa de Incentivo à Formação de Hortos Florestais) nos diversos municípios capixabas. O programa Pró-Natureza visava servir de base ao fomento ambiental nos municípios, de tal arte que suscitou uma série de ações.

Uma delas, em março de 1991, foi a visita do coordenador do curso de Treinamento em Arborização em Áreas Urbanas,³ o engenheiro Miguel Milano, em Fundão, dentro do Programa Horto Florestal, que promoveu um curso, pelo Bandes e Geres, demonstrando a abrangência da arborização urbana, seus benefícios, planejamentos e critérios específicos.

No ano seguinte, na Reserva Florestal de Linhares/ES aos dias 11 a 15 de maio de 1992, foi promovido o Curso de Introdução à Agrossilvicultura, por Prefeituras, Bandes, Geres, CVRD, Aracruz Celulose, Seama, Seag, Emater, ITCF. Teve como objetivo capacitar técnicos das instituições aí envolvidas para viabilizar a implantação de unidades de demonstração de sistemas agrossilvopastoris, em propriedades rurais, com base em um programa de fomento e extensão florestal a ser desenvolvido no âmbito dos Hortos Florestais. O curso teve segmento nos dias 28 e 29 de maio do mesmo ano.

2.2. MÁRMORE E GRANITO

O Bandes não apenas apoiou, mas, pode-se dizer, auxiliou na organização e na competitividade do setor de rochas ornamentais. Como a exploração de mármore e granito no ES é relativamente recente, realizada desde os anos 1960, em fins dos anos 1980, eram

³ Arborização urbana: critérios para garantir a qualidade. Bandes, *Boletim Informativo* 25. Vitória, ano IX, 25 de março de 1991.

aproximadamente 300 empresas capixabas do ramo, dentre pequenas e médias. Isso significava que, isoladamente, elas possuem poucas condições de investir no desenvolvimento tecnológico, pois isso implica num significativo investimento financeiro.⁴

Dessa forma, em abril de 1988, foi criada uma associação civil, com integral apoio do Bandes, o Cetemag (Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Mármore e Granito) surgiu da união de empresários do setor para resolver os problemas do ramo. A criação do Cetemag e o apoio do banco foram fundamentais para o desenvolvimento do setor, de tal arte que, mais tarde, em maio de 1997, foi criada uma Câmara de Mármore e Granito dentro do Bandes, a reboque dos vários núcleos que se constituíram no banco desde então.

A câmara do Bandes promoveu várias realizações. Uma delas foi um curso de extensão no Uso de Rochas Ornamentais na Arquitetura, promovido em parceria com a Ufes e o Cetemag, nos dias 30 de julho a 12 de setembro de 1997.⁵ O curso previa estimular o uso de produtos regionais na construção civil e divulgar as características e vantagens técnicas, econômicas e estéticas do uso de rochas ornamentais capixabas, dentre outros fatores. Destinava-se a arquitetos, engenheiros civis, construtores e decoradores.

Ademais, em reunião realizada em 25 de julho daquele ano,⁶ a Câmara Estadual do Mármore e do Granito aprovou um protocolo de intenções proposto pelo Sebrae-ES, tendo como participantes diversas entidades que atuam diretamente no setor de rochas orna-

⁴ Cetemag. Bandes, *Informativo Bandes*. Vitória, maio de 1989.

⁵ Câmara do mármore e granito do Bandes. Bandes, *Boletim Informativo* 679. Vitória, ano X, 23 de maio de 1997.

⁶ Câmara estadual do mármore e granito. Bandes, *Boletim Informativo* 699. Vitória, ano X, 01 de agosto de 1997.

mentais, dentre elas o Bandes, a Findes, o Cetemag, o Sindirochas e a Ufes, além do próprio Sebrae.

De acordo com o documento, os participantes elaborariam um plano de ações macroestratégicas que visaria ao fortalecimento do setor de mármore e granito no Espírito Santo. O documento seria assinado durante a 9ª Feira Internacional do Mármore e do Granito, que aconteceria entre os dias 26 e 30 de agosto, em Cachoeiro do Itapemirim/ES.

Sérgio Borges, então presidente do Bandes, representando o governador Vitor Buaiz, fez a abertura oficial da feira.⁷ Na ocasião, Borges ressaltou a importância do setor marmoreiro para a economia capixaba e efetuou, ao presidente do Cetemag, José Afonso Coelho, a entrega de um cheque no valor de R\$ 20 mil, referente à primeira parcela que o Bandes destinou à conclusão de obras de ampliação daquela entidade, conforme ficou acordado em convênio firmado entre o banco, a iniciativa privada e a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

O Bandes participou da feira com um estande, onde técnicos da instituição deram, durante o evento, informações sobre as linhas de financiamento disponíveis para o setor de mármore e granito.

2.3. TURISMO

A história do Bandes e do turismo capixaba têm estreita relação desde o ano de 1971, quando o banco criou uma gerência específica para o assunto. Assim, fica difícil discorrer resumidamente sobre todas as ações da instituição na área, destacando-se, apenas, segundo crônica da época, a existência de uma Câmara Setorial de

⁷ Sérgio Borges preside abertura da feira do mármore e granito. Bandes, *Boletim Informativo* 708. Vitória, ano X, 02 de setembro de 1997.

Turismo, da qual se menciona, pela primeira vez, em um boletim interno, no ano de 1996.⁸

Vale destacar que o Governo do Estado lançou, no dia 16 de dezembro, o programa turismo para o verão 97.⁹ O lançamento aconteceu no antigo Cerimonial Itamaraty, em Vitória, e contou com a presença de todos os órgãos públicos e representantes da iniciativa privada, envolvidos na melhoria do turismo capixaba, com o objetivo de atrair turistas de todo o país.

O ES, segundo o então governador Vitor Buaiç, foi o primeiro Estado a municipalizar o turismo numa ação conjunta entre governo e iniciativa privada. No lançamento do plano, a Secretária Executiva da Câmara Estadual de turismo, Elizete Siqueira, do Bandes, destacou as principais ações desenvolvidas para melhorar a estrutura turística no Estado, que vinham desde a melhoria das estradas, sinalização e segurança, à necessidade de dar conforto ao turista, garantindo fornecimento de água, energia elétrica e os direitos do cidadão.

Outra ação de destaque foi a participação no I Encontro Luso-Brasileiro de Turismo Sênior, em maio de 1997.¹⁰ O Espírito Santo levou, aí, uma numerosa delegação, da qual o Bandes, graças à sua Câmara Estadual de Turismo, inscreveu 62 pessoas. Em encontro se deu do dia 16 ao dia 26 deste mês em Algarve, Portugal, e destinou-se a pessoas da terceira idade, tendo, entre os inscritos, associados ao Clube da Maior Idade e pessoas aposentadas. A coordenadora

⁸ Com o início das mudanças de leiaute processadas no 12º andar, o pessoal da Câmara Setorial de Turismo foi transferido para o 14º, onde existia o miniauditório. Bandes, *Boletim Informativo* 601. Vitória, ano IX, 22 de maio de 1996.

⁹ Governo lança plano de turismo Verão 97. Bandes, *Boletim Informativo* 641. Vitória, ano IX, 17 de dezembro de 1996.

¹⁰ Espírito Santo leva uma das maiores delegações ao Encontro Luso-Brasileiro de Turismo Sênior. Bandes, *Boletim Informativo* 678. Vitória, ano X, 20 de maio de 1997.

estadual do Projeto da Maior Idade da Câmara de Turismo, Genilda Baroni, disse que apenas 20 vagas estavam disponíveis para o ES mas que o Estado conseguiu reunir 62 pessoas, uma das maiores delegações do evento.

Além desse evento, a Câmara de Turismo do Bandes participou, nos dias 22 e 24 de maio de 97, da Expo SACs – I Exposição de Serviços de Atendimento ao Consumidor. A feira, que se deu na antiga área de eventos do Shopping Vitória, teve como objetivo mostrar as melhores iniciativas desenvolvidas em busca de harmonia nas relações com clientes.

A Embratur ratificaria, mais uma vez, a aprovação do *Programa Crédito Popular de Incentivo ao Emprego no Turismo*, dentro do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).¹¹ O programa apoiava pequenos prestadores de serviços que promoviam atividade de animação, alimentação e transporte, nas praias e locais de interesse turístico; pequenas pousadas e outros meios de hospedagem; bares e restaurantes de finalidade turística; agências de viagens; e serviços de apoio ao turismo. Para receber recursos do programa, os projetos deveriam estar localizados em municípios considerados prioritários ao desenvolvimento do turismo.

O valor máximo das operações de financiamento era de R\$ 20.000,00 e eram considerados itens financiáveis obras de construção civil, móveis e utensílios (mobiliário, eletrodomésticos, louçaria, talheres e afins), máquinas e equipamentos novos (informática, comunicação, sonorização, segurança e refrigeração, dentre outros), meios de transporte de uso exclusivamente turístico e capacitação de mão-de-obra necessária ao empreendimento para prestação de serviços turísticos.

¹¹ Embratur cria linha de turismo de crédito para pequenos negócios em turismo. Bandes, *Boletim Informativo* 700. Vitória, ano X, 05 de agosto de 1997.

2.3.1. Turismo rural

O Bandes também oferecia uma linha de crédito semelhante: a Turismo Rural.¹² O objetivo era proporcionar a empresas e produtores rurais novas fontes de renda, mediante a concessão de crédito e de prestação de assistência técnica e gerencial. Eram considerados beneficiários pessoas físicas e jurídicas sediadas no Espírito Santo, com renda agropecuária anual bruta inferior a R\$ 50 mil.

Entravam como itens financiáveis as obras civis relacionadas à construção de chalés e alojamentos rurais; aquisição ou construção de equipamentos de lazer; montagem de postos de vendas de produtos rurais; pequenas obras e serviços de eletrificação rural; animais de trabalho; aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios novos; e infraestrutura de saneamento básico e de acesso ao empreendimento.

2.4. SETOR MOVELEIRO

Ainda na esteira dos programas para setores estratégicos da economia capixaba, o Bandes, em parceria com o Geres, Sebrae, Ideies e o Senai traçou vários estudos sobre a situação do setor moveleiro do Espírito Santo, no período.¹³ O objetivo era tentar uma articulação entre os agentes de fomento no que tangia a crédito, treinamento, gestão, qualidade e mercadologia. Participavam do trabalho, pelo Bandes, Maria Helena Andrade, da Gepla, Oswaldo Andaku, da Gecri, e Arlindo Vilaschi Filho, como consultor.

Como ações de destaque, a equipe do Bandes esteve reunida com empresários de Colatina no dia 14 de outubro de 1996 e em

¹² Idem ao anterior.

¹³ Competitividade no setor moveleiro. Bandes, *Boletim Informativo* 630. Vitória, ano IX, 18 de outubro de 1996.

Linhares no dia seguinte. Em Colatina, a reunião foi com 20 empresários, cujas empresas empregavam 600 pessoas. O sindicato contava com 149 filiados e estimava-se um outro tanto de empresas informais no setor. Em Linhares a reunião foi com 25 empresários, cujas empresas empregavam aproximadamente 1.000 pessoas. O universo de empresas estimado é similar ao de Colatina. A 19 de outubro ocorreu outra reunião, com empresários da Grande Vitória e Região Sul.

O grupo que estudava a competitividade no setor moveleiro também se reuniu, em 12 de novembro do mesmo ano,¹⁴ para tratar da tendência a se evitar a utilização da madeira de lei, devido ao crescente processo de extinção, do maquinário utilizado pela indústria moveleira, do leiaute das empresas e do principal centro de excelência que atende ao setor.

2.5. COMÉRCIO EXTERIOR

Com a estabilidade conferida pelo Plano Real e uma maior abertura das importações, o Espírito Santo se firmaria como um dos maiores entrepostos de comércio exterior do Brasil. Tanto que, em 1994,¹⁵ as EADIs (Estações Aduaneiras Interiores), todas basicamente fundadas com recursos do Fundap, começam a entrar em funcionamento, com apoio ou financiamento do Bandes. É inaugurada a Coimex Armazéns Gerais, empresa do Grupo Coimex, que se transformará no maior porto seco privado do Brasil e contribuirá fortemente para a expansão das importações no Estado.

¹⁴ Indústria de móveis. Bandes, *Boletim Informativo* 635. Vitória, ano IX, 22 de novembro de 1996.

¹⁵ AMORIM, Anaximandro. *História Econômica do Bandes por décadas: À guisa de uma Historiografia Institucional*. Bandes. Vitória, 8 de outubro de 2012.

No ano seguinte, o Espírito Santo, ainda comemoraria esse *boom* de importações, com a inauguração de mais três EADIs: a Terça, do Grupo Cotia; a Silotec e a Hiper Export, todas com parte do capital financiado pelo Bandes. Os pátios ficam lotados de carros importados.

A fase de implantação das EADIs oportuniza a excelente estrutura portuária que o Estado possui, passando a oferecer os serviços agregados de competência dos chamados Portos Secos. Nelas também são executados todos os serviços aduaneiros a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e exportação (conferência e despacho aduaneiros), podendo, ainda, prestarem serviços de acondicionamento, reacondicionamento e montagem de mercadorias importadas submetidas ao regime especial de entreposto aduaneiro.

Tal estado de coisas animou a direção do Bandes à criação de um Núcleo de Comércio Exterior, o Nucex, no início de dezembro de 1996, formado pelo economista especialista em comércio exterior Cláudio Alves Monjardim e pela técnica do Bandes, Sandra Ely Guasti de Almeida.¹⁶ Como função do núcleo estava, entre outras, as relações comerciais do Espírito Santo, com seus parceiros, entre eles Alemanha, Cingapura, Coreia, China e Chile. Para isso, o núcleo elaborou alguns documentos, com objetivo principal vender a imagem comercial do Espírito Santo para o mercado internacional.

A divulgação de Estado, entretanto, já havia começado antes mesmo da criação do Núcleo. Na ocasião em que o embaixador da Alemanha esteve em Vitória, em novembro daquele ano, um documento sobre o comércio entre o Espírito Santo e a Alemanha seria distribuído entre empresários capixabas e para o próprio embai-

¹⁶ Núcleo de Comércio Exterior é estruturado no Bandes. Bandes, *Boletim Informativo* 642. Vitória, ano IX, 20 de dezembro de 1996.

xador. Participam da elaboração desses documentos o Bandes e o Sebrae.

O núcleo também trabalhou na viagem que o governador Vitor Buaiz fez à China, Cingapura e Coreia, com o objetivo de estreitar relações comerciais com o Espírito Santo. O núcleo também preparou um workshop com empresários do Estado e alguns Tigres Asiáticos (Malásia, Indonésia e Filipinas).

Outra ação de relevância do Nucex foi uma reunião, no dia 9 de janeiro de 1997,¹⁷ no Bandes, com o diretor-executivo do Trade Point Vitória, Antônio Carlos Ribeiro Valente, o diretor financeiro do Bandes, Sebastião José Balarini, e os técnicos do Núcleo de Comércio Exterior do Banco, Cláudio Monjardim e Sandra Ely. A reunião teve como objetivo atender a uma demanda do Trade Point, que solicitou a atenção do Bandes ao empresário americano Don E. Sanchez, presidente da Chesapeake Speciality Products. A empresa pretendia se instalar no Espírito Santo, provavelmente no Terminal Intermodal (TIMS), em uma área de três a quatro acres, para a fabricação de produtos voltados para o mercado internacional, com a utilização de matéria prima a carepa, resíduo de processo siderúrgico que, uma vez beneficiado, é utilizado como instrumento para limpeza de estruturas. Estimava-se uma produção inicial de 30 mil ton/ano, com 4.000 contêineres ano, tudo ecologicamente correto.

2.6. VESTUÁRIO

No ano de 1990, nasceria, dentro do Centro Tecnológico da Indústria de Confecções do Espírito Santo (Cetecon, criado pelo Bandes em outubro do ano anterior, com 49 associados), o Centro

¹⁷ Nucex. Bandes, *Boletim Informativo* 647. Vitória, ano X, 10 de janeiro de 1997.

de Pesquisa da Moda, que teria importância cada vez maior para a evolução e o posicionamento do setor nos mercados nacional e internacional. Durante 16 anos também seria realizada a Fitec – Feira da Indústria Têxtil e de Confecções do Espírito Santo, que tinha como objetivo divulgar tendências e atrair compradores e fornecedores.¹⁸

Em 10 de abril de 1997 aconteceria mais uma reunião do Comitê executivo para Competitividade da Indústria do Vestuário do Espírito Santo, cujo objetivo era apresentar o estágio em que se encontravam as ações voltadas aos interesses da entidade e desenvolvidas nas áreas de marketing, tributos, capacitação empresarial e instituições de fomento.

Na ocasião, o Bandes expôs a proposta de adoção de um programa voltado para o incremento das exportações interestaduais, que seria analisado por empresários capixabas do ramo de confecções.¹⁹

3. Outros

Na esteira das mudanças engendradas pelo banco a fim de agilizar os processos de financiamento e, por conseguinte, aproximar-se do público, o Bandes criou, em 06 de maio de 1996, o Cocre (Comitê de Crédito). Tal se deu para buscar mais segurança nas operações, evitando aumentar o nível de inadimplência, já considerável. O Cocre foi instaurado pela Diretoria, pelo Comunicado nº 077 – PRESI, compondo-se dos gerentes operacional, administrativo, financeiro e de recuperação de crédito que, dentre outras

¹⁸ AMORIM, Anaximandro. História Econômica do Bandes por décadas: À guisa de uma Historiografia Institucional. Idem.

¹⁹ Moda é um estado de espírito. Bandes, Boletim Informativo 670. Vitória, ano X, 15 de abril de 1997.

responsabilidades, tem a de decidir sobre as operações de crédito que estiverem dentro da sua alçada.

Além da criação do Cocre, a instituição deu um passo pioneiro no Estado, quicá no Brasil, quando a diretoria do Bandes aprovou, no dia 08 de dezembro de 1997, como forma de reduzir o risco de inadimplência nos novos contratos de financiamento, a substituição do sistema de hipoteca por alienação fiduciária, para os bens imóveis apresentados em garantia.²⁰ O motivo era a execução, de modo mais simples e rápido, dessas garantias, para se resguardar de possíveis futuras inadimplências.

O novo sistema começou a vigorar no dia 10 de dezembro e foi aplicado em todos os processos já aprovados e ainda não contratados pelo banco. Mais tarde, no dia 12 de dezembro, a Gejur (Gerência Jurídica) registraria a primeira cédula de crédito garantida por alienação fiduciária de imóveis. O financiamento foi concedido à Cultural Ensino e Distribuidora Ltda., para a ampliação e instalação da empresa. O imóvel dado em garantia foi o estabelecimento sede da própria empresa, localizado na Praia do Canto, em Vitória, e pertencente aos sócios da Cultural Ltda.²¹

4. Criação de novas linhas e programas de financiamento

Visando aumentar seu campo de atuação e oferecer o maior número possível de produtos, dentro de nichos específicos de mercado, principalmente após o exaurimento das grandes plantas, o Bandes começa a investir nas pessoas físicas, sobretudo no setor in-

²⁰ Bandes vai substituir hipoteca por alienação. Bandes, *Boletim Informativo* 737. Vitória, ano X, 12 de dezembro de 1997.

²¹ Primeira operação garantida por alienação fiduciária de imóveis. Bandes, *Boletim Informativo* 737. Vitória, ano X, 19 de dezembro de 1997.

formal da economia, voltando-se, desde o final da década anterior, ao micro e pequeno.

Numa estratégia pioneira, o banco lança, no ano de 1993, uma linha de crédito voltada para bolsas de estudo reembolsáveis, com dotação orçamentária de US\$ 180 mil, destinada a profissionais de nível superior. O objetivo era estimular a participação de graduandos em cursos de Pós-Graduação oferecidos por instituições universitárias nacionais e estrangeiras.²²

Os recursos, de imediato, viriam do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Sociais. Posteriormente, eles serão garantidos pelo Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – Funcitec. Os cursos deveriam ser ministrados por instituições universitárias no Brasil ou no exterior e só profissionais residentes no Espírito Santo poderiam receber o financiamento. Durante o período de liberação das parcelas do financiamento, o bolsista teria de encaminhar ao Bandes, trimestralmente, atestado de frequência do curso.

O Bandes também continuava investindo no setor de informática, que crescia no Brasil, especialmente em fins dos anos 1980. Assim, em dezembro de 1996, a diretoria do banco, em reunião realizada na última terça-feira, aprovou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Espírito Santo (PADTES).²³ Esse programa compreendia um conjunto de ações que objetivava ampliar o apoio do Bandes ao setor de Ciência e Tecnologia do Estado. Estava prevista uma aplicação de R\$ 728.820,00 distribuídos sob as seguintes condições: capital de risco (R\$ 50 mil), financiamento não-reembolsável (R\$ 128.820,00), financiamento reembolsável com cláusula

²² Bandes lança linha de crédito para bolsas de estudo. Bandes, *Boletim Informativo* 28. Vitória, novembro/dezembro de 1993.

²³ Geres aprova ampliação da linha de crédito para informatização de escritórios de contabilidade. Bandes, *Boletim Informativo* 717. Vitória, ano X, 07 de outubro de 1997.

de bonificação (R\$ 50 mil) e financiamento reembolsável (R\$ 500 mil), este último com recursos do Finep, Funres e Bandes. A operacionalidade do PADTES era de responsabilidade da Gepla (Gerência de Planejamento), através do Nutec (Núcleo de Tecnologia).

Na esteira do Padtes, o Bandes lançou, em outubro de 1997, uma linha de crédito específica para informatização de escritórios de contabilidade. Era a linha *Funres/Pró-Contábil*, incluía, entre os itens financiáveis, copiadoras, aparelhos de fax, servidores para redes de microcomputadores, móveis novos e pequenas reformas físicas nos escritórios, dentre outros. Essa linha poderia financiar até 100% do valor solicitado, sem a contrapartida de recursos próprios. O limite máximo de crédito, que, de início, correspondia a R\$ 4 mil para pessoa física e a R\$ 10 mil para pessoa jurídica, seria ampliado para R\$ 25 mil em ambos os casos. Simultaneamente, o prazo máximo de carência seria aumentado de seis para nove meses, e o de amortização, de 30 para até 48 meses.

4.1. Relação com o micro e pequeno

O fim do ciclo das grandes plantas, consubstanciado com o término da instalação da antiga CST (hoje, ArcelorMittal), obrigou o Bandes a buscar outros nichos de mercado, como forma, dentre outras razões, de continuar se mantendo de portas abertas. Assim, a adoção de linhas que vinham ao encontro dos micro e pequenos empresários pode ser considerada como o terceiro grande ciclo de desenvolvimento do banco.²⁴

²⁴ Nota: O primeiro é o do café (e do desenvolvimento da agroindústria, com a instalação de empresas e o estudo de novos produtos), nos anos 1960-1970 e o segundo, nos anos 1970-1980 (com os chamados “Grandes Projetos de Impacto”, máxime em 1974-78).

De fato, foi no ano de 1985 que o GERES (Grupo Executivo de Recuperação da Economia do Espírito Santo), por meio de seu colegiado, decidiu investir pela primeira vez em pequenos negócios, mediante financiamento a juros baixos. Com o objetivo de implantar um programa desta natureza no Estado, o GERES procura a então Secretaria de Bem-Estar Social (SEBS) para a execução da proposta, visto que esta atuava junto à clientela de baixa renda. Assim, foi lançado o PROMIN, Programa de Apoio às Atividades do Setor Informal, destinado a atender pessoas cuja renda familiar não ultrapassasse cinco salários-mínimos, com juros de 35% ao ano em 1985 e 3% em 1986. No entanto, a conjuntura econômica dos anos 1980 e a falta de experiência da maioria dos atores envolvidos foram fatores para a descontinuidade do programa.

Apesar do malogro do Promin, o Bandes resolve, nos anos 1990, insistir na iniciativa. Em entrevista a um jornal interno do banco, Odilon Borges, então presidente, diria que:

O Bandes tem sua dimensão dirigida principalmente para o apoio a empreendimentos de porte médio e pequeno, procurando aproveitar ao máximo as oportunidades de investimento criadas pelos grandes projetos e induzir, pelo desenvolvimento tecnológico, investimentos que aumentem o valor agregado de matérias-primas locais e abram caminho para setores novos, modernizando o parque industrial capixaba. A ação do Bandes estende-se também para o setor agrícola compatibilizado ou não com a produção cafeeira, ainda a principal do Estado, e que ofereça sobretudo aos pequenos produtores condições de evitarem a dependência exclusiva do café. [...] ²⁵

²⁵ AMORIM, Anaximandro. *O Processo Operacional Integrado De Atendimento (Popi): Por uma Reestruturação do Bandes*. Bandes. Vitória, 2003.

Acredito que o Bandes, assim como os bancos de desenvolvimento de um modo geral, deve continuar, nos anos 1990, voltados ao fomento de atividades econômicas, detectando oportunidades e setores onde se possa estimular o crescimento e não apenas funcionar como banco de financiamentos. Afinal, um banco de fomento, estimulador e criterioso em sua avaliação para o apoio ao desenvolvimento das áreas econômicas, é o mais forte instrumento governamental para interferir no desenvolvimento econômico do país como um todo.

4.1.1. O PROPEN (1995)

Criado em maio de 1995, o PROPEN (Programa de Apoio para os Pequenos Negócios), compreendeu, inicialmente, quatro subprogramas: o “Subprograma de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”, o “Subprograma de Apoio ao Turismo Rural”, estes com dois recursos do FUNRES, aprovado pelo colegiado do Geres, o Subprograma “Apoio à Modernização de Bares e Restaurantes” e o Subprograma de “Apoio ao Setor Informal”, com recursos do Bandes, representados por uma dotação inicial de R\$ 100 mil.

O PROPEN tinha como objetivo a geração de novas fontes de emprego e renda, com a viabilização de empreendimentos que proporcionassem, também, a melhoria das condições de vida do povo capixaba. Assim, pequenos e microempresários, produtores rurais, trabalhadores autônomos e proprietários de bares e restaurantes cadastrados na EMBRATUR (antiga Empresa Brasileira de Turismo, hoje, Instituto Brasileiro de Turismo), poderiam obter financiamentos em condições especiais, concedidos pelo BANDES, com assistência técnica concedida pelo SEBRAE-ES.

O subprograma “Apoio ao Setor Informal” foi lançado inicialmente graças ao convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Vitória, que visava atender aos participantes do curso ministrado

pelo Departamento de Incentivo ao Trabalho, da Secretaria de Ação Social da PMV na Escola-Fábrica de Alimentos, no Bairro São Pedro. O limite de financiamento era de R\$ 1,5 mil, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação ou ampliação de pequenos negócios informais.

O subprograma “Apoio às Micro e Pequenas Empresas” tinha como objetivo incentivar a implantação ou melhoria de micro e pequenos empreendimentos dos setores industrial, agroindustrial, de comércio e de serviços, com valor de financiamento limitado a R\$ 25 mil e prazo de 36 meses, incluindo carência de um ano. Até o início de 1996, foram beneficiadas microempresas ou firmas individuais de Alfredo Chaves, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Ecoporanga, Guaçuí, Itaguaçu, Jaguaré, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Nova Venécia, Rio Bananal, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante.

O subprograma “Apoio a Bares e Restaurantes” era destinado ao financiamento de reformas e aquisição de equipamentos. O limite máximo era de R\$ 15 mil, com prazo de 48 meses, incluindo carência de até 12 meses. Podiam ser beneficiadas pequenas empresas com receita operacional líquida de até 750 mil UFIR e que detinham no máximo 49 empregados. A abrangência do programa contemplava Anchieta, Guarapari, Piúma, Itapemirim e a Grande Vitória, com empresas situadas em Nova Almeida, Jacaraípe, Camburi, Praia do Canto, Praia da Costa, Itapoã, Itaparica, Barra do Jucu, Manguinhos, dentre outras localidades.

O subprograma “Apoio ao Turismo Rural” foi criado com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de novos negócios no interior, proporcionando ao homem do campo opções especiais de crédito e financiamento. Podiam ser obtidos financiamentos para a restauração de antigos casarões destinados a alojamentos ou restaurantes, estrutura de camping, eletrificação, saneamento básico, telefonia, móveis,

utensílios e até animais. O valor do financiamento era de, no máximo, R\$ 25 mil, com prazo de 60 meses, incluindo carência de 12 meses.

Posteriormente, no segundo semestre de 1996, o PROPEN se fortaleceu a partir de convênios firmados com o SINE, a SEJUC (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania) e a FAS (Fundação de Assistência Social do Espírito Santo), além da entrada de escritórios regionais do BANDES na operacionalização e no aporte de novos recursos ao programa. Inicialmente voltado a bairros periféricos da capital, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória, que atuou como gestor técnico, responsável pela seleção e análise inicial do projeto, o programa foi estendido para todo o Estado (BANDES: sem data). Foi a época em que o banco tentou, mais uma vez, aproximar-se da sociedade, adotando como *slogan* “BANDES, o banco do povo”.

Segundo boletim da época²⁶, o Programa de Fomento para Pequenos Negócios (Propen) realizou, ao longo de 1996, um total de 840 operações, envolvendo um montante global de R\$ 2.956.987,00. Do volume de operações, 350 aconteceram em municípios da Grande Vitória e 490 em municípios do interior do Estado.

Os subprogramas direcionados ao setor informal são disponibilizados pelo Banded em convênio com o Sine e a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc), com a Fundação de Assistência Social (Fas), com as Prefeituras Municipais e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo (Emater). Em conjunto, eles responderam pela maior parte dos projetos encaminhados ao Propen em 1996, quando 707 operações se referiram ao setor informal e absorveram R\$ 1.725.208,77 em recursos do programa.

Dentre os subprogramas de apoio ao setor informal, os mais requisitados foram o Procanao, que visa ao fomento da pesca, e o feito

²⁶ Propen conclui 840 operações em 1996. Banded, *Boletim Informativo* 648. Vitória, ano X, 14 de janeiro de 1997.

em convênio com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) e a Sejuc. No primeiro, foram computadas 264 operações, que movimentaram R\$ 740.388,06, e no segundo, 242 operações, que somaram um valor global de R\$ 563.137,18.

Do total de 840 operações do Propen em 1996, 63 foram inativadas ou por indeferimento ou por desistência do solicitante, 461 tiveram os recursos liberados, 47 encontram-se em etapa de aprovação e contratação e 269 em fase de análise.

Em 1997, o BANDES retoma experiência de fomento às atividades de pesca artesanal, lançando o PRÓ-CANOA, em parceria com a EMATER, para financiar a aquisição ou reformas de embarcação de pesca, motores e equipamentos náuticos, redes e utensílios, com valor limitado a R\$ 3 mil, juros de 12% ao ano e prazo total de 24 meses, incluindo três meses de carência. Nos primeiros três meses daquele ano, foram liberados R\$ 520 mil para pescadores de Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari, Vila Velha, Vitória, Aracruz, Conceição da Barra e Linhares.

Como parte do SEIN (Subprograma de Apoio ao Setor Informal), o BANDES lançou, também, o PRÓ-CAMPO, com o objetivo de financiar a pequena produção e a industrialização caseira ou artesanal de produtos agrícolas desenvolvidos em propriedades rurais capixabas. O limite de crédito era de R\$ 3.000,00 e o prazo de carência e amortização seria definido de acordo com o ciclo produtivo da lavoura/atividade, não podendo ultrapassar 24 meses, com juros fixos de 1% ao mês.

O Pró-Campo foi lançado em 11 julho daquele ano,²⁷ pelo então presidente do Bandedes, Sérgio Borges, em Vila Valério, a cerca de 450 agricultores daquele município. A apresentação do progra-

²⁷ Bandedes apresenta pró-campo para produtores rurais de Vila Valério. Bandedes, *Boletim Informativo* 694. Vitória, ano X, 15 de julho de 1997.

ma ocorreu durante a solenidade do III Encontro de Produtores de Café de Vila Valério, realizada na Cabana Recanto. Estiveram presentes, além do governador e do presidente do Bandes, o deputado estadual Adelson Salvador; o secretário de Justiça e Cidadania, Perly Cipriano; o vice-governador e secretário de Estado de Agricultura, Renato Casagrande; o prefeito de Vila Valério, Luizmar Mielke; o prefeito de Nova Venécia, também presidente da Associação dos Prefeitos da Região Norte do Estado, Francisco Forza; o prefeito da Câmara de Vila Valério, Hermilar Vieira; o diretor-presidente da Emater, Edegar Formentini; o presidente da Organização das Cooperativas do Espírito Santo (Ocees), Ailton Vargas; o presidente da Cooperativa de Crédito Rural (Sicredi) de São Gabriel da Palha Ltda., Bento Ventorim; o presidente da Coaabriel, Dário Martinelli; e o consultor do Bandes, Jonas Chechetto. Na ocasião, foram assinados cerca de 40 novos contratos, cada um deles com liberação de crédito variando de 2,5 mil a 3 mil reais.

O subprograma MEU PRIMEIRO NEGÓCIO, também lançado naquele ano, foi uma iniciativa do BANDES para que os recém-formados tivessem condições de abrir sua própria empresa. Também fazia parte do PROPEN e tinha como beneficiários os formados em cursos técnicos profissionalizantes, cursos superiores, de especialização, mestrado e doutorado. Para tanto, o empreendimento que o interessado tivesse intenção de montar deveria ser compatível com o curso concluído a partir de janeiro de 1995. O programa era válido para todo o Espírito Santo e participava com até 65% do valor do investimento total. Com uma dotação inicial de R\$ 750 mil e um limite de crédito de R\$ 15 mil, tinha prazo de financiamento de 18 meses para amortização, com juros de 1,5% ao mês mais variação da TR.

O PRÓ-RESSOCIALIZAÇÃO foi um programa elaborado pelo BANDES em parceria com a SEJUC e com a 5ª Vara de Exe-

cução Criminal, visando à ressocialização de presos pelo trabalho. Destinava-se a oferecer apoio financeiro à implantação, expansão, realocação e aprimoramento técnico de unidades produtivas em presídios e/ou empresas. O valor do financiamento era limitado a R\$ 50 mil por operação. No caso de micro e pequenas empresas, os juros eram de 4% ao ano + TJLP e, para médias e grandes empresas, até 6% ao ano. Nos dois casos, o prazo de pagamento seria de até 60 meses, com carência de até 24 meses.

Ainda em 1997, a diretoria do Bandes decidiu reformular a linha de crédito para capital de giro voltado a micro e pequenas empresas (Mipeq).²⁸ A intenção é adequar essa linha às necessidades e à capacidade de pagamento das empresas tomadoras de empréstimos.

A linha de crédito, sustentada com recursos do Bandes, contava com uma dotação de R\$ 500 mil, sendo limitado em R\$ 5 mil por empresa o valor máximo do financiamento, que não poderia ser superior ao valor médio da receita bruta mensal apurada nos seis meses anteriores ao pedido de empréstimo.

O prazo para amortização era de nove meses, sem carência, com pagamentos mensais, juros prefixados e IOF cobrado na forma legal. A empresa tomadora ficaria habilitada a novo financiamento após efetivo pagamento em dia de pelo menos 60% do pagamento anterior.

Nos primeiros oito meses de 1997, o Bandes recebeu 1.171 propostas de financiamento para atividades do setor informal.²⁹ Desse total, 836 foram aprovadas, 268 foram indeferidas e 67 encontravam-se em fase de análise.

²⁸ Turismo Sênior. Bandes, *Boletim Informativo* 678. Vitória, ano X, 20 de maio de 1997.

²⁹ Bandes recebeu 1.171 pedidos de crédito para o setor informal neste ano. Bandes, *Boletim Informativo* 720. Vitória, ano X, 17 de outubro de 1997.

O montante liberado nesse período, graças ao subprograma Setor Informal do Propen chegou a R\$ 2,14 milhões, contra R\$ 1,44 milhão, concedidos como financiamento por meio dessa mesma linha de crédito. Ao longo de 1996, o Bandes registrou 692 solicitações de apoio financeiro, sendo 586 aprovadas e 106 indeferidas.

De janeiro a agosto de 1997, os R\$ 2,14 milhões disponíveis pelo subprograma Sein beneficiaram 52 municípios capixabas, enquanto no ano anterior os recursos liberados favoreceram 27 municípios, compreendendo os cinco da Grande Vitória e 22 de todas as regiões do Estado.

4.2. O BANDESMÓVEL

Uma das maiores provas de que o Bandes esteve presente junto à população, sobretudo em fins da década de 1990, foi o programa “Bandes Móvel” ou “Agência Itinerante”. Uma vez as limitações legais para que um Banco de Desenvolvimento possa ter agências, além da necessidade natural de se conquistar mercado dentro do Espírito Santo, sobretudo com a tentativa de exorcizar a imagem de “banco de balcão” e mostrar competitividade, o Bandes inaugurou um sistema de agência móvel, contando com dois furgões, a fim de prospectar um número maior de clientes.

Foi a 23 de maio de 1997³⁰ que o diretor-presidente do Bandes à época, Sérgio Borges, assinou a autorização para a compra de dois carros do tipo van, modelo Sprinter, que seriam utilizados no projeto Bandes Móvel. A solenidade de assinatura contou com a presença de Thomas Henrique Corbetti, diretor da Vitória Diesel, empresa revendedora da Mercedes Benz em Vitória.

³⁰ Bandes compra carros para implantar agência itinerante. Bandes, *Boletim Informativo* 680. Vitória, ano X, 27 de maio de 1997.

Os carros, importados da Alemanha, tinham capacidade para 14 pessoas, e seriam adaptados para operarem no projeto Bandes Móvel. Graças a esse projeto, o Bandes ofereceria um atendimento itinerante na periferia da Grande Vitória e no interior do Estado.

Em 02 de outubro de 1997,³¹ o então Governador do Estado Vitor Buaiz, e o diretor-presidente do Bandes, Sérgio Borges, entregaram os dois veículos, já prontos e adaptados às necessidades do projeto, com microcomputadores, impressoras a laser e telefones celulares transportáveis, enfim, o que havia de mais moderno para a época. A solenidade de entrega foi realizada na Praça João Clímaco, em frente ao Palácio Anchieta, contando com os diretores de Administração e de Operações, João Alfredo Ribeiro e Guilherme Lacerda, respectivamente, e gerentes e assessores do banco. Também estavam presentes o presidente do Banestes, Reynaldo Zandomênicco, e vários representantes de empresas coligadas ao governo.

5. Conclusão

Se os anos 1980 são, geralmente, conhecidos como “a década perdida”, pode-se arriscar que os anos 1990 seriam a “década da estabilização”. Enquanto os dez anos anteriores foram totalmente dedicados a uma verdadeira — e infrutífera — “queda de braço” contra o fenômeno, foi na década seguinte, mais precisamente em 1994, que o Brasil consegue a tão sonhada estabilidade.

Tal estado de coisas, se por um lado, conseguiria construir as bases para um projeto de desenvolvimento econômico, que viria com as políticas posteriores de inclusão, por outro, culminou em

³¹ Bandes entrega agência móvel à população. Bandes, *Boletim Informativo* 716. Vitória, ano X, 03 de outubro de 1997.

uma esperada arrumação do Sistema Financeiro, resultando em prejuízo para algumas instituições, dentre as quais os Bancos de Desenvolvimento, o que inclui o Bandes.

Um certo retraimento da instituição e um certo ajustamento nos rumos, portanto, já eram de se esperar. No entanto, a despeito da conjuntura econômica e financeira da época, pode-se dizer que o Bandes começa, naquela década, a sedimentar um caminho que levaria, mais tarde, a profundas alterações, sejam elas físicas, administrativas e jurídicas.

Assim, a despeito de todos os percalços que o Bandes provou naquela época, pode-se concluir que, na década de 1990, a instituição não “fechada” ou “para dentro”, como é lugar-comum dentro do próprio banco, mas, ao revés, tentou-se, aí, uma maior aproximação com a sociedade, até para uma garantia da existência da instituição, visto que muitos BDs estavam fechando suas portas, engolidos, seja pelo Proer, seja por outros bancos com produtos tão ou mais atraentes, seja pelo tempo.

Reinventar-se, portanto, foi palavra de ordem para um banco que pretendia se legitimar. A despeito de uma natural capitalização proveniente dos cofres públicos estaduais, o Bandes também se preocupou em lançar produtos que o recolocasse na vanguarda do mercado. Assim, nasceram os programas de microcrédito, como o Propen e todas as suas vertentes; o Núcleo de Comércio Exterior (o Nucex); o Comitê de Crédito (o Cocre) e, mais ainda, o programa Bandesmóvel, prova irrefutável da necessidade em se aproximar do empreendedor, na constituição de um “Banco do povo” que, se não deu certo, abriu caminho para as profundas e verdadeiras mudanças da década seguinte.

Referências

AMORIM, Anaximandro. *Desenvolvimento e Economia da Cultura: Um breve relatório das ações culturais do Banded a partir dos anos 1980*. Banded. Vitória, 4 de janeiro de 2013.

AMORIM, Anaximandro. *História Econômica do Banded por décadas: À guisa de uma Historiografia Institucional*. Banded. Vitória, 8 de outubro de 2012.

AMORIM, Anaximandro. *O Processo Operacional Integrado De Atendimento (Popi): Por uma Reestruturação do Banded*. Banded. Vitória, 2003.

Arborização urbana: critérios para garantir a qualidade. Banded, *Boletim Informativo* 25. Vitória, ano IX, 25 de março de 1991.

Banded apresenta pró-campo para produtores rurais de Vila Valério. Banded, *Boletim Informativo* 694. Vitória, ano X, 15 de julho de 1997.

Banded compra carros para implantar agência itinerante. Banded, *Boletim Informativo* 680. Vitória, ano X, 27 de maio de 1997.

Banded entrega agência móvel à população. Banded, *Boletim Informativo* 716. Vitória, ano X, 03 de outubro de 1997.

Banded lança linha de crédito para bolsas de estudo. Banded, *Boletim Informativo* 28. Vitória, novembro/dezembro de 1993.

Banded recebeu 1.171 pedidos de crédito para o setor informal neste ano. Banded, *Boletim Informativo* 720. Vitória, ano X, 17 de outubro de 1997.

Banded vai substituir hipoteca por alienação. Banded, *Boletim Informativo* 737. Vitória, ano X, 12 de dezembro de 1997.

Banded, *Boletim Informativo* 601. Vitória, ano IX, 22 de maio de 1996.

Câmara do mármore e granito do Banded. Banded, *Boletim Informativo* 679. Vitória, ano X, 23 de maio de 1997.

Câmara estadual do mármore e granito. Banded, *Boletim Informativo* 699. Vitória, ano X, 01 de agosto de 1997.

Cetemag. Banded, *Informativo Banded*. Vitória, maio de 1989.

Competitividade no setor moveleiro. Banded, *Boletim Informativo* 630. Vitória, ano IX, 18 de outubro de 1996.

Embratur cria linha de turismo de crédito para pequenos negócios em turismo. Bandes, *Boletim Informativo* 700. Vitória, ano X, 05 de agosto de 1997.

Espírito Santo leva uma das maiores delegações ao Encontro Luso-Brasileiro de Turismo Sênior. Bandes, *Boletim Informativo* 678. Vitória, ano X, 20 de maio de 1997.

Geres aprova ampliação da linha de crédito para informatização de escritórios de contabilidade. Bandes, *Boletim Informativo* 717. Vitória, ano X, 07 de outubro de 1997.

Governo lança plano de turismo Verão 97. Bandes, *Boletim Informativo* 641. Vitória, ano IX, 17 de dezembro de 1996.

Indústria de móveis. Bandes, *Boletim Informativo* 635. Vitória, ano IX, 22 de novembro de 1996.

Moda é um estado de espírito. Bandes, *Boletim Informativo* 670. Vitória, ano X, 15 de abril de 1997.

Nucex. Bandes, *Boletim Informativo* 647. Vitória, ano X, 10 de janeiro de 1997.

Núcleo de Comércio Exterior é estruturado no Bandes. Bandes, *Boletim Informativo* 642. Vitória, ano IX, 20 de dezembro de 1996.

Primeira operação garantida por alienação fiduciária de imóveis. Bandes, *Boletim Informativo* 737. Vitória, ano X, 19 de dezembro de 1997.

Propen conclui 840 operações em 1996. Bandes, *Boletim Informativo* 648. Vitória, ano X, 14 de janeiro de 1997.

Sérgio Borges preside abertura da feira do mármore e granito. Bandes, *Boletim Informativo* 708. Vitória, ano X, 02 de setembro de 1997.

Turismo Sênior. Bandes, *Boletim Informativo* 678. Vitória, ano X, 20 de maio de 1997.

MARINHEIROS E MARÍTIMOS: HERÓIS DA MARINHA E O VULTO DE BERNARDO JOSÉ DOS SANTOS¹

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Resumo: no presente texto lida-se com a noção de fama conforme sua fixação pela opinião pública. Utilizando-se de bibliografia selecionada examina-se o exemplo de três personagens que granjearam reconhecimento por feitos realizados em favor da Marinha de Guerra, com ênfase no pescador Bernardo José dos Santos, interveniente no episódio do naufrágio do cruzador Imperial Marinheiro. Verificou-se que no âmbito da instituição militar condicionantes alheias aos valores ali cultuados não representaram nesse caso óbice à perpetuação de memória que vise ao fortalecimento desses mesmos valores.

Palavras chave: Opinião Pública. Memória. Heróis. Marinha. Caboclo Bernardo.

O flutuar da opinião pública ao sabor dos acontecimentos e da própria versão dos fatos é algo que se pode acompanhar perfeitamente ao longo dos tempos. A construção de imagens e de símbolos que sirvam a propósitos definidos é uma constante ao longo da História. Especificamente interessa, para o escopo do presente texto, constatar a efetividade do processo de construção da imagem de indivíduos reconhecidos como relevantes dentro da organização a que pertencem.

* Magistrado e escritor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

¹ Atualização de texto apresentado em 2019 na disciplina “História, Cotidiano e Poder” no Doutorado em História das Relações Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

ceram ou a que, em certo sentido, beneficiaram, e que em dado momento pareceram úteis como exemplos aptos a inspirar outros em situação — vale dizer, envolvidos em situações — semelhantes às deles.

Examinaremos o exemplo de três personagens, cujas histórias de vida se imbricaram com a da Marinha de Guerra Imperial, todos reconhecidos como heróis em seu tempo. Os dois primeiros, praças da Armada Imperial, pereceram em ação no teatro de operações do conflito da Tríplice Aliança, que passou para a historiografia brasileira com o nome de Guerra do Paraguai. Seus exemplos servirão de contraponto à história do terceiro, modesto remador, habitante de porção remota do Império, e cuja conduta ajudou a reduzir os danos causados por um acidente de navegação que, não fosse por sua intervenção, geraria resultados ainda mais funestos. O objetivo é verificar a permanência no tempo da memória dos feitos de Bernardo José dos Santos, conhecido como Caboclo Bernardo, buscando reflexos palpáveis da sua repercussão atual. A hipótese que se coloca é que o perfil da personagem está plenamente de acordo com as expectativas contemporâneas de construção de imagem, havendo espaço para o recrudescimento do interesse pela sua história, que já parece ocorrer na forma de recente publicação.

Utilizando-nos de bibliografia específica examinaremos os feitos em vida e a fixação pela Marinha da imagem dos marinheiros Marcílio Dias e João Guilherme Greenhalgh, e do catraieiro Bernardo José dos Santos. De origens sociais diversas, todos os três são cultuados no panteão de vultos ilustres da Marinha do Brasil. Para respaldar essa afirmação, e a balizar a escolha das personagens enfocadas neste texto, servimo-nos da obra *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis*, de autoria do Capitão-Tenente Júlio Queiroz Soares de Andréa, publicado no Rio de Janeiro em 1955, sob os auspícios do Serviço de Documentação Geral da Marinha.

Vejamos, então, como se deu esse processo de construção de imagem que os tornou conhecidos e lembrados tantos anos após suas

mortes — ocorridas, aliás, em circunstâncias muito diversas entre os militares e o civil. Para tanto importará inicialmente definir, ainda que de maneira breve, a noção do que seja a notoriedade que leva à repetição do nome e dos feitos de determinado indivíduo, destacando-o do conjunto da população de forma a ser lembrado tempos depois do seu desaparecimento físico. Introduziremos a ideia de “memória em disputa” como condicionante desse processo de formação da memória, a ver se por acaso se aplica nas situações enfocadas.

1. A imagem do herói

De que é que se trata quando se fala em imagem e em heroísmo?

A aproximação a essas noções tem a ver com a noção de memória. Michael Pollack² se serve de Maurice Halbwachs, que “ênfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”. Dentre os tais pontos de referência, inclui o autor “as datas e personagens históricas de que somos constantemente lembrados”.

Chamamos herói ao indivíduo que pratica façanha digna de registro, seja pelo inusitado da situação, seja pela dificuldade intrínseca na prática da conduta ou na consecução do resultado, potencialmente ou efetivamente favoráveis sob determinado (e majoritário) ponto de vista.

João Marinho dos Santos, ocupando-se do vulto sobranceiro de Vasco da Gama, assinala que são raros os feitos que, por si sós, valem uma vida, ou marcam em profundidade uma época.³ No caso

² POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³ SANTOS, João Marinho dos & AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *Vasco da Gama: a Honra, o Proveito, a Fama e a Glória*. Vila Nova de Gaia: Ausência, 1999.

específico do vice-rei da Índia, acrescenta o autor, ainda, o inaugurar de uma era — o que, sem dúvida, se mostra incontestável. E prossegue assinalando que, inaugurada uma era com o seu (do Gama) feito, cada época “produz” o seu próprio Vasco da Gama, o que seria o cerne da discussão sobre esse ponto.

Não sendo este, entretanto, o local propício a maiores aprofundamentos a respeito, deve-se assumir que a imagem se constrói sobre a fama; esta nada mais é que o ressoar do feito, pondo em relevo o vulto que o tenha praticado. Depende, pois, do desenrolar da notícia do fato pelos meandros da opinião pública. Daí, aliás, a preocupação de Pollack com o que chama de “a memória em disputa”, o que podemos definir (de maneira superficial, diga-se), como sendo o entrechoque entre a memória dita oficial e a memória de segmentos minoritários, de alguma maneira marginalizados no processo de formação dessa memória coletiva, que por razões bem definidas acaba por adquirir foros de oficialidade na definição da identidade de determinada comunidade.⁴

Tendo em conta essas noções, passemos agora ao exame dos traços biográficos das personagens cujas trajetórias acompanharemos.

2. As personagens

Acima referimos publicação que balizou a estruturação do presente texto: *A Marinha Brasileira: flores de glórias e de epopeias memoráveis* representou, para o então Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, que a prefaciou, obra valiosa, em que se percebe o escopo do autor, “velho servidor da Marinha”, de produzir “algo de útil e proveitoso para a nossa história marítima”,

⁴ Para maior desenvolvimento consulte-se o texto do autor referido na nota 1.

para tanto “realçando os nossos feitos navais, os valores da nossa gente, evocando recordações imperecedoras”.

O volume se compõe de esforços históricos sobre a Força Naval e a sua participação nas diversas campanhas ocorridas após a Independência, para consolidação do Império e na definição da sua fronteira sul, culminando na Guerra da Tríplice Aliança. Prossegue enfocando aspectos relevantes internamente à Marinha no período republicano. Na segunda parte da obra, a que exatamente o autor nomeia “florões de glórias imperecíveis”, constam bosquejos biográficos de personalidades que, a critério do autor (que neste ponto repercute conceito corrente na Força, como referendado pelo prefaciador) são dignos de “recordação imperecedora”.

De comandantes em tempo de guerra e em tempo de paz, administradores e instrutores, cronistas e historiadores, o autor se debruça, no capítulo V, sobre os “aurifulgentes símbolos de abnegação, patriotismo, arrojo, amor à Pátria e ao próximo”. São seis vultos enfocados na seção, cinco militares e um civil. Dos militares, Barroso Pereira, Mariz e Barros, Antônio Joaquim Ribeiro, todos eles comandantes de embarcações da Marinha Imperial, mortos em combate no teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança; e João Guilherme Greenhalgh e Marcílio Dias, praças, mortos em combate no teatro de operações do mesmo conflito. O único civil enfocado é Bernardo José dos Santos, o salvador da tripulação do cruzador *Imperial Marinheiro* por ocasião de sinistro acontecido a 7 de setembro de 1887 na foz do Rio Doce, na costa da então província do Espírito Santo.

Forçoso registrar-se que todo o pessoal referido pelo autor é integrante da própria Força Naval, sendo exceção única o vulto de Bernardo José dos Santos. Ainda, notar como à Força são caros os exemplos de abnegação e de desprendimento, nestes casos específicos culminando no sacrifício supremo. Aqui, longe de se tratar de culto a heróis mortos, como apressadamente se pode supor, trata-se

antes de fazer reverberar pelo efetivo condutas revestidas de comprometimento com uma causa. Causa essa que, numa época de conflito armado, não se mostra de maneira nenhuma difícil de identificar.

Nessas condições chama atenção, repita-se, a inclusão em tal panteão do vulto de Bernardo José dos Santos. Civil, descendente de população autóctone, de origem humilde e ocupação idem, com certeza nunca pensou em se tornar conhecido nem muito menos vir a ser honrado entre vultos de origens, ideias e ações tão distantes das suas próprias.

Não sendo o propósito, aqui, abordagem que ponha em contraposição exemplos de oficiais e praças, muito menos tecer argumentação fundada em diversidades étnicas, optou-se por utilizar o exemplo das duas praças enfocadas pelo autor na seção referida como contraponto à figura do civil Bernardo José dos Santos, o Caboclo Bernardo. Isto porque formação e atribuições de um oficial, principalmente empenhado no exercício do comando em tempos de conflito declarado, estariam muito distantes das preocupações de um homem do povo, premido pelas circunstâncias em que se vê imerso ao sair das suas atribuições habituais.

Utiliza-se, a partir daqui, dos registros recolhidos pelo autor Júlio de Andréa diretamente da documentação constante dos arquivos do Serviço de Documentação da Marinha, fonte do seu trabalho.

2.1. JOSÉ GUILHERME GREENHALGH

Nasceu no Rio de Janeiro, a 26 de junho de 1845. Matriculou-se na Escola da Marinha em 1862. Da sua turma, nove foram indicados para ascender à graduação de Guarda-Marinha,⁵ tendo Gree-

⁵ Praça especial, constitui a última graduação antes do posto de segundo-tenente da Marinha.

nhalgh sido alçado a Chefe de Classe. Nomeado Guarda-Marinha em 1864, em 1865 passou para a corveta *Parnaíba*, onde se dirigiu ao teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança.

A 11 de junho de 1865 travou-se a batalha naval do Riachuelo. No desenrolar do combate a corveta *Parnaíba* foi em socorro à *Jequitinhonha*, que encalhou nas barrancas do Riachuelo, sendo logo cercada por três embarcações paraguaias. A *Parnaíba* pôs a pique uma das embarcações, mas acabou abordada pelas outras duas. Na refrega a bandeira imperial chegou a ser arriada por um oficial paraguaio, que se apoderou também do leme, sendo defendida até a morte pelo Guarda-Marinha Greenhalgh e o Capitão do Exército Pedro Afonso Ferreira. Greenhalgh contava 20 anos de idade.

Para perenizar sua memória, ainda em 1865 foi batizada com seu nome uma canhoneira que interveio naquele conflito. Posteriormente mais três embarcações da esquadra nacional foram batizadas com o seu nome, estando uma fragata atualmente em operação.

2.2. MARCÍLIO DIAS

Nasceu no Rio Grande do Sul em 1838. Em 1855 assentou praça como grumete.⁶ Ao ingressar no Imperial Corpo de Marinheiros para a instrução obrigatória, teve como primeiro comandante o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas, o comandante da esquadra vitoriosa em Riachuelo.

Cursou a Escola Prática de Artilharia, o que prova que sabia ler e escrever. A 11 de junho de 1865, dia em que se travou a batalha naval de Riachuelo, Marcílio Dias era chefe do rodízio raiado de ré, posição que só abandonou quando da abordagem da sua em-

⁶ Aprendiz.

barcação, a corveta *Parnaíba*, para bater-se a sabre contra quatro opositores, de que liquidou dois. Mortalmente ferido em combate, faleceu no dia seguinte, 12 de junho, em virtude dos ferimentos recebidos, tendo sido sepultado nas águas do Rio Paraná. Tinha 27 anos de idade.

De 1865 a 1955 três embarcações da esquadra brasileira foram batizadas com o seu nome. Perpetuado por inúmeros registros escritos, seu exemplo continua reconhecido, inclusive batizando uma regata anual, um hospital naval e até mesmo um clube de futebol de Santa Catarina.

2.3. BERNARDO JOSÉ DOS SANTOS

Nascido em Regência/ ES, em 1859, era “remador de catraia”⁷ na barra do Rio Doce quando se deu o sinistro do cruzador Imperial Marinheiro, da Marinha de Guerra Imperial. Contava, então, 28 anos de idade.⁸

A embarcação, a segunda de seu nome da esquadra imperial, saíra em comissão hidrográfica a fim de localizar pontos de difícil passagem na região de Abrolhos, mapeando obstáculos à navegação não constantes das cartas náuticas.⁹

Na madrugada do dia 7 de setembro de 1887, uma noite tempestuosa, a embarcação, que navegava perto da costa, choca-se a duas milhas da desembocadura do Rio Doce com o pontal sul

⁷ ANDREA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis*. Rio de Janeiro: SDGM, 1955, p.275.

⁸ SANTOS, Norbertino Bahiense dos. *O Caboclo Bernardo: o naufrágio do “Imperial Marinheiro” e Outros – Rio Doce*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971.

⁹ Para o relato do naufrágio do Imperial Marinheiro e a atuação de Bernardo José dos Santos utilizamos os dados coletados por Júlio Andrea e Norbertino Bahiense em suas obras já citadas.

da barra. No comando, o capitão-tenente João Carlos da Fonseca Pereira Pinto toma imediatas providências, mandando a terra um escaler com doze tripulantes. Em que pese a pouca distância até a praia, o escaler acabou se destroçando nas ondas e apenas oito chegaram, indo bater à porta do Patrão-Mor da Barra do Rio Doce, José da Rocha Oliveira Primo. Com o material que conseguiram reunir vão até o local do sinistro, nada podendo fazer em virtude da escuridão.

Ao amanhecer os destroços do cruzador estavam já próximos à praia, mas as condições do mar impediam a aproximação. Agarrados a esses, os tripulantes, percebendo-se entre as ondas revoltas sinais de tubarões.

Tem início a atuação de Bernardo, que se atira ao mar levando o cabo de espia. Quatro vezes é repellido pelas ondas, mas na quinta tentativa consegue atingir e abordar o que restava do *Imperial Marinheiro*, iniciando a operação de salvamento.

Muitos chegam à praia pelo cabo estendido por ele. Dez tripulantes não resistem ao embate. Por sugestão de Bernardo, utiliza-se a única embarcação ainda inteira entre os destroços, que, ligada ao cabo, faz o transporte dos sobreviventes, de dois a dois. A operação durou cinco horas, tendo Bernardo e seus ajudantes conseguido salvar cento e vinte e oito vidas.

Seu feito repercutiu intensamente, na capital da Província e na Corte, conforme melhor se detalhará adiante. Homenageado em Vitória e no Palácio de São Cristóvão, declinou das demais honrarias, retornando para sua vila natal, onde viveu vida simples e de dificuldades até morrer assassinado, em 1914.

Em 1969 a Marinha do Brasil batizou de *Caboclo Bernardo* um rebocador recém-integrado à esquadra.

2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSONAGENS

Do confronto do bosquejo biográfico de cada um dos vultos enfocados podem-se tirar algumas conclusões. Os três apresentam origens familiares muito distintas, denotando a diversidade de nível social. Ademais, no que diz respeito a etnia, Greenhalgh descendia de escoceses; Marcílio Dias era pardo e Bernardo era mestiço de branco e indígena (provavelmente botocudos, para a historiografia). No âmbito da Força todos foram igualmente reconhecidos, o que se conclui baseado em critério objetivo: o batismo com seu nome de embarcações operantes após os feitos que os destacaram.

Não parece haver, aqui, qualquer distinção sobre o reconhecimento que cada um recebeu no âmbito interno da organização que os teve como dignos de “recordação imperecedora”.

No entanto, a repercussão dos nomes de cada um deles se verifica, hoje em dia, de maneiras distintas. O que talvez se deva ao fato de que um deles, Bernardo, não integrava a instituição que ainda hoje preserva o exemplo dos outros dois. Acresça-se a isto o fato de Bernardo ter-se recolhido à vida que levava antes do acontecimento que o notabilizou, ficando o seu renome restrito a nível local.

Para acompanhar esse verdadeiro “vaivém da memória”, expressão utilizada por Álvaro Pereira do Nascimento no estudo que fez da representação ao longo dos tempos dos vultos de Marcílio Dias e João Cândido,¹⁰ referiremos a repercussão do feito de Bernardo na opinião pública contemporânea, conforme notícias veiculadas nos jornais de Vitória e do Rio de Janeiro, e os desdobramentos que de sua fama ficaram.

¹⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. O vaivém da memória: João Cândido e Marcílio Dias na história. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

3. O Caboclo Bernardo na mídia

Divulgados os acontecimentos relativos ao sinistro com o *Imperial Marinheiro*, os jornais passaram imediatamente a noticiar. Ao Espírito Santo voltaram-se os olhos da capital do Império, e os periódicos da Corte saudavam o acontecimento.

O tom com que era tratado o feito de Bernardo pode-se aquilatar pelo exemplo abaixo, artigo de um correspondente publicado n' *O Espírito-santense* de 01/10/1887:

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1887:

Muito animadamente se fala aqui da intrepidez do pescador Bernardo dos Santos, que desintressadamente salvou tantos náufragos do *Imperial Marinheiro*.

Essa província andava um pouco esquecida e até parecia uma estrela amortecida de onde não desferiam centelhas finas de seu brilhar. Agora porém, está na boca de todos o entusiasmo que se lhe vota.

O pobre e talvez infeliz Bernardo teve o poder de notabilizá-la e engrandecê-la.

Ele vale por cem, é uma glória nacional, o seu feito é tão grandioso que constitui em poemas e mais tarde uma legenda digna de ser contada ao berço do infante, acalentado para incutir-lhe n' alma a abnegação própria em bem da humanidade.

Se eu ainda pudesse ter um filho (o que acho impossível pois já passei dos 70 e a minha velha já está no calçado velho) o batizaria de Bernardo da Vitória Capixaba, porque cada um destes três nomes recorda uma epopeia [...]

Bernardo era cantado em prosa e verso. Norbertino Bahiense recolheu soneto de autoria do poeta Olímpio Higino intitulado “O Herói Bernardo”, louvando-lhe a proeza. O padre Antunes de

Siqueira publicou poemeto em três partes, pondo em relevo a coragem de Bernardo.¹¹ Aristides Sarmiento fez publicar outro soneto n' *A Província do Espírito Santo* de 29/09/1887, a ele dedicado.

Foi recebido com honras no palácio do governo em Vitória, de onde embarcou para o Rio de Janeiro, tudo acompanhado pela imprensa da Corte, notadamente os jornais *O País* e *Gazeta de Notícias*. Lá foi recepcionado por comissão da Marinha de Guerra. Recebeu das mãos da princesa regente D. Isabel a Medalha de Ouro de Primeira Classe, solenidade que teve lugar no Palácio de São Cristóvão, perante a Corte reunida e na presença do Ministro da Marinha.¹²

Por decreto de 18 de dezembro de 1887 foi oferecida uma subvenção a Bernardo para que investisse na formação educacional. Consta também uma oferta de ocupação na Capitania dos Portos em Vitória.¹³ No entanto, não fazendo conta das oportunidades que se lhe abriam, preferiu voltar para sua terra, para suas ocupações habituais, salvo curto período na capital. Em 1914 acabou assassinado na porta de casa, aparentemente estando o assassino sob efeito de bebida alcoólica.¹⁴

4. O Vaivém da memória

A morte trágica de Bernardo fez reacender o interesse sobre sua pessoa, que arrefecera por conta do seu recolhimento. Anos depois o presidente do Estado indultava o assassino por motivo de po-

¹¹ Op. cit., p. 92

¹² ANDREA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis*. Rio de Janeiro: SDGM, 1955, p.276.

¹³ REIS, Regina Lúcia P. Rabello. *Caboclo Bernardo: história e cultura na barra do Rio Doce*. Linhares: Unilinhares, 2003, p. 82.

¹⁴ REIS, op. cit., p. 86.

lítica criminal, o que reavivou na população a lembrança do vulto famoso. Posteriormente, em 1933, falecia o almirante Arthur Índio do Brasil, tenente servindo no Imperial Marinheiro e que se salvou do naufrágio graças à ação de Bernardo. Esse oficial, de família influente no Espírito Santo, é apontado como o articulador das homenagens prestadas pela Marinha a Bernardo.¹⁵

Anos mais tarde um novo e decisivo impulso para a memória do Caboclo Bernardo veio da ação do historiador capixaba Norberto Bahiense. Filiado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o estudioso efetuou trabalho de resgate de documentos e registros históricos para escrever seu *O Caboclo Bernardo e o naufrágio do Imperial Marinheiro*, publicado originalmente em 1948 pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico. A obra conheceria uma segunda edição, aumentada, em 1971, e ainda hoje é referência nos trabalhos sobre o tema.

Em 2003 Regina Lúcia Rabello Reis publicou *Caboclo Bernardo: história e cultura na barra do Rio Doce*, a que se faz referência ao longo do presente texto. Especialmente relevantes são os registros da autora quanto às iniciativas de caráter local para preservação da memória de Bernardo José dos Santos, inclusive na cultura popular e nas atividades ligadas ao turismo.

Em 2022 Geraldo Magela da Silva Araújo publicou *Crônica do naufrágio em Regência Augusta*, embasando-se nos registros publicados na imprensa da época. De especial interesse a transcrição das homenagens prestadas a Bernardo, inclusive do poemeto *Monumento de patriótica gratidão em honra do Caboclo Bernardo*, de autoria do padre Francisco Antunes de Siqueira, publicado no jornal *A Província do Espírito Santo*. O pesquisador pertence aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

¹⁵ idem.

Atualmente a memória de Bernardo José dos Santos tem repercussão local, pelo município de Linhares, de que faz parte a vila de Regência, palco da tragédia do *Imperial Marinheiro*. Dá nome a escolas, a uma comenda da Prefeitura Municipal e a um festival folclórico que anualmente reúne bandas de congo para preservar-lhe o nome. Também nomeia ruas em ao menos quatro municípios do Espírito Santo, inclusive a capital.

5. Conclusão

No desenrolar do texto trabalhou-se com exemplos de indivíduos que tiveram sua memória preservada por conta da fama dos feitos que em vida praticaram. Esta, como sabido, não prescinde, para sua formação, do concurso da opinião pública — pelo contrário. Visando a maior grau de refinamento na argumentação, optou-se por utilizar exemplos perpetuados no interior de organização fechada e que cultua valores muito bem definidos, valores estes não propriamente correntes fora do âmbito de sua atuação. Constatou-se então que diversidades fundadas em parâmetros não ligados a esses valores, como sejam origem social e perfil étnico, não constituíram obstáculo ao culto dos exemplos de condutas que a esses valores vão ao encontro, como nos casos das personagens enfocadas.

De fato, nem uma nem outra das condicionantes referidas se constituíram em obstáculo para que a memória dos vultos examinados se visse perpetuada ao longo dos tempos, tendo como centro irradiador a instituição a que serviram e cujos valores contribuíram para fortalecer. Conclui-se que a preocupação com a ideia de “memória em disputa” desenvolvida por Pollack não incide, neste caso, pelas condicionantes referidas. Deve-se procurar o fundamento de aplicação dessa ideia em cada caso concreto em outra espécie de

condicionantes — como seja, por exemplo, a conformidade ou não da conduta com os tais valores internos à instituição.

Especificamente no caso de Bernardo José dos Santos, alheio ao centro de irradiação dessa memória, seu recolhimento o fez demitir-se da pauta corrente da opinião pública, ocasionando períodos de arrefecimento no lembrá-lo. A utilização da sua imagem para fins de elaboração de uma identidade regional foi responsável por trazê-lo novamente à lembrança, o que se verifica com sucesso ainda hoje num âmbito no entanto restrito. Estamos em que, podendo o seu feito ser relacionado a razões humanitárias e não a valores militares no sentido estrito, sua imagem se mostra mais consentânea com valores atuais, portanto mais palatável à opinião pública de maneira geral, o que deveria merecer maior atenção.

Referências

ANDREA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis*. Rio de Janeiro: SDGM, 1955.

ARAÚJO, Geraldo Magela da Silva. *Crônica do naufrágio em Regência Augusta*. Aracruz: Gráfica Help Book, 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. O vaivém da memória: João Cândido e Marcílio Dias na história. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Regina Lúcia P. Rabello. *Caboclo Bernardo: história e cultura na barra do Rio Doce*. Linhares: Unilinhares, 2003.

SANTOS, João Marinho dos & AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *Vasco da Gama: a Honra, o Proveito, a Fama e a Glória*. Vila Nova de Gaia: Ausência, 1999.

SANTOS, Norbertino Bahiense dos. *O Caboclo Bernardo: o naufrágio*

do “Imperial Marinheiro” e Outros – Rio Doce. 2.^a ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971.

BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO ESPÍRITO SANTO APOIADA NA HISTORIOGRAFIA

*Adriana Pereira Campos**

A instituição da escravidão encontra-se disseminada em múltiplas formas em todo o mundo e ao longo de toda a história. No entanto, os estudiosos diferenciam sociedades com escravos e sociedades escravistas. Essa divisão foi proposta pelo estudo clássico de Moses Finley (1991) que determinou alguns elementos cruciais para a conceituação de uma sociedade escravista, em que os escravos deveriam constituir uma porcentagem significativa e desempenhar papel fundamental na produção de excedentes.

O conceito de sociedade escravista, leciona Noel Lenski (2018, p. 23-24), forneceu ferramenta suficientemente útil para distinguir entre escala e intensidade os sistemas escravistas na história mundial. Lenski considera, no entanto, essencial incluir as sociedades com o uso menos intensivo da escravidão, mas com nítidos benefícios para a classe senhorial, clara desvantagens para os escravos e relevância demográfica (em torno de 20%). Das definições apresentadas, conveniente discutir se existiu no espaço territorial atualmente ocupado pelo Estado do Espírito Santo sociedade escravista.

Um problema imediatamente colocado consiste no território atual do Espírito Santo, pois não se pode admitir simplesmente sua continuidade histórica desde a chegada dos portugueses na Amé-

* Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito Processual da Ufes. Pesquisadora Produtividade Pq2 do CNPq. Pesquisadora com projeto financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo.

rica. Nem se pode apenas usar como referência o primeiro traçado fornecido por Portugal, pois a escravidão correspondeu ao modo preponderante de conquista lusitana sobre o solo americano. A colonização da antiga capitania do Espírito Santo impôs, logo de início, a questão da ocupação por meio da produção de riquezas. Os colonizadores não chegavam em número suficiente para a empreitada e o desafio constituiu-se em incorporar os naturais da América como mão de obra. Juliana Sabino Simonato (2017, p. 169-170) afirma que a escravização e a comercialização de indígenas nos engenhos transformaram em economia agroexportadora a produção obtida na capitania do Espírito Santo nos Quinhentos e Seiscentos.

Para a Juliana Simonato (2017, p. 213-214), o emprego significativo de africanos como mão de obra escravizada em engenhos de açúcar da capitania do Espírito Santo apenas pode ser comprovado no Seiscentos. No entanto, a própria historiadora utiliza dados sobre africanos retirados de um auto de sequestro de bens de Marcos Monsanto e Diogo Ximenes que teriam montado seus engenhos em fins do Quinhentos, segundo afirma José Gonçalves Salvador (1994, p.77). Os africanos, conforme apurado por Juliana Simonato, provinham da África Ocidental, principalmente, de regiões conhecidas como Angola, Congo, Benin e Níger. Houve, portanto, estreita vinculação entre o incremento de africanos escravizados e a produção açucareira na capitania do Espírito Santo.

No século XVIII, a utilização da mão de obra africana encontrava-se plenamente desenvolvida. Alguns dados podem colaborar para calcular que algumas centenas de naturais da África constituíam mão de obra nos engenhos e fazendas assentados na capitania do Espírito Santo. É preciso compreender, porém, que a conquista dos portugueses se restringia a poucos núcleos populacionais. Historicamente, o primeiro núcleo deu-se em torno da baía onde aportou o donatário encarregado da capitania do Espírito Santo. Vasco

Fernandes Coutinho chamou de Vila do Espírito Santo, nome que a acompanhou até o século XIX. Em razão da insegurança diante dos combativos povos naturais do lugar, Coutinho transferiu a sede da donataria para a ilha em frente à antiga vila, dando-lhe o nome de vila da Vitória. Ao sul da vila do Espírito Santo localizava-se a aldeia de Santa de Maria de Guaraparim, região de engenhos como o de Marco Fernandes Monsanto com cerca de uma centena de escravizados de diversas origens, inclusive africana. Em 1679, a aldeia elevou-se à posição de vila, especialmente, depois de receber diversas melhorias realizadas pelo donatário Francisco Gil Araújo (1674-1687). Até fins do Seiscentos, a capitania do Espírito Santo possuía estreita faixa litorânea conquistada pelos colonizadores, contava com três vilas e constituiu sociedade eminentemente escravista.

O século do ouro atrairia maior atenção para a capitania e passaram aportar nas terras espiritosantenses portuguesas que ambicionavam fazer fortuna no além-mar. Ana Scott (1999, p. 34) observou que a “[...] emigração para o Brasil caracterizou-se por um fluxo contínuo, desde o século XVI. Entretanto, pelos finais do século XVI, a migração com destino ao Brasil sofreu profundas transformações [...]”. No século XVIII, continua a autora, “[...] o número de emigrantes que se dirigiam para o Brasil apresentava uma explosão dramática, estimando a saída de portugueses nalgumas centenas de milhares.” O governo português acompanhou com preocupação a evasão e providenciou leis em 1709, 1711 e 1720 a fim de disciplinar a onda migratória. Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002, p. 59) afirmam que os estudos permitem até certo consenso sobre a proveniência dos imigrantes portugueses para o Brasil, que teve maior contingente saído do norte de Portugal. Os lisboetas, o segundo maior grupo, nem de perto acompanharam o volume dos imigrantes minhotos. No entanto, o caráter secular da

imigração portuguesa obriga o historiador a buscar na história de Portugal os contornos estruturais que favoreceram a cada época a imigração para o Brasil.

Os constrangimentos impostos ao fluxo migratório, consoante artigo clássico de Joel Serrão (1970, p. 598), levantam o problema da categoria de colonizadores ou emigrantes para as pessoas que deixaram Portugal no século XVIII. O historiador sugeriu, ainda na década de 1970, observá-los no *rush* na corrida pelo ouro no século XVIII e na segunda metade do século XIX como emigrantes. Nesse fluxo, a onda de portugueses para a América procedentes do Noroeste de Portugal, do Entre-Douro e Minho compunha-se de homens fidalgos e letrados que, em parte, desempenhavam ofícios reais, outra parte se engajava nos negócios agrícolas e a maior parte se voltava ao comércio. Para Joel Serrão, os portugueses minhotos chegavam ao Brasil dispostos a fazer fortuna. A movimentação espontânea exigia investimentos para a travessia, o que excluía sujeitos sem cabedais (SERRÃO, 1970, p. 602).

Em recente pesquisa, constatou-se a origem minhota de importantes famílias portuguesas emigradas para o Espírito Santo em começos do século XVIII, tais como os irmãos Pinto Ribeiro (Manuel Pinto Ribeiro e João Pinto Ribeiro), ou os Rocha Pereira de Sampaio e Henriques Esquistes Portes (cf. CAMPOS, 2023). É fato que a busca do ouro orientou a ação de regentes da capitania como bem aborda Bruno Santo Conde (2011, p. 48), mas houve maior movimento por requisição ao rei de terras na forma de sesmarias. A fortuna construída pelos irmãos Ribeiro Pinto exemplifica a busca por oportunidades na capitania do Espírito Santo. Manuel Pinto Ribeiro e João Pinto Ribeiro chegaram a Vitória ainda muito jovens, e, após alguns anos, conseguiram amealhar algum capital com o comércio que empregaram na aquisição de terras e escravos, a partir do que construíram prestígio e ocuparam postos de poder na capitania.

Ao sul da capitania, o ouro abriu caminho para novos investimentos junto ao rei para a aquisição de terras na forma de sesmarias. O capitão Pedro Bueno Cacunda recebeu por alvará de 18 de julho de 1712 um terreno de uma légua de largo e três de comprimento junto ao rio “Tapemirim”, conforme o códice 155 do Arquivo Nacional (1931, p. 127). Cacunda não era um fazendeiro comum, pois dedicou sua vida à exploração dos caminhos do ouro (RIBEIRO, 2023). No entanto, na exploração do metal, grosso modo, os exploradores buscavam assentamentos agrícolas em terras próximas das jazidas. Após a descoberta de ouro no monte que lembrava um pequeno castelo, as minas do castelo, o sul da capitania passou a se ocupar por diversos empreendimentos que apostavam na produção açucareira. Vários exploradores passaram a requisitar a oficialização de suas posses por meio de pedidos de sesmarias, garantindo possuir condições para a exploração das terras, que já se encontravam ocupadas por plantações com algumas dezenas de escravizados.

A sociedade escravista da capitania estendia-se, assim ao sul da província, com considerável presença de escravizados. No início do século XIX, a mão de obra escravizada da região ao sul da vila do Espírito Santo já representava quase 20% dos cativos existentes na província. Segundo Laryssa Machado (2019), na localidade de Itapemirim encontravam-se, no início do Oitocentos, grandes fazendas de cana de açúcar e muitos engenhos. Em 1833, a vila do Itapemirim, nas margens do rio de mesmo nome e próxima da costa marítima, possuía 55 empreendimentos agrícolas, 17 dos quais eram fábricas de açúcar e aguardente (MACHADO, 2019, p. 64).

Até meados do século XIX, o café como produto lucrativo era apenas um esboço na província. O presidente Coutto Ferraz, em 1847, relatou à Assembleia Provincial que a plantação de café se iniciara há poucos anos, enquanto o açúcar se destacava como o

principal produto de exportação da província e a vila de Itapemirim como o maior centro de produção (RELATÓRIO, 1847).

Em relação aos braços empregados na produção, não houve mudança em relação à origem dos escravizados trazidos para a província. Conforme relatado por Juliana Simonato (2017), a África centro-ocidental permaneceu como fonte da mão de obra escravizada no Espírito Santo do século XIX. O mapa da população do Espírito Santo de 1839 registrou quase 10 mil escravizados na província, dentre os quais um terço era natural da África e dois terços naturais do Brasil (afro-brasileiros). No entanto, em Itapemirim no ano de 1839, constavam-se 63% africanos nas escravarias, o que comprova a força dos empreendimentos agrícolas da região que precisava crescentemente de mão de obra.

Laryssa Machado (2019, p. 66), contudo, mostra que a queda da vila de Itapemirim como centro econômico açucareiro da província ocorreu a partir da década de 1860. O presidente Pindahiba de Mattos, em seu relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1864, registrou o declínio das lavouras de Itapemirim, enquanto o alto Itapemirim, região localizada mais para o interior em relação à costa marítima, prosperava com o cultivo do café (RELATÓRIO, 1864). Esse é o período de deslanche da economia cafeeira da província do Espírito Santo.

A vila de Itapemirim englobou, até meados da década de 1850, todas as regiões produtivas espalhadas no vale do rio Itapemirim. O crescimento da produção cafeeira na região do alto Itapemirim e, conseqüentemente, de uma elite economicamente próspera exigiu certa autonomia para a localidade. O decreto provincial n. 296 [n. 11], de 16 de julho de 1856 criou a freguesia de São Pedro de Cachoeiro (sic) no lugar do antigo distrito de mesmo nome (APEES, Livro das Leis [...], 1856, p. 22-23).

A autonomia conquistada, porém, mostrou-se insuficiente ao crescente prestígio do lugar. Em 23 de novembro de 1864, a fregue-

sia elevou-se à posição de vila da freguesia à posição de vila, que compreendia as freguesias de S. Pedro da Cachoeira (sic), de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, e a de S. Pedro de Itabapoana (Decreto n. 474 [n. 11], apud APEES, Livro das Leis [...], 1864, p. 21-22).

De acordo com o quadro estatístico anexo ao relatório do Ministério dos negócios do Império (1876, fl. 876), existiam 20.037 escravos matriculados em 1875. Desses, 7.094 encontravam-se na vila de Cachoeiro de Itapemirim, cerca de 35% do total de escravizados da província. Em Vitória havia 3.473 cativos (17%) e 2.335 em Itapemirim (12%). Os três lugares somavam 64% dos escravos da província do Espírito Santo. No entanto, a vila de Cachoeiro possuía expressivo contingente de escravizados, inclusive de africanos, cerca de 24%. Mesmo se desenvolvendo na segunda metade do século XIX quando o tráfico fora proibido, a economia cachoeirense desenvolveu-se segundo os padrões escravistas e foi capaz de adquirir cativos africanos. Estudos recentes mostram grande movimentação de comércio ilegal nas praias do sul por traficantes processados no Império como José Gonçalves Dias e José Marcellino da Silva Lima (barão de Itapemirim) (PEREIRA; PESSOA, 2019).

Outro espaço de significativo uso da mão de obra escrava foi a vila da Serra, mas faltam informações mais substantivas sobre a dinâmica da sociedade serrana no emprego dos braços escravizados. Sabe-se que, em 1839 por exemplo, a vila possuía o quarto maior contingente de cativos na província, ficando atrás apenas de Vitória, Itapemirim e São Mateus. José Marcellino de Vasconcellos (1858) informa uma população na freguesia de 4.012 pessoas, dentre as quais constavam 1.089 escravizados. Em 1872, a população escrava subiu para 1.464 indivíduos. Não há informações sobre o conjunto da produção, apenas informes gerais sobre o cultivo de cana de açúcar e café.

Já São Mateus forma o terceiro maior contingente de escravos da província em 1856, com 1.390 indivíduos. Maria do Carmo de Oliveira Russo (2007) informa que São Mateus vicejou apenas no início do século XIX, quando a região se destacou como centro exportador de farinha de mandioca para a Bahia e para corte. A cidade realizava o comércio através de seu porto natural, que a colocava num ponto estratégico entre o Espírito Santo e a Bahia. A navegação regular no porto intensificou-se a partir de 1850, quando aportavam vapores da Cia Espírito Santo e Caravelas, da Miranda e Jordão e Cia e até navios do Lloyd brasileiro. Além da farinha, o porto recebia embarcações com escravizados. A historiadora Maria do Carmo Russo (2007, p. 41) encontrou o registro cartorial de 16 firmas que comercializavam escravos em São Mateus. Maria do Carmo Russo (2011, p. 115) verificou em registros cartoriais que se comercializaram 606 homens e mulheres escravizados entre 1863 e 1887. Nesses 21 anos de vendas, cerca de 60% do contingente era vendido em lotes de no máximo quatro cativos. Em apenas oito negócios venderam-se mais de 10 indivíduos. O padrão encontrado pela historiadora, portanto, corresponde a uma economia predominantemente escravista, mas dominada pela pequena propriedade. Os negócios de farinha, portanto, rendiam majoritariamente pequenas unidades de produção. Grandes fazendas escravistas deviam constituir exceção naquela vila e os navios negreiros deviam raramente aportar naquele lugar.

O uso da mão de obra escravizada marcou a história colonial e oitocentista do Espírito Santo. Quando a escravidão de indígenas se mostrou inviável, transferiu-se aos africanos a chaga do cativo. E pode-se afirmar que o trabalho compulsório de indígenas jamais cessou mesmo diante de todas as interdições legais e os africanos aportaram durante alguns anos na situação de escravos nas praias do Espírito Santo apesar da lei Eusébio de Queirós, de 1850.

Estudos desenvolvidos nos últimos 20 anos na Universidade Federal do Espírito Santo comprovam que a violência e a perenidade da escravidão não foram capazes de destruir o persistente ânimo dos africanos e afro-brasileiros em reconstruírem laços de sociabilidades que garantissem, ao menos em parte, seu modo de ver o mundo, sua cultura e espaços de liberdade, ainda que restritos. Patrícia Merlo (1998), Geisa Lourenço Ribeiro (2012) e Rafaela Domingos Lago (2012) consagraram estudos à família de escravizados e encontraram fabuloso número de núcleos parentais, majoritariamente matrifocais, mas também descobriram também famílias extensas com presença de avós. Rafaela Lago (2012) demonstrou com dados abundantes que as famílias não se cingiam aos laços consanguíneos, pois incluíam parentesco rituais, por meio dos batizados, entre diversos segmentos sociais, tanto nas escravarias quanto fora delas. O incrível dinamismo de escravarias antigas formadas por laços de parentescos consanguíneos e rituais e a fraca presença de reposição de braços africanos, que, como se viu, formavam no máximo e somente em alguns lugares, um terço dos escravizados, permitiu tamanho enraizamento que o historiador Cléber Maciel (1992) chegou a criar a hipótese de uma cultura afro-capixaba. A hipótese carece de maior incursão apenas iniciada pelo eminente professor Cléber Maciel, cuja vida foi muito breve. Novas pesquisas mostram a permanência de laços familiares capazes de ensejar a transmissão geracional de costumes e culturas. Pesquisas históricas, antropológicas e arqueológicas que perseguirem a senda talhada por Cléber Maciel poderá desvendar em que ponto se forjou, quem sabe, uma cultura negra ou afro capixaba.

Referências

Fontes

APEES, Livro de Leis da Província. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/leis>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RELATÓRIO de presidentes da Província do Espírito Santo. Provincial Presidential Reports: Espírito Santo. Brazilian Government Documents. Center for Research Libraries: Global Resources Networks. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/167#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1881%2C-207%2C5841%2C4121>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Livros e artigos

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Pelo Espírito Santo: a ascensão na carreira jurídica dos moços brasílicos com origens minhotas*. Comunicação apresentada no IIIo. Congresso Internacional “As cidades na História”, Guimarães/Portugal, 25 a 27 de outubro de 2023.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). *Portuguese Studies Review*, Trent - Canadá, v. 10, n. 1, p. 58-84, 2002.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentes ritual na província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3499>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LENSKI, Noel. Framing the Question: *What Is a Slave Society?* In. LENSKI, Noel; CAMERON, Catherine M. *What is a Slave Society?* The practice of slavery in global perspective. Cambridge: Cambridge University, 2018. p. 15-57.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim -ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10999>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MACIEL, Cléber. *Candomblé e umbanda no Espírito Santo: práticas culturais religiosas afro-capixabas*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

MERLO, Patrícia da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória/ES, 1800-1871*. Vitória: Edufes, 2018.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios Atlânticos: sujeitos e lugares praiheiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c.1830 - C.1860). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 79-1000, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942019000100005>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RELATÓRIO do presidente da Província do Espírito Santo, 1847. Provincial Presidential Reports: Espírito Santo. Brazilian Government Documents. Center for Research Libraries: Global Resources Networks. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/167#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1881%2C-207%2C5841%2C4121>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6332>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RIBEIRO, Rafaela Machado. *Caminhos e descaminhos do ouro das minas de castelo, entre as capitânicas do Espírito Santo e da Paraíba do Sul (1640-1771)*. 2023. 279 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_11985_Vers%E3o%20final_Dep%F3sito.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. *Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1850-1889)*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3394>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. *A escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04052012-124952/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães, NEPS/ Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 1999. (Coleção Monografias, v. 6).

SERRÃO, Joel. (2004). Desembargo do Paço. In: *Pequeno dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.

SIMONATO, Juliana Sabino. *A capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AQG-FLU>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo [...]*. Vitória: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

A HISTÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE BARRA DO ITAPEMIRIM/MARATAÍZES

*Bárbara Péres**

A Igreja Nossa Senhora dos Navegantes é o principal marco religioso da Barra de Itapemirim, em Marataízes/ES. Uma construção imponente, erguida na foz do Rio Itapemirim, que encanta, de imediato, a todos os que passam por ali. Além do Rio Itapemirim, a paisagem local é composta pelo oceano Atlântico ao fundo, proporcionando uma integração harmônica da natureza com o religioso; ali se realiza, há tempos, uma festa religiosa e dos pescadores, que irá completar 135 anos, no dia 2 de fevereiro de 2024.

A Paróquia Santíssima Trindade organiza dez dias de muita festa, que começa, geralmente, em uma terça-feira e segue até o encerramento, no dia 2 de fevereiro, com a tradicional procissão fluvial, pela foz do Rio Itapemirim. Na Programação, acontecem todos os anos, novenas, louvores, procissão terrena e a fluvial, os barcos enfeitados com os pescadores, familiares e visitantes. À Frente segue um barco maior, com a imagem de Nossa Senhora, fiéis e autoridades religiosas.

Notas Históricas

Nossa Senhora dos Navegantes é um dos títulos dados a Maria, Mãe de Jesus.

A fé e a resignação em Nossa Senhora dos Navegantes tiveram início no século XV, com a navegação dos europeus. Segundo a

* Poetisa e pesquisadora. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

crença, as pessoas que viajavam pelo mar pediam proteção à Nossa Senhora para retornarem em segurança aos seus lares.

Em Marataízes, a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, localizada na Barra de Itapemirim, é um dos patrimônios históricos que ajudam a contar a história do município.

Além das imagens sacras, uma das peculiaridades do imóvel, construído no século XIX, é a pintura de Nossa Senhora dos Navegantes, no teto da igreja. Nela, o artista descreve a importância da padroeira na vida dos pescadores, através de dois homens, num barco em mar agitado, sendo um homem branco, remando, e um negro, orando para Nossa Senhora dos Navegantes, que os protege da tempestade.

1. A Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes

Dados transcritos, com fidelidade, de documentos originais da família Rodrigues Soares, da Barra de Itapemirim e da coordenação da comunidade Nossa Senhora dos Navegantes:

A sua construção foi iniciada em 1855, pelo frade capuchinho Paulo Casanova, auxiliado pelos fiéis. Os trabalhos foram interrompidos pela falta de recursos financeiros, sendo retomados nos anos 70, quando a construção “passou a ser dirigida e fiscalizada por Simão Rodrigues Soares, que também concorreu com parte das despesas da obra”

O relatório do presidente da província, Dr. Domingos Monteiro Peixoto, de 1875, diz que em 28 de outubro foi entregue a Manoel Ferreira Braga, uma quantia para auxiliar a conclusão das obras.

Através do relatório da tesouraria da Câmara Provincial do Espírito Santo, de 24 de março de 1876, tem-se conhecimento que as obras estão em andamento e encaminhando-se para o seu final.

Informação da pesquisadora Maria Stella de Novaes registra que Simão Soares foi ajudado na construção da igreja pelos capitães de navios que aportavam na Barra e lhe traziam pedras para a edificação, como lastros das embarcações.

Em 1886, o bispado do Rio de Janeiro concede permissão para a conclusão da capela, em virtude da dependência da Igreja capixaba à Mitra daquele Estado. A benção e inauguração da Capela de Nossa Senhora dos Navegantes deram-se em 1887, sendo que quem á abençoou foi Dom Pedro Maria Lacerda.

2. Dados colhidos da coordenação da igreja

* 1872- Inicia-se a construção da igreja da Barra de Itapemirim, a qual recebeu 8 (oito) contos de réis de devotos.

* 1882- Assembleia Legislativa da Província vota a favor de que sejam entregues dois contos de réis para a construção da Capela da Barra de Itapemirim. A quantia foi entregue a Antônio Ferreira Marques de Abreu, um dos encarregados da construção da Capela.

* 1887- No dia 9 de março deste ano, Dom Pedro Maria de Lacerda benzeu a Capela de Nossa Senhora dos Navegantes, na Barra de Itapemirim.

* 1889- Em 14 de novembro, Simão Soares, em ofício ao Senhor José Caetano Rodrigues Horta, Presidente de província do Espírito Santo, doa a Capela da Barra de Itapemirim ao Governo Imperial. Capela esta de sua propriedade, para a qual concorreu com mais de 20 contos, gastos pelo Sr. Simão Rodrigues Soares, um (01) conto de réis, doação do Governo Provincial, e algumas contribuições de particulares, de pequena monta. Recomendação do doador, que a invocação à Virgem dos Navegantes permanecesse.

* 1908- A Capela de Nossa Senhora dos Navegantes recebe a permissão do Bispo do Espírito Santo, Dom Fernando de Souza Monteiro concedendo licença à Capela de "Nossa Senhora dos Milagres dos Navegantes", de Barra de Itapemirim, para nela serem realizados Atos solenes religiosos conforme orientações canônicas da Igreja Católica Apostólica Romana, sob supervisão da Diocese do Espírito Santo.

3. Dados colhidos em entrevista

Dados colhidos em entrevista ao senhor João Barbirato Marafoni, pessoa de destaque na comunidade pelos seus valores e grande participação nos festejos da Padroeira desde a sua adolescência e de ter sido muitos anos o principal animador dessa tradição religiosa, à frente de sua família e pescadores devotos da santa, que relatou o seguinte:

As imagens de Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco, todas em madeira, foram trazidas de navio de Portugal pela mãe do doador da Igreja, o senhor Simão Rodrigues Soares. A partir de mais ou menos 1936, deu-se início aos festejos populares em honra à Santa. Inicialmente em cortejos de barcos a vela, bem ornamentados, puxados por rebocador da Empresa de Navegação "Irmãos Soares", subiam o rio Itapemirim, saindo de sua foz, na Barra de Itapemirim, até a ponte da localidade de Vila do Itapemirim, transportando a imagem da Santa. Uns dez anos depois, o cortejo passou a ser feito em barcos motorizados e por uns tempos, conforme a maré, iam até a praia de Marataízes, pelo mar, retornando em seguida com banda de música e muitos fogos de artifícios acompanha-

vam a procissão tanto no rio ou no mar e também à noite pelas ruas da comunidade”.

Concluiu.

4. Desdobramentos recentes

Em 1994 as três imagens de madeira trazidas de Portugal foram roubadas, junto com toda aparelhagem de som e toalhas também de valor, usadas nas Celebrações Eucarísticas, por uma quadrilha que andava arrombando templos religiosos em diversas partes do país, conforme conclusão policial.

Uma réplica da imagem original foi doada pelo senhor Michel Mansur, também grande devoto e organizador dos festejos da padroeira, por muitos anos. A benção desta imagem foi realizada pelo Padre Joselito Nogueira, então vigário da Paróquia “Santíssima Trindade” em Marataízes.

Esta festa ainda perdura nos dias atuais, mantendo algumas das tradições como a Procissão Fluvial/Marítima, Procissão Terrestre, Banda de Músicas e os Fogos. Também é realizado antevendo ao dia da Padroeira, um novenário, preparando os fiéis para o ápice de sua fé.

Referências

Fonte das pesquisas: Diocese de Cachoeiro, comunidade Nossa Senhora dos Navegantes e documentos cedidos pelos familiares Soares.

VITÓRIA
IMAGENS
E
LOGRADOUROS

A CIDADE OCULTA¹

Pedro J. Nunes*

Outro dia aconteceu cair diante de meus olhos a fotografia de um ônibus na avenida Beira-Mar. Na calçada, apenas uma mulher e duas crianças, mais ninguém. Mais ninguém do lado de cá, na praça Getúlio Vargas, de onde a fotografia foi tirada. O ano era 1984. Das reflexões imediatas acerca da fotografia antiga, fica o fato de que Vitória tinha, naquela época, bem menos habitantes que hoje, menos veículos — apenas um fusca seguia o ônibus, nenhum carro estacionado na margem da praça Getúlio Vargas. Faixa de pedestres? Não me lembro, ou talvez me lembre de uma ou outra, às quais se dava muito menos atenção do que atualmente se dá.

E hoje?

Vitória esticou para tudo que é lado, quase se modernizou — não pode ser moderna uma cidade que praticamente não funciona depois das 22h ou a qualquer hora aos domingos. Atingiu a marca de quase 3.500 habitantes por quilômetro quadrado, o que é um acinte. Já não se pode tirar uma fotografia da Beira-Mar sem que façam pose dezenas de transeuntes e tantos veículos quantos haja espaço na objetiva da máquina fotográfica.

O destaque de minhas reflexões é que, bem diferente daquela época, já quase nada acontece no Centro, onde a fotografia foi tirada.

Antes que alguém possa achar, esclareço: não estou com saudade nem nostalgia. Por favor. Não pactuo com essa conversa velha

* Escritor-residente na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo e organizador do site *Tertúlia Capixaba*. Autor de *Aninhanha*, *Menino*, *A tarde dos porcos* e *A última noite*, entre outros. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

¹ Crônica publicada no site *Tertúlia Capixaba*, mantido pelo autor do texto.

de que os bons tempos eram melhores. Meu tempo é exatamente este em que estou sentado diante de minha tela *full hd* escrevendo este texto sobre Vitória, a aprazível capital do Espírito Santo, onde resido e onde descansarão meus ossos. A fotografia foi um mote para lembrar de que naquela época, meados dos anos 1980, quase todas as coisas, e quase significa quase tudo, acontecia no Centro de Vitória, local que ainda hoje guarda suas fortuitas exclusividades. Quer um exemplo? Se você necessitar de uma ferragem bem específica, sabe onde vai achar? No Centro de Vitória. Pode procurar em outros bairros, não encontra. Isso é um dado arqueológico, mas é um dado real. A vida acontecia no Centro.

Olhe só

: os cinemas ficavam todos no Centro, e Vitória, afirmo, com todo meu horror à nostalgia, nunca mais terá cinemas como o São Luiz e o Cine Paz. Eram cinemas enormes, havia certo charme em frequentar suas últimas sessões, principalmente as vazias. Assistir, por exemplo, a um filme de Walter Hugo Khouri com Nicole Puzzi no Cine Paz na última sessão da noite era um fascínio que jamais se repetirá.

: havia a Lanchonete Sarlo, que ficava no terraço da Padaria Sarlo, ambiente requintado onde ir com a amiga recente tomar um suco de laranja on the rocks e trocar uns olhares promissores enquanto a noite se consolidava sobre as árvores do Parque Moscoso.

: e tudo, ou quase tudo para os jovens da geração em que fui jovem, acontecia na rua Sete, que já pediria de referência um capítulo inteiro.

Claro, na dinâmica das coisas, a cidade, tendo se deslocado para tudo quanto é lugar, já não converge para o Centro, que ficou um lugar mais ou menos ao relento — sobre o qual os políticos fazem as mais disparatas promessas —, um deserto depois das sete

da noite e nos finais de semana, onde se pode marcar um encontro privado com o Vento Sul quando sopra o Vento Sul.

A julgar pelo blá-blá-blá que se ouve nos debates, nas campanhas políticas, na conversa dos nostálgicos etc., o Centro, ou sua decadência, parecem haver se tornado preocupação de todos.

Está certo, mas será que não podíamos abrir mão, por exemplo, dessas cínicas placas indicativas espalhadas pela cidade apontando para o Centro Histórico? Eu e você, capixabas nativos ou não, que estivemos no Centro naquela época, sabemos muito bem que o Centro se esconde atrás das grandes placas das lojas — e se esconde muito bem escondido, de quase não se ver. E por andarem, neste século XXI, cada vez mais cabisbaixas, não se há de exigir das pessoas que vejam as belas fachadas antigas no alto, atrás das placas, que é onde se esconde o tal Centro Histórico das placas — das placas indicativas, duas ou três espalhadas pela cidade. Por isso duvido que um transeunte estrangeiro consiga enxergá-lo. Vai andar a cidade inteira atrás do Centro Histórico e nunca vai encontrá-lo ou vai reduzi-lo à praça João Clímaco e ao Palácio Anchieta, dizendo de si para si, embasbacado de decepção, “mas o Centro Histórico é só isso?”

Mas há coisa pior, pois muito pior que ficar escondido atrás das placas das lojas, é ficar escondido atrás da fiação caótica dependurada nos postes fincados nas calçadas do Centro. É um escândalo. Se você duvida, vá ao Parque Moscoso e tente admirar a belíssima construção onde ficava a Lanchonete Sarlo. De qualquer ângulo, você só consegue ver um emaranhado aterrador de fios. Na Costa Pereira, onde algumas das antigas construções vêm sendo conservadas, os cabos se emaranham de tal forma nos postes que ninguém consegue tirar uma fotografia para levar de recordação da visita à capital dos capixabas.

Não quero o Centro escondido em minhas memórias. Não quero placas cínicas tentando revelar um Centro Histórico oculto

atrás das nizes. Muito menos quero um Centro ignominiosamente encoberto por uma fiação emaranhada dependurada nos postes. Creio ser perfeitamente possível que o Centro se atualize para as gerações que se sucedem e, sem que tenham necessidade de lamentar e sentir saudade, possam vir a usufruir dele em toda a sua atualidade e presença e charme. Garanto que não há lugar melhor na cidade para tomar um pingado e trocar meia dúzia de palavras amáveis e sinceras com as meninas gentis que atendem nas lanchonetes.

REVIVENDO O VIADUTO CARAMURU

*Eliane Lordello**

*Anna Karine Bellini***

Resumo: Visa caracterizar em termos arquitetônicos e urbanísticos o Viaduto Caramuru, no Centro de Vitória (ES), único do Ecletismo em Vitória, e marco da ligação da parte baixa do Centro com o núcleo fundacional de Vitória – a Cidade Alta.

Palavras-chaves: estruturas urbanas de passagem; centro histórico; Vitória (ES).

Introdução

Poucas realizações arquitetônicas são tão significativas quanto as que vencem vãos. Vencer vãos é usualmente vinculado ao destemor, ao arrojo técnico. Quando vencer o vão permite a interligação entre locais antes separados por um intervalo aéreo, a simbologia fica ainda mais forte: criou-se uma passagem, abriu-se um novo caminho. Eis a razão do nome estruturas de passagem.

* Eliane Lordello é arquiteta e urbanista (UFES, 1991), mestre em Arquitetura (UFRJ, 2003), doutora em Desenvolvimento Urbano na área de Conservação Integrada do Patrimônio Histórico (UFPE, 2008). Servidora pública municipal de Vitória há 31 anos, atualmente trabalha na Coordenação de Revitalização Urbana da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade. Colaboradora e integrante do corpo editorial da revista *Arquitextos*, de Vitruvius, publica neste portal desde o ano de 2004. É também escritora e ilustradora.

** Anna Karine Bellini é arquiteta e urbanista, mestra em arquitetura e urbanismo na área de concentração Cidade e impactos no território pela UFES. Atua como Coordenadora de Revitalização Urbana na Prefeitura de Vitória e é professora universitária nas áreas de Patrimônio histórico e História da arquitetura e urbanismo.



Figura 1 – Viaduto Caramuru em restauro. Vitória. ES.
Fonte – SEDEC/GPU/CRU, ago. 2023.

Uma ponte, um elevador, uma passarela, um passadiço são estruturas urbanas de passagem e travessia elevadas, que desde a implantação das primeiras vilas até às grandes metrópoles chamam a atenção nos acervos urbanos patrimoniais.

Assim ocorre com o pequeno Passadiço da Glória, em Diamantina, que encantou Lúcio Costa, a ponto de o urbanista retratá-lo, em aquarela, nos anos 1930. O passadiço diamantinense liga duas edificações do conjunto do antigo Colégio de



Figura 2 – Passadiço da Glória, Diamantina, MG, 2007.
Fonte – Eliane Lordello, acervo particular.

Nossa Senhora das Dores, outrora administrado pelas irmãs vicentinas. Sediando atualmente o Instituto Casa da Glória, este casario é composto por duas casas situadas em lados opostos da rua, unidas pelo passadiço, constituído por estrutura e vedações de madeira.

Situado no Sítio Histórico de Diamantina, cidade tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN) em 1938 e classificada como Patrimônio Mundial pela Unesco em 1999, o Passadiço da Glória integra a área protegida da cidade. Sua presença é marcante por sua singularidade: sendo o único passadiço da cidade, atrai visitantes e turistas, além de ser evocado pela população como um dos destaques da paisagem diamantinense.

Assim também ocorre com o Viaduto do Chá, elemento de passagem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico em Turístico do Estado de São Paulo — CONDEPHAAT, por meio da Resolução SC - 79, de 23-7-2015.¹



Figura 3 – Viaduto do Chá, São Paulo, SP.

Fonte – Jose Cordeiro, 25 jan. 2015, SP Turis.

Fonte – SPTuris.

Disponível em: <<https://cidadedesaopaulo.com/atrativos/viaduto-do-cha/?lang=pt>>

Nem tão pequeno e antigo como o Passadiço da Glória, nem metropolitano como o Viaduto do Chá, o Viaduto Caramuru, no

¹ Publicada no DOE de 24 de julho de 2015, página 44.

Centro de Vitória, é o tema deste artigo. O objetivo é caracterizar em termos de arquitetura e urbanismo este bem do patrimônio histórico da capital capixaba, e descrever o seu restauro.

Bem identificado como de interesse de preservação, pela Prefeitura Municipal de Vitória, o Viaduto Caramuru está em fase final de restauro, neste agosto de 2023.

Em suas modestas dimensões, o Caramuru é o único viaduto do Ecletismo em Vitória, e consiste em um marco da ligação da parte baixa da cidade com o núcleo fundacional de Vitória — a chamada Cidade Alta, cujo breve histórico é a seguir apresentado.

1. Breve histórico

Para falar do Viaduto Caramuru, cumpre antes situar a importância da Rua Caramuru, por sobre a qual passa o viaduto. Essa rua é uma das mais emblemáticas da história da cidade de Vitória. Inicialmente denominada Rua do Fogo, a atual Caramuru foi palco de uma batalha entre locais e invasores holandeses. Eis como narra o historiador Elmo Elton:²

Em 1640 os holandeses, que já tinham estado no Espírito Santo, voltaram a atacar a vila de Vitória. Uma esquadra de onze barcos à vela fundeou, a 27 de outubro, na barra do porto, sob o comando do almirante Koin e do conselheiro Newland. Dia seguinte, aquele almirante desembarcou na ilha, em companhia de seiscentos a setecentos homens [...] os mesmos se dividindo em colunas, que se dirigiram para diversos pontos

² ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986, p. 22.

da vila. [...] Os habitantes, sob as ordens do capitão-mor João Dias Guedes, também auxiliado por outras pessoas gradas, como o vigário Francisco Gonçalves Rios, frei Geraldo dos Santos, os capitães Antônio Couto e Almeida e Domingos Cardoso e com a colaboração de trinta fuzileiros e duas companhias de índios flecheiros, reagem prontamente ao assalto, conseguindo expulsar os invasores, após três horas de luta renhida. [...] [Sendo] o caminho, que partia do cais de São Francisco para a parte alta da vila, palmilhado pelos holandeses, naquele avanço da conquista, recebeu, do povo, o nome de Rua do Fogo.

Foi somente em 1872, que a Rua do Fogo veio a ser nomeada Rua Caramuru. Ainda segundo Elton, no início da década de 1930, a rua, que então era uma viela, foi substituída por uma rua de quinze metros de largura, dando acesso à Cidade Alta. Para tanto, conforme Elton, casas antigas foram demolidas no local da rua, sendo antes desapropriadas amigavelmente.

A primeira Planta Cadastral de Vitória, datada de 1767, de autoria de José Antônio Caldas (Figura 4), mostra a Rua Caramuru como um caminho estreito e tortuoso, ligando a Cidade Alta à região do Cais de São Francisco, depois aterrado, hoje conhecido como Parque Moscoso. Imagens da rua nas primeiras décadas do século XX, de autoria desconhecida (Figura 5), confirmam o aspecto colonial retratado por Caldas, no século XVIII.

O Viaduto Caramuru, inicialmente chamado de Viaduto de São Francisco, atravessa a Rua Caramuru, ligando as Ruas Dom Fernando e Francisco Araújo. Construído entre 1924-1927, ele é o único exemplar de estrutura de passagem elevada, na forma de viaduto, no Centro de Vitória.

O viaduto foi construído na gestão do governador Florentino Avidos (1924-1928). Avidos sucedeu a Nestor Gomes (1920-

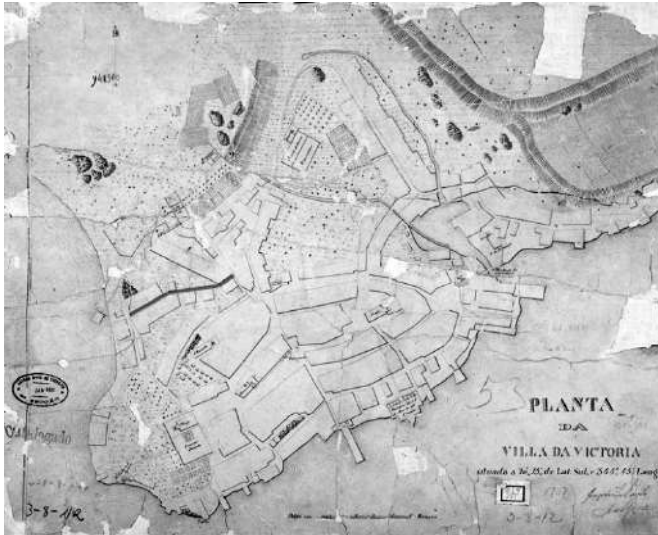


Figura 4 — Planta da Vila da Victoria (1767). Em vermelho, a antiga Rua do Fogo, atual Rua Caramuru.

Fonte: Biblioteca Nacional.

Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>> . Acesso em: 3 fev. 2022.

Nota: Autoria do Engenheiro José Antônio Caldas (com intervenção das autoras).



Figura 5 — Aspecto da Rua Caramuru no início do século XX.

Fonte: Desconhecida.

Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/rua-caramuru-ex-rua-do-fogo-por-elmo-elton.html>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

1924), em cujo mandato ele foi engenheiro-chefe dos Serviços de Melhoramentos de Vitória. Com a experiência adquirida, Avidos construiu importantes prédios no Centro, tais como: o Edifício dos Serviços de Melhoramentos de Vitória (atual Museu de Arte do Espírito Santo/ MAES) e a Escola Gomes Cardim (atual Escola de Teatro e Dança FAFI), entre outras obras que, junto com o viaduto, modernizaram o aspecto urbano do Centro de Vitória.

Apesar de alguns historiadores datarem a inauguração do viaduto em 1925, a menção de que a sua obra estava quase concluída, faltando apenas o acabamento da pavimentação, surge na mensagem do ano de 1927 (01/01/1927) de Florentino Avidos. O documento informa também o quanto havia sido gasto no ano de 1926 (Figura 6).

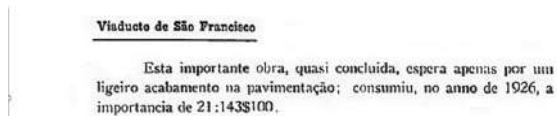


Figura 6 – Trecho da mensagem do Governo Florentino Avidos, de 1927.

Fonte – Site do Arquivo Público Estadual.

Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Conforme Mensagem do Governo Aristeu Borges de Aguiar, do ano de 1929 (07/09/1929), dezessete propriedades foram desapropriadas para a construção do Viaduto Caramuru, especificamente. O dado curioso é que a construção do Viaduto Caramuru é anterior à retificação e urbanização da Rua Caramuru.

A construção do Viaduto Caramuru está registrada na Mensagem de Governo de Florentino Avidos, datada de 1928. As imagens corroboram a construção do elevado sobre a Rua Caramuru, quando esta ainda era “íngreme, escorregadia e estreita, com calçamento pé-de-moleque”, como descreve Elton.³

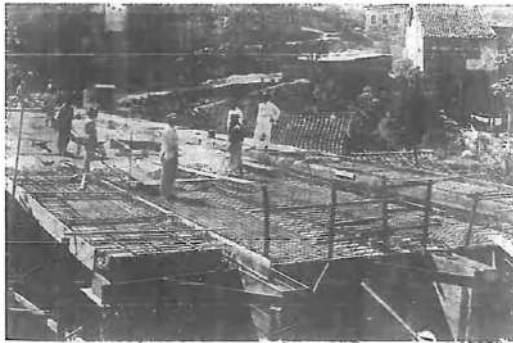
³ _____. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: EDUFES/ Secretaria Municipal de Cultura, 1999, p.23.



**Viaduto em construção — ligando a Avenida Pedro
Palmeiros à Praça do Quartel**

Figura 7 — Viaduto em construção.

Fonte – Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. (sic) Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, Ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, Contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924-1928.



Viaduto de São Francisco, em construção

Figura 8 – Viaduto em construção.

Fonte – Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. (sic) Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, Ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, Contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924-1928.



Aspecto do viaduto de São Francisco, em Vitória

Figura 9 — Aspecto do viaduto concluído.

Fonte – Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr (sic). Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, Ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, Contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924-1928.

Em que pese terem sido realizadas em momentos distintos, a urbanização da Rua Caramuru e a construção do viaduto homônimo faziam parte do plano de remodelação da capital idealizado no governo de Florentino Avidos.

Conforme Mensagem do Governo Aristeu Borges de Aguiar, do ano de 1929 (07/09/1929), desapropriações foram feitas inclusive na Rua Caramuru, para que prosperasse o “plano de remodelação e saneamento de Vitória”, como pode ser lido abaixo (Figura 10).

Desapropriações

Para levar avante o plano de remodelação e saneamento da Capital, o governo já adquiriu cerca de 80 casas que estão sendo demolidas, nas ruas Domingos Martins, Dois de Dezembro, José Marcellino e **Caramuru**. Damos adiante a discriminação dos prédios adquiridos, com os respectivos preços.

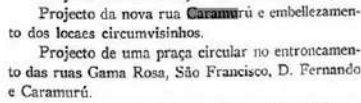
Trabalhos concluídos e em andamento:

Figura 10 – Trecho da mensagem do Governo Aristeu Borges de Aguiar, de 1929

Fonte – Site do Arquivo Público Estadual.

Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Na mesma mensagem, lê-se que a nova Rua Caramuru foi projetada, e seu entorno foi contemplado pelo dito “embelezamento” (Figura 11).



Projecto da nova rua Caramurú e embelezamento dos lotes circumvisinhos.
Projecto de uma praça circular no entroncamento das ruas Cama Rosa, São Francisco, D. Fernando e Caramurú.

Figura 11 – Trecho da mensagem do Governo Aristeu Borges de Aguiar, de 1929
Fonte – Site do Arquivo Público Estadual.

Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

No ano de 1929, ainda não tinham sido iniciadas as obras da Rua Caramuru. Nessa época, Alfredo M. de Siqueira Couto descreve o aspecto da antiga rua, em artigo publicado na *Revista Vida Capichaba*:

Constituída quase por casebres em ruínas. A sua rectificação, fazendo-se nova distribuição dos terrenos em lotes regulares e normaes ao alinhamento da rua, é indispensável. Do seu tope, na rua S. Francisco, se deverá fazer ligação com as ruas do bairro do Carmo.⁴

Em 1932, publicação acerca dos melhoramentos da capital menciona que “Consta ainda do programma deste anno o início da abertura da rua Caramurú, sob o viaducto, que aguarda apenas ultimação dos vários processos de desapropriações”⁵ [...] A referida publicação atesta que nesse ano, a remodelação da rua ainda não havia sido iniciada.

O desenho desta nova rua e o parcelamento das quadras resultantes da intervenção podem ser vistos a seguir (Figura 12), incluindo a indicação dos lotes vagos (os hachurados).

⁴ *Revista Vida Capichaba*, 1929. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&Pesq=caramuru&pagfis=5889>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

⁵ Os *Revista Vida Capichaba*, 1932. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=ano%20193&pesq=CARAMURU&pagfis=11350>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

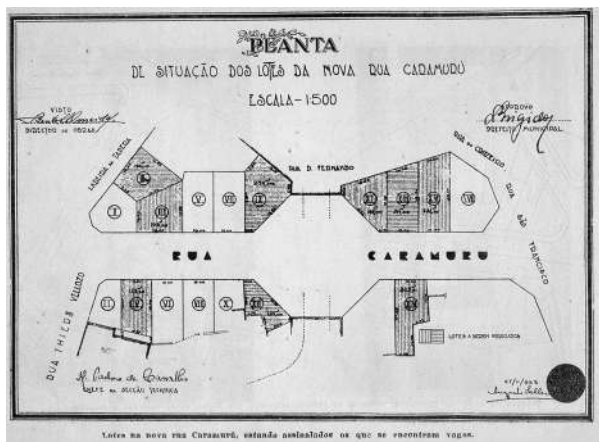


Figura 12 – Mapa datado de 27/11/1933, de Augusto Salles.
Fonte – Prefeitura Municipal de Vitória.

O traçado urbanístico e de retificação da Nova Rua Caramuru, com as respectivas desapropriações e demolições, estão definidos no mapa abaixo (Figura 13).

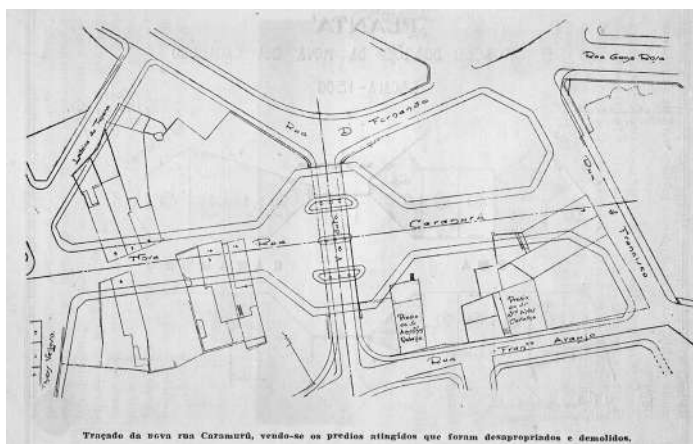


Figura 13 – Traçado da Nova Rua Caramuru e respectivas desapropriações e demolições.
Fonte – Prefeitura Municipal de Vitória.

As obras do viaduto ficaram a cargo do Governo do Estado, entretanto, as intervenções referentes à remodelação da rua, incluindo

as desapropriações para tal fim, ficaram sob a responsabilidade da administração municipal:

Consumadas as desapropriações da antiga rua Caramuru, que andam em 140:000\$000, aproximadamente, iniciou-se a demolição das antigas casas, ao mesmo tempo que se acerta o leito da rua para o revestimento a paralelepípedos, a ter começo o mais breve possível. Eis aí outra obra de vulto a cargo da Municipalidade, realçando sobretudo uma grande área no coração da cidade, a qual jazia até então em completo abandono.⁶

Acredita-se que a remodelação da rua foi concluída em meados da década de 1930, uma vez que periódico datado de 1935 ainda menciona a realização de obras no logradouro, sendo esta a última menção encontrada sobre o assunto.

Quanto ao uso inicial do viaduto, a Mensagem de 1927 do Governo de Florentino Avidos demonstra que havia uma intenção de que o elevado se prestasse à passagem do bonde. O documento lista

Via Permanente — (de bondes)

Construção das seguintes linhas
Primeira via da linha dupla de bondes entre o predio da Prophylaxia Rural e Villa Rubim.
De uma nova linha de bondes no eixo definitivo entre Caratoyra e Santo Antonio.
De parte da linha circular da Praça Costa Pereira.
Da Curva da Convertidora.
Do prolongamento da linha da Praça João Climaco.
Da linha sobre o Viaducto (que vae ter à ladeira S. Francisco).
Do prolongamento da linha da rua 7 de Setembro ao mar.
Da circular do fim da Avenida Capichaba e linha nova da rua Henrique de Novaes.
Da curva sobre o pontilhão de Jucutuquara.
De diversos desvios (recta do Romão, britador de Caratoyra, etc.).

Figura 14 – Trecho da Mensagem de Governo de Florentino Avidos, 1927
Fonte – Site do Arquivo Público Estadual. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁶ *Diário da Manhã*, 1933, Disponível em: [Phttp://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22rua%20CARAMURU%22&pagfis=38827](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22rua%20CARAMURU%22&pagfis=38827)). Acesso em: 3 fev. 2022.

as novas linhas abertas, inclusive a do viaduto, como se pode ler no excerto abaixo reproduzido (Figura 14).

Atualmente, o Viaduto Caramuru ainda apresenta os trilhos do bonde, em testemunho de outrora (Figura 15).



Figura 15 – pista do Viaduto Caramuru em restauro, mostrando os trilhos.

Fonte – SEDEC/GPU/CRU, ago. 2023.

A chamada Cidade Alta, núcleo fundacional de Vitória, ainda abrigava alguns dos principais edifícios e equipamentos locais, como as igrejas, o Arquivo Público e a própria sede do Governo Estadual. Assim, era necessário possibilitar a chegada à colina de uma maneira mais “acessível e moderna” (Figura 16). Ocorre que o sistema de bonde elétrico implementado por Jerônimo Monteiro em 1911 atendia somente à parte baixa da cidade, região mais nova e planejada desde o início do século XX como ampliação de Vitória. Unir as duas partes era então o desafio.

Apesar da intenção primeira, a historiografia local relata que no viaduto nunca passou o bonde, conforme afirma Neves.⁷

cos de unidade, segundo tabela organizada para as obras públicas do Estado.

Ao empregar no Capital do Estado tão avultadas quantias é preciso que se esclareça bem que quasi tudo estava por fazer nesta cidade.

Com as longas crises que seguiram á administração de 1908 a 1912 como acima foi explicado, a unica que, com inauditos esforços pôde fazer aqui alguns dos principaes serviços indispensaveis a uma Capital, digna desse nome e que deverá ser brevemente um grande emporio commercial, pouco mais foi feito, tendo ficado á margem mesmo a conservação dos grandes serviços de abastecimento d'agua, de egotos, de electricidade e de viação urbana.

Ruas apertadas, ladeadas de velhos predios ameaçando desabamento, calçadas em geral com alvenaria de pedras ricas, roliças, sem drenagem, com serviços de agua e esgoto viciados em alguns casos, interrompidos em outros, quasi todas precisando de completa reforma; não podiam continuar nessa situação. Salvo o bairro do Parque Moscoso que teve parte edificada na administração de 1908—1912, com algumas ruas calçadas a macadam no periodo de 1912—1916 e serviços de drenagem feitos no quadriennio de 1920—1924 nas ruas 23 de Maio e Henrique Coutinho e outros, em toda a cidade havia falta de calçamento e drenagem de aguas pluvias.

Ruas, como a Sete de Setembro, eram completamente alagadas com qualquer aguacento, pondo em sobrealto os moradores. Não havia calçamento de especie alguma para os bairros proximos e nem como se expandir a cidade.

O serviço de viação era embaraçado pela estreiteza das ruas principaes, que não permitindo linha dupla, obrigava os passageiros á penosa demora nos cruzamentos, mal que se achava em via de reparação, mas não ainda corrigido.

Serviço de zig-zag de bondes por falta de espaço para fazer curva, tudo se via e se vem observando e sentindo ha 12 annos. Era preciso que a nossa cidade se tornasse confortavel, que as fortunas aqui adquiridas fossem aqui desfructadas por seus possuidores, que tinham de buscar outras localidades por não poderem ter aqui o desejado conforto.

Pela falta de calçamento das ruas não havia aqui sinão 4 a 6 automoveis, quando hoje excede de 200 o numero desses vehiculos, tornando mais apraveis os passeios, mais facil a vida commercial e o transitio em geral e dando mais movimento á nossa urbs.

72

Figura 16 – Trecho da Mensagem de Governo de Florentino Avidos, 1927.

Fonte – Site do Arquivo Público Estadual.

Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

A obra de modernização/alargamento/retificação da Rua Caramuru foi a emblemática ligação entre a área do Parque Moscoso, região planejada e mais moderna de Vitória àquela época, e o núcleo fundacional, naquele momento, região necessitada de modernização. É o que evidencia o excerto acima reproduzido.

A construção do Viaduto Caramuru antecipa-se a essa melhoria. Era preciso melhorar, entre outras coisas, o sistema viário local, para possibilitar a ampliação dos serviços de bonde. A alteração vinha no bojo das ações consideradas indispensáveis para facilitar a

⁷ NEVES, Luiz Guilherme Santos. *Os bondes de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

vida do comércio, e o trânsito em geral, resultando em maior movimento à cidade, como afirma a Mensagem de Governo de Florentino Avidos de 1927. Tornar a cidade confortável era uma condição imprescindível para que Vitória, como capital, fosse considerada digna de ser um importante empório comercial.

A seguir, são ilustradas duas visões do Viaduto Caramuru de ângulos aproximados, em dois tempos diferentes, que, mesmo sem a informação de data, mostram que o antigo uso (Figura 17) predominante do entorno, mormente residencial, permanece na atualidade verticalizada (Figura 18).



Figura 17 – Visão antiga do Viaduto Caramuru e seu entorno residencial
Fonte – SEDEC/GPU/CRU, s/d.



Figura 18 – Viaduto Caramuru em restauração, e seu entorno residencial
Fonte – SEDEC/GPU/CRU, jun. 2023.

Vale ainda destacar que o entorno do Viaduto Caramuru é objeto de lendas, como a narrativa que dá conta da existência de uma galeria subterrânea, sob a Rua Caramuru, conforme pode ser lido na Figura 19.

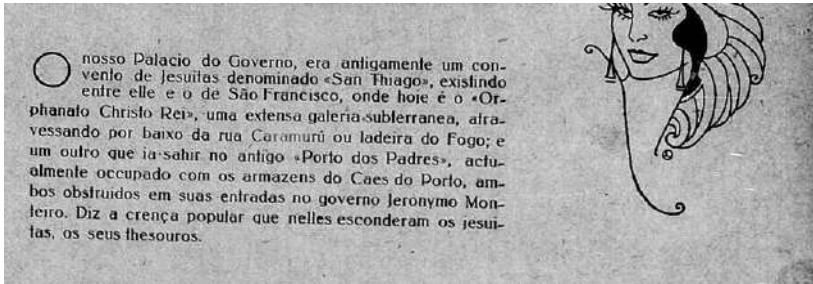


Figura 19 – Revista *Vida Capichaba*, p. 22, Ano 1933 – Edição 00352.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=a-no%20193&pesq=CARAMURU&pagfis=12373>. Acesso em: 3 fev. 2022.

2. O Viaduto Caramuru e seu restauro

Exemplar de passagem elevada, na malha urbana o Viaduto Caramuru caracteriza-se como um logradouro público, com caixa de rua com aproximadamente 5 metros de largura, e calçadas, em ambos os lados, com largura de 1, 40 metros, cada. O tabuleiro do viaduto totaliza uma largura média de 8,42 metros, comprimento de 40 metros, e desnível de aproximadamente 6 metros de altura, em relação à Rua Caramuru.

Como estrutura arquitetônica, é formado por quatro vãos, sustentados por uma longa viga apoiada em pares de três pilares, que as atravessam transversalmente (Figura 20) e unem-se a essa viga por meio de mísulas (Figura 21). Os pilares são finalizados por um capitel ornado por motivos florais, em argamassa branca (Figura 21). Sobre as vigas, corre horizontalmente o guarda-corpo, composto por pilaretes, entre os quais há uma vedação feita por uma série de placas de concreto, com recortes na forma do número 8.



Figura 20 – Viaduto Caramuru em restauro, visto da Rua Caramuru.
Fonte – SEDEC/GPU/CRU, ago. 2023.



Figura 21 – Detalhe dos capitéis decorados dos pilares e as mísulas que os unem à viga longitudinal.
Fonte – SEDEC/GPU/CRU, ago. 2023.

A última intervenção de maior porte recebida pelo viaduto data da década de 1990. Na época, sobre o tabuleiro original em concreto armado, foi executado novo contrapiso em concreto. A intervenção tinha como objetivo minimizar o desnível provocado pelo trilho metálico existente, originalmente instalado para possibilitar a passagem da linha de bonde. Tal intervenção foi responsável por elevar o nível do viaduto em aproximadamente 15 centímetros de altura, deixando o trilho semienterrado.

No mesmo período, o contrapiso recebeu camada asfáltica, e as calçadas foram pavimentadas por placas de ladrilho hidráulico 20 x 20 centímetros, sobre piso original. As placas foram assentadas sobre o antigo meio-fio de pedra bruta, atualmente oculto pela intervenção. Como acabamento, instalou-se um perfil metálico, encontrado parcialmente no local, antes do atual restauro.

Entre a década de 1990 e a atualidade, pequenas fissuras surgiram no contrapiso àquela época executado, levando à criação de “bolsões de água.” São bolsões responsáveis por oportunizar o acúmulo de efluentes pluviais, resultando em várias patologias encontradas no viaduto, todas vinculadas à presença de umidade. Manchas escuras, formação de bolor, presença de vegetação de pequeno porte, descolamento de camada pictórica e deslocamento de reboco, foram algumas das patologias identificadas e devidamente mapeadas pela SEDEC/GPU/CRU, no ano de 2021.

As calçadas encontravam-se muito danificadas, com trechos soltos e/ou faltantes, além de muitas trincas, prejudicando a segurança e o conforto dos pedestres. A iluminação do viaduto era insuficiente, contava apenas com postes metálicos de pequeno porte, sobre o tabuleiro. Sua quantidade estava reduzida, em função da retirada de alguns deles ao longo dos anos.

O processo de restauro do viaduto começou pela retirada do lastro de concreto datado da década de 1990, responsável por gran-

de parte das patologias observadas. Com a retirada, foram realizados serviços de impermeabilização do tabuleiro e das calçadas, evitando-se a percolação de águas pluviais futuras. Posteriormente, procedeu-se a execução de novo contrapiso, resguardando-se a visibilidade do antigo trilho, remanescente no local, que recebeu tratamento anticorrosivo.

As calçadas do viaduto foram pavimentadas com ladrilho hidráulico, seguindo remanescentes encontrados no local, cujo desenho original pôde ser confirmado em pesquisa iconográfica, realizada ao longo do processo. Igualmente, outros elementos constituintes do viaduto puderam ser recompostos, com base nos remanescentes, tais como: os postes metálicos faltantes, e o guarda-corpo (encontrado em acentuado processo de deterioração). Para o restauro do guarda-corpo, foram especialmente reproduzidas placas de elemento vazado idênticas às originais (Figura 22).



Figura 22 – Detalhe reprodução das peças do guarda-corpo do Viaduto Caramuru, Fonte – SEDEC/GPU/CRU, jun. 2020.

Serviços de limpeza e recuperação de adornos e de muros de arrimo também foram realizados. Com todas as intervenções acima descritas executadas, o Viaduto Caramuru pode reassumir suas funções urbanas no cotidiano dos cidadãos, em uma palavra: voltar a viver a sua urbanidade.

3. Considerações Finais

O restauro do viaduto realizou intervenções compatíveis com a natureza do bem, garantindo condições de segurança, estabilidade e estanqueidade à estrutura arquitetônica e ao logradouro. Ao garantir integridade e perenidade ao viaduto, o restauro possibilita o reconhecimento e usufruto do bem no cotidiano dos cidadãos. Conseqüentemente, são criadas as condições para a permanência do viaduto na memória coletiva, consagrando-o como bem do patrimônio histórico da capital.

Mirante, rua de pedestres, calçadão, local para feiras, apresentações culturais, em uma palavra: local de encontros públicos, são usos possíveis para o viaduto. A exemplo disso, pode-se lembrar a encenação de um Auto de Natal por uma companhia de teatro mambembe, que ali se apresentou em exitosa temporada nos anos 1990. Em síntese, quaisquer novas significações culturais citadas contribuem para o desfrute público do viaduto, pelos moradores e usuários do Centro de Vitória.

Atravessar, percorrer, cruzar um caminho, ganhar uma rua são verbos de travessia, mas também de conquistas, conquistas sobre o desafio do vão livre, conquistas que o Viaduto Caramuru veio a possibilitar e perpetuar.

BREVE CONVERSA SOBRE UM VIADUTO

*Bernadette Lyra**

De minha janela, vejo o Viaduto. É como um tabuleiro estendido sobre uma brecha rasgada na topografia da Ilha. Embaixo dele, passam carros que rolam as patas de borracha sobre memórias antigas de brejos, de mangues e de lamas, por onde navegavam canoas de indígenas e frades, rumo ao cais fincado à beira das águas das marés, encravadas entre dois paredões de rochas e pedras. Tudo isso hoje está encoberto pela inclemência do asfalto. Ficou perdido na poeira dos séculos.

Este Viaduto que vejo de minha janela tem nome histórico. Um nome com cheiro do passado, carregado de reminiscências: Caramuru. Era assim que se auto titulavam os membros da confraria de São Benedito, reunidos no velho Convento de São Francisco, prontos para a batalha sagrada contra os Peroás, advindos da ancestral igreja do Rosário, devotos do mesmo santo preto.

Mas, para muito além das rugas e desavenças que aprazem os humanos, os viadutos têm destino conciliador. Unem pontas. Amarram lugares. Permitem intercâmbios de ruas, trechos de estradas, partes urbanas diversas. Para isso o Caramuru foi feito. Para transpor a fenda no corpo geológico da Ilha, ligar logradouros e, assim, encurtar o trajeto a quem vinha dos lados do Parque Moscoso, dos bairros do sul, rumo aos arredores da Catedral, na Cidade Alta. Como marca dessa cordialidade, ainda resta o duplo trilho de ferro por onde um bonde ali iria transitar. E nunca transitou. Alguns dizem que um bonde não tinha a capacidade de fazer uma curva ascendente fechada; outros, que houve medo de estragos à

* Escritora de Ficção e Professora de Cinema.

estrutura do viaduto com o peso do bonde. Seja como for, o Caramuru resistiu à passagem dos tempos, apesar dos maus tratos e desgastes. Passou por bons e maus momentos. Teve usos indevidos ao ser reduzido a mero estacionamento; sofreu ataques de vândalos, com apedrejamento das lâmpadas, quebra de suas muretas e mais coisas estultas tais.

Agora, de minha janela, vejo o Viaduto. Depois dos longos meses acompanhando daqui sua restauração. Ele brilha, lindamente estendido ao sol e à chuva. Não tem mais cara de coisa sem importância, esquecida na terra. Ganhou cor, ganhou luz, ganhou estatuto de obra de arte especial, de herança capixaba, de acolhedor de gente. Gente que nele finalmente transita, corre, descansa, brinca, dança, canta, namora, tira fotografia, vai e vem. Dá gosto ver que o Caramuru cumpre seu papel na História de nossa cidade.

FANTASMAS SOBRE A RUA DO FOGO¹

Luiz Guilherme Santos Neves*

— Ô, meu digno! Venha cá...!

Pelo invocativo com que eu era chamado não podia ser outro senão *ele* a me laçar com sua voz tumular quando eu descia a ladeira Dom Fernando.

Volvi sobre os calcanhares e fui ao seu encontro, no alto do viaduto da Caramuru, pois até hoje não aprendi a me livrar das abordagens com que me castiga o fantasma do centro histórico de Vitória.

— Passando de fininho, hein? — atacou-me com o hálito nauseabundo.

— Juro que não o havia visto – disse eu, falando a verdade.

— Mas eu o divisei a tempo. E foi mesmo na hora porque preciso que você me ajude a explicar *aqui* para o meu bisavô o que é um bonde.

O seu pedido me causou tanta estranheza quanto a menção feita ao bisavô, que eu não conseguia ver ao seu lado.

— É natural que você não o enxergue, num primeiro relance — disse o fantasma. — Faz tempo que ele faleceu e seu espectro está meio diluído. Mas tente pelo menos ver o aventalzinho de maçom com que ele foi enterrado...

* Escritor e historiador. Lecionou História do Espírito Santo durante 26 anos na Universidade Federal do Espírito Santo, é presidente de honra do IHGES. Tem vários livros publicados, inclusive como coautor da coleção Nosso Município para alunos do Ensino Fundamental do Estado do Espírito Santo, da Editora Formar.

¹ Texto publicado no site Tertúlia Capixaba integrando a série sobre o fantasma do centro histórico de Vitória.

Fiz o esforço e com o esforço feito lobriguei um aventalzinho encardido balançando ao lado do fantasma, com o que deduzi tratar-se do seu ilustre bisavô. Com o que — repito —, me vi, numa tarde de sábado quieta e preguiçosa que caminhava para o ocaso, na companhia não de um, o que já era desagradável, mas de dois fantasmas no centro histórico de Vitória.

— Este aventalzinho é o que virou relíquia em sua família? — arrisquei a indagação lembrando-me do que o fantasma me dissera num encontro anterior.

— Não, meu ínclito. Aquele foi o primeiro. Este aí é o último, de grão-mestre, orgulho do fim de vida do meu bisavô.

Enquanto me desculpava pelo meu equívoco, o fantasma voltou-se para o aventalzinho e disse:

— Este aqui, meu querido bivô, é um amigo por quem nutro um apreço incomensurável. Ele caiu do céu por ser a pessoa certa para lhe explicar o que é um bonde. Basta dizer que meu amigo é autor de um livro sobre os bondes de Vitória no qual compôs uma magnífica endecha sobre os trilhos que estão aos nossos pés, aqui no viaduto.

— Foi apenas um texto saudosista... — adiantei-me para podar os exageros do fantasma.

— Para mim foi um poema lamartineano — rebateu o fantasma. — Eu o sei de cor.

Sem me dar a chance de um pedido de clemência, o fantasma se pôs a declamar, como era de seu mau hábito e mau hálito, numa entonação cantante:

Sobrevive em Vitória a memória férrea dos trilhos dos bondes. São duas pernas de trilho cravadas no viaduto da Caramuru. Nunca saíram de lá, desde que ali foram pregadas — paralelas que terminam em pontas abertas o que é uma forma simbólica de não terminar. Mudas e frias, elas prolongam para além de si mesmas, a memória

dos bondes. Curioso é que sobre esses trilhos jamais transitou bonde algum. Então, muito depois que os bondes se foram, percebe-se que a função desses trilhos jamais trilhados é a de testemunhar, como pega-da petrificada na folha do tempo, a existência de um grande animal barulhento que se ligou ao cotidiano da cidade, enquanto o grande animal existiu e a cidade o soube amar.

Concluído o festivo declamatório, uma aragem fria perpassou pelo meu rosto, provocada pelo tímido abanar do aventalzinho. O fantasma me explicou:

— É o efeito das palmas de bivô. Ele apreciou a sonoridade lírica do seu poema, muito embora não o tenha entendido direito porque continua sem saber o que é um bonde.

— Não é um poema... — protestei constrangido.

O fantasma ignorou minha insatisfação e disse:

— O bivô morou na rua que havia aí embaixo antes da construção do viaduto que ele está conhecendo agora. A construção foi no governo Florentino Avidos, quando o bivô já tinha virado fantasma. Ao ver os trilhos cravados no viaduto ele desejou saber para o que serviam. Eu disse que eram para o bonde e meu querido bivô ficou na mesma. Em matéria de progresso de transporte o máximo que ele pegou foram os trens introduzidos no Brasil pelo barão de Mauá.

Neste momento, elevou-se do aventalzinho uma agitação consonantal que o fantasma do centro histórico de Vitória traduziu para mim como a informação, dada pelo bisavô, de que ele fora amicíssimo do barão.

— O bivô tem agora certa dificuldade em pronunciar o nome Mauá, mas deu para decifrar o que ele disse — acrescentou o seu intérprete.

— Foi um ilustre brasileiro — retruquei para demonstrar minha gentil concordância com o empolgado amigo do barão.

— Eu falei muito para bivô sobre as mudanças sofridas por Vitória depois que ele morreu — continuou o fantasma. — Bivô reluta em aceitar a continuidade da história após a sua morte. No tempo dele, a ladeira Caramuru chamava-se rua do Fogo, que o povo, com o perdão da má palavra, denominava quebra-bunda.

Mais uma vibração se manifestou no aventalzinho, acompanhada de queixumes.

— O senhor seu bisavô está dizendo alguma coisa? — perguntei ao fantasma.

— Ele não gostou, por mera pudicícia, que eu mencionasse o cognome da rua. Quanto mais velho um fantasma, mais ermitão ele fica. É uma fatalidade da morte. Você vai descobrir um dia.

Sem dar importância ao seu vaticínio eu quis saber, por interesse pessoal de historiador:

— Seu bisavô testemunhou os combates contra os holandeses que deram nome à rua do Fogo em 1640?

— Não, meu digno! Quem teve este privilégio na minha família de longevos foi o meu tataravô. Eu creio até que ele disparou contra os invasores o seu arcabuz de boca de sino. Quanto ao meu bivô — prosseguiu o fantasma com suas reminiscências genealógicas —, ele nasceu em 1781 e seu passamento se deu em 1878. Foram longos 97 anos bem vividos, mas muito tempo depois da refrega com os holandeses que acometeram Vitória. O que não quer dizer que a rua do Fogo, em que ele morou, fosse muito diferente da que os flamengos tentaram galgar: uma ladeira escorregadia, máxime nos dias de chuva. Você sabe que ainda existe ali um resto de pedra daquela época? É um calombo indestrutível na calçada da Caramuru. Venha ver aqui de cima.

E o fantasma me acossou até a amurada do viaduto de onde me mostrou, espichando o dedo fantasmal, a elevação rochosa mal disfarçada em calçada.

— Aquela pedra mantém a tradição do quebra-bunda, se escorregarem nela... — disse o fantasma falando baixinho para que seu bisavô não ouvisse a expressão indecorosa. — Quem é que sabe que ali ainda tem uma lombada da rua do Fogo? Responda: Quem? Quem?

— Somente você... — disse eu para satisfazer a empáfia do perguntador. — E vejo que você mata a cobra e mostra a pedra...

O fantasma deu uma gargalhada assombrassônica, apreciando a minha piada, e confirmou:

— *Oui, mon ami. Seulement moi.*

Nesse momento, um novo estremecimento do avental ao nosso lado fez com que o fantasma do centro de Vitória lhe desse ouvido, se é que entendem o que quero dizer.

— O bivo está esperando que você explique o que é um bonde... — transmitiu-me o fantasma que captara o sentido do tremor irritado.

Acuado pelo pedido, dei a explicação ao meu alcance sem saber se estava sendo entendido pelo aventalzinho resmungão. A comparação que fiz foi entre um bonde e um vagão ferroviário, com as adaptações cabíveis. Difícil, porém, foi explicar o que era a eletricidade que movia o bonde. Ao fim e ao cabo parece que obtive êxito a julgar pelos agradecimentos que me transmitiu o fantasma, interpretando os roufenhos sonidos partidos do bisavô.

— Bem, meu digno — disse ele —, o bivo está ansioso para visitar a Santa Casa de Misericórdia, não só porque foi lá que ele morreu quando era provedor, o que de certo modo é um retorno nostálgico ao lugar do seu último suspiro, mas também por considerar a Santa Casa uma das maiores realizações do governador Francisco Alberto Rubim, de quem era admirador declarado.

— Seu bisavô foi sepultado no cemitério da Santa Casa? — fiz a pergunta esquecendo-me de que, ao fazê-la, retardava a nossa despedida.

— Absolutamente! — silabou o fantasma. — Por desejo lavado em declaração do próprio punho ele foi enterrado no cemitério do São Francisco. Ao contrário de mim, peroá de corpo e alma da irmandade do Rosário (hoje sou apenas de alma), o bivô foi um caramuru fanático. Quando outro dia eu lhe informei que não mais existe a antiga e tradicional rivalidade entre os dois grupos, ele desabafou na hora: — Então Vitória acabou! — E, desconsolado, encharcou de lágrimas o aventalzinho de grão-mestre.

Foi o fantasma falar no avental e dele nos veio outro fremir excitado anunciando que a paciência do vetusto bisavô havia se esgotado.

— Está vendo, meu ínclito? Bivô está vibrando para partir — disse o fantasma. — Você quer nos dar a honra da sua companhia?

Dispensei-me do convite alegando compromissos urgentíssimos na tarde que se esgarçava para o fim. O fantasma lamentou minha evasiva e se fez ao espaço junto do aventalzinho que materializava aos meus olhos o seu querido bisavô, naquele bizarro encontro que tivemos sobre a ex-Rua do Fogo.



Pedra remanescente da antiga Rua do Fogo, na calçada da Caramuru.

PESSANHA PÓVOA, DU GUAY-TRUAIN E O FORTE DE PIRATINIGA¹

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Sem o devido cuidado, estudos para escrita de material acadêmico podem resvalar para qualquer lado. Aliás, pelo senso comum, quanto mais amplo o tema, pior para estudar e escrever. Mas com método e um pouco de sorte a necessidade de pesquisar largos períodos temporais revela “achados” inusitados. Pesquisando a estrutura de defesa militar do século XVIII (uma rede formada da conjugação de esforços locais das capitânias para fazer frente a ameaças de saques e invasões estrangeiras) deparei-me no jornal *A Província do Espírito Santo*, edição de 16 de setembro de 1885, com uma informação surpreendente. Vamos dar a palavra ao noticiante, o jornalista e professor José Joaquim Pessanha Póvoa, hoje conhecido (ou se o deveria conhecer) pela autoria da letra do hino do Estado do Espírito Santo. No artigo falava nosso letrista sobre D. Pedro II de Portugal, cognominado “O Pacífico”:

Ligou-se ao archi-duque Carlos d’Áustria contra a França, a qual (sempre esperta!) a pretexto de vingar a morte de Duclerc, mandou uma esquadra contra o Rio de Janeiro, e foi essa que entrou aqui em 1711 e bombardeou o Fortim de São Francisco Xavier (Piratininga) e o de S. João, para tomar uma vindicta, como o fez - arrazando o que encontrou no dia 12 de setembro de 1711.

* Magistrado e escritor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

¹ Texto publicado no site Tertúlia Capixaba, na seção “Fatos e coisas do Espírito Santo”.

Ora, pensei eu, que informação é essa de que nunca tomei conhecimento? A esquadra do famoso Du Guay-Trouain, corsário do rei de França e saqueador do Rio de Janeiro, adentrou a baía de Vitória e bombardeou nossas fortalezas, “de passagem” para aquela aventura funesta?

Comentei na reunião seguinte do Instituto Histórico e Geográfico e não se sabia a respeito. Fiz então o que se faz nessas ocasiões: puxei da estante o meu Basílio Daemon e o meu José Teixeira de Oliveira (ambos, referências seguras para os fatos históricos do Espírito Santo, podem ser acessados no site do Arquivo Público Estadual) e nada. Ora, de fato parece não ter ficado registro local da alegada incursão. Bom, procure-se então a versão do autor do presumível feito, o corsário René Du Guay-Trouain, deixando que se explique e se justifique sobre o ato de explícita hostilidade contra esta terra. E nada também: nos seus escritos não há menção ao Espírito Santo naquela quadra.

Neste ponto é melhor esclarecermos de que se trata. Corsários eram marinheiros profissionais que recebiam dos governos licença para agir em seu nome. Atacavam navios de nações inimigas, enfraquecendo-lhes o comércio e as forças navais. Se aprisionados, a carta de corso, instrumento legal de sua “contratação”, possibilitava-lhes tratamento diverso do dispensado aos piratas, que agiam ilegalmente e por conta própria e cujo fim nesse caso era geralmente a força.

Em 1710 Jean-François Duclerc, corsário francês, armou na França uma esquadra de cinco navios de guerra e veio atacar o Rio de Janeiro, porto por onde escoava o ouro das Minas Gerais. À frente de um contingente de aproximadamente 1200 homens, tentou a invasão e acabou rechaçado pelas forças cariocas, sendo feito prisioneiro com inúmeros de seus homens (FRAGOSO, p. 91, 97). O problema é que Duclerc foi assassinado por mascarados na noite de 11 (ou 18) de março de 1711, em circunstâncias até hoje não escl-

recidas. Ora, sendo ele um “funcionário” francês, o crime fatalmente atrairia atenção, o que de fato aconteceu: René Du Guay-Trouain, comandante experimentado, com livre acesso ao rei, armou poderosa expedição, que a 12 de setembro do mesmo ano forçava a entrada na baía de Guanabara. O desenlace é bem conhecido: a expedição francesa tomou a cidade, de onde só se retirou mediante polpudo resgate, dias antes da chegada do numeroso e bem armado exército que por terra viera acudi-la (COSTA, p. 257-260).

Em 1740, já com problemas de saúde, Du Guay-Trouain dedicou-se a escrever suas memórias. Nas referências ao ano de 1711 narra como teve a ideia de atacar o Rio de Janeiro, que providências tomou para armar a expedição e os acontecidos durante a viagem. No dia 27 de agosto, na altura da Baía de Todos os Santos, diz ele terem se reunido em conselho os comandantes de todos os navios da esquadra, propondo-se o combate e a queima de quantas embarcações inimigas encontrassem pelo caminho. Mas dispondo de pouca água a bordo, decidiram, afinal, seguir direto ao destino (DU GUAY-TROUAIN, p. 139). Ou seja, não consta do relato ter a expedição adentrado a baía de Vitória nem terem dado combate a navio ou fortaleza durante a rota. O que, sendo relevante em termos de proeza, por certo teria sido relatado pelo comandante.

O que se pode presumir então do artigo de Pessanha Póvoa? Naqueles anos de agitação na Europa os apuros locais, como de resto em toda a costa brasileira, eram muitos. A leitura de Basílio Daemon, que teve acesso a documentação coeva da Câmara de Vitória, adverte para o fato de que em 1710 as incursões estrangeiras determinaram providências por parte dos governadores. Entre estas, manter-se a população do Espírito Santo bem apetrechada de armas e meios outros de resistir a hostilidades; por exemplo, auxiliar na manutenção de trincheiras e estacadas. A ameaça era real, via-se da aventura de Duclerc, e foi, por isso mesmo, um ano de muitos

trabalhos por aqui. Para pôr mais lenha na fogueira, a invasão de Du Guay-Trouain em 1711 demandaria providências a nível governamental, trazendo ao Espírito Santo um alto comandante militar para organizar a defesa e assim participar de operações para a reconquista do Rio de Janeiro. Com esse propósito foram despachados de Salvador para cá equipagem e farta munição (DH, vol. LXX, p. 108-114). No final, e ante o desfecho da expedição de Du Guay-Trouain, a operação militar de reconquista acabou não se fazendo necessária. No entanto o estado de alerta geral persistia, e ainda em maio de 1712 o capitão-mor do Espírito Santo prevenia o povo e o mandava aprestar-se contra os franceses, que “andavam correndo a costa desta capitania, praticando roubos e fazendo insultos”, inclusive estacionados por algum tempo na Ilha dos Franceses, entre Itapemirim e Piúma (DAEMON, p. 203-204).

Foi aquele início do século XVIII um tempo de cuidados constantes para os capixabas. Assolados desde ao menos 1704 pela escassez de mantimentos, resultado do movimento migratório em direção às minas recém-descobertas, ficava proibido exportar para fora da capitania qualquer gênero alimentício (DAEMON, p. 192); ainda em 1707 obrigavam-se os lavradores a abastecer a vila de farinha de mandioca (DAEMON, p. 196). Em 1710 um bando (aviso) do capitão-mor coibia a traficância de mantimentos pelos lados de Jacaraípe (DAEMON, p. 198). Ou seja, o flagelo da população naqueles anos era considerável, e grandemente incrementado pelas ameaças de corsários e piratas. A notícia das duas invasões do Rio de Janeiro deve ter calado fundo nos ânimos.

Foi em meio a esse estado de coisas que o forte de São Francisco Xavier da Barra de Piratininga (mandado reerguer em 1702 pelo governador e capitão-general do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa, e cujas obras se arrastaram alguns anos) foi atacado em 1705 por piratas de uma nau inglesa cujo nome não se guardou. Socor-

reu-o o capitão do forte de São João, Manoel Correia Lemos, que resistiu ao ataque e mandou consertar a fortificação de Piratininga a expensas próprias, sendo por esse feito nomeado capitão-mor do Espírito Santo (DAEMON, p. 201). Reinava então em Portugal, até 1706, D. Pedro II, a quem, aliás, Pessanha Póvoa se referia no artigo.

Imagino eu que, naquela conjuntura adversa, as dificuldades devem ter impressionado vivamente os moradores a ponto de vi-rem tradição oral sobrevivida quase duzentos anos na boca do povo. E que, como não é raro acontecer, os fatos acabaram se confundindo, e assim confusos chegaram ao conhecimento de Pessanha Póvoa. Aparentemente tal tradição fazia parte do rol de “fábulas, contradições e absurdos” a que se referiu Brás da Costa Rubim nas suas memórias “históricas e documentadas” sobre a Província do Espírito Santo (RUBIM, p.171), em que procurava expurgar nossa história de imprecisões recorrendo a fontes documentais.

Em suma, e seja como for, que naqueles anos houve ao menos um ataque pirata ao forte de Piratininga parece fora de dúvida. Ataque este a que parece ter-se referido Pessanha Póvoa no artigo da *Província do Espírito Santo* como polemista, não como historiador. Mesmo que se tenha tratado aí de um engano do articulista, é bom que se esclareçam devidamente os fatos.

Referências

BRASIL. Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*, vol. LXX. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1945.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. *Cinco séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação*. Rio de Janeiro: Wallprint, 2021.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2.^a ed. Vitória: Secult, APEES, 2010.

DUGUAY-TROUAIN, René. *O Corsário: Uma invasão francesa ao Rio de Janeiro: diário de bordo*. Trad. Carlos André Nougé. Rio de Janeiro: Bomtempo, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

PÓVOA, José Joaquim Pessanha. Cartas a Eduardo Coelho, IV. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 16 set. 1885, p. 3-4.

RUBIM, Brás da Costa. Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIV, p. 171-351, primeiro trimestre, 1861.

HOMENAGENS

O POPULAR CABOCLO BASTIÃO DA ÉPOCA ÁUREA DO RÁDIO

*Aldo José Barroca**

É preciso preservar a memória dos que nos alegraram no passado, como o senhor Sebastião da Silva Rabello, conhecido como o Caboclo Bastião das manhãs do rádio e dos palcos.

Realmente, é lamentável ser o nosso Estado sem memória, sem homenagens às personalidades marcantes do passado.

Chega ao ponto de demolir obras históricas, como a sede do (extinto) Santo Antônio Futebol Clube, o Colégio Americano, nas proximidades do Parque Moscoso, o quartel da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), próximo ao Parque Moscoso, Cine Trianon em Jucutuquara, deixar por muitos anos abandonado o Mercado da Capixaba (finamente a Prefeitura resolveu restaurar, destinando a variadas atividades), deixar esquecido o Saldanha da Gama, também agora a Prefeitura decidiu restaurar, para diversas atividades, deixar por muito tempo abandonado o histórico Cais do hidroavião, conhecido como Cais do Avião, em Santo Antônio. (Os aviões amerissavam, não aterrissavam, ou seja, desciam no mar e não em terra).

Feito o nosso lamento, vamos ao motivo desse artigo:

Produtor e apresentador de programa sertanejo, Bastião tinha programa sertanejo na rádio Espírito Santo, intitulado “Manhã na Roça”. Foi radialista, poeta, músico, apresentador de programa de auditório na Rádio, desde agosto de 1953.

Comandava o programa “Nossa Terra, Meu Sertão”. Exercendo também a função de Poeta Sertanejo. “Nossa Terra, Meu Sertão” foi um dos maiores sucessos dos anos dourados do Rádio.

* Escritor e jornalista articulista, membro do IHGES, da AEI e da Academia de poetas trovadores da Serra.

Registro de Bastião Rabello na Rádio Espírito Santo em três de agosto de 1953: seu endereço em Santo Antônio, registro de esposa e filhos, salário de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) - a moeda era o cruzeiro -, natureza do cargo: Declamador Sertanejo.

(Católico, fez um poema em homenagem a Nossa Senhora da Penha).

No ano de 1981, um dos (excelentes) programas “Som Brasil”, apresentado pelo competente Rolando Boldrin, foi totalmente dedicado a ele. Emocionados, assistimos o Boldrin declamando um poema do Bastião, e ao final escrito que o programa foi dedicado a ele, que tanto fez pela música sertaneja raiz, caipira mesmo, das modas de viola.

Uma de suas inúmeras anedotas:

Foi fazer uma visita. “Olá, compadre!”. “Olá! Até que enfim você deu o ar da graça”. “É, mesmo, compadre. Vim ver como vão as suas forças”. O tempo passando e nada de comer foi oferecido ao visitante. De noite, a mulher arrumou o quarto de hóspedes, bem arrumadinho, para o compadre: “Você vai dormir aqui, mas, antes, pode tomar banho”. Bastião falou: “Comadre, será que não faz mal tomar banho em jejum?”.

Ao voltarem de vitoriosa excursão pelo Brasil, morando perto da residência de minha família nós, crianças, fomos recebidos em sua casa. Na época, formava o trio “Bastião, Bico e Biquinho”. Fizeram uma apresentação. Perto do final, ele disse que sua esposa e os filhos o receberam com festa e muitas saudades. Bico garantiu que sua família, saudosa, também o recebeu com muita alegria. Biquinho falou que sua esposa apenas perguntou: “Já sabe quando voltarão a viajar?”. (Claro, era uma brincadeira combinada).

Eu e meus irmãos somos amigos de seus filhos até hoje, principalmente Sebastião Henrique, conhecido como Zique, e Francisco de Assis, o popular Kikito. Nós jogávamos “pelada” (futebol com

regras próprias) nos campos em frente à (então) construção do Santuário de Santo Antônio (atual Basílica). Pelada por ser jogado descalço. Morávamos no Morro próximo.

Íamos à Missa no domingo pela manhã e à ladainha (hoje, não há mais ladainha, e sim celebração), todas as noites, e depois passeio pela avenida, até mais ou menos vinte e duas horas.

Jamais esqueci, principalmente, três fatos:

1956: Eu e Zique estudávamos no Colégio Salesiano (só existia o do Forte São João). Um dia, saímos mais cedo e passamos no Centro, na casa do colega, Wilton para jogar uma partida de jogo de botão (futebol de mesa). Meninas vizinhas amigas dele, foram nos conhecer e ele nos apresentou: “Esse é Aldo, filho do capitão Barroca, e esse é Sebastiao, filho de Bastião, Bico e Biquinho. Sebastião corrigiu: “Sou filho só do Caboclo Bastião. Todos rimos. O equívoco aconteceu devido à fama de Bastião, Bico e Biquinho,

1960: Eu estava internado na Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (fui operado de apêndice) e um amigo de Sebastiao Rabello na mesma enfermaria. Ele foi nos visitar e falou: “Muitos anos sem fazer a avaliação médica de rotina e os exames laboratoriais necessários, após muita insistência de minha esposa, resolvi fazer. Após todos os exames clínicos e de laboratório, o médico deu o diagnóstico ‘Você tem uma saúde excelente. Deve se cuidar bem’”. Respondi que me cuido muito bem: tomo minhas cachacinhas diárias e diariamente fumo dois maços de cigarro Liberti Oval (o mais forte da época)”. Nós rimos. Até em conversas particulares ele contava suas piadas.

Ainda em 1960: Bastião ia para o Rádio, trabalhar, sua esposa D^a Maria do Carmo Varejão Rabello, olhando até ele descer o morro. Ao começar a descer, virou-se e acenou, D^a Maria do Carmo também acenou. Eu ia passando, olhei admirado. Ela explicou: “Aldo, pedi a Santo Antônio, nosso Santo Casamenteiro”, fui atendida casamos e somos muito felizes”.

O Caboclo Bastião nasceu em 26 de novembro de 1914 e faleceu em 9 de junho de 1982.

CACO APPEL: BREVE MEMORIAL

Pedro J. Nunes*

O editor Caco Appel, invulgarmente conhecido como Luís Carlos Seara Appel, já conhecia o Espírito Santo quando, no finalzinho de 2007, mudou-se para Vitória. Muito antes que viesse a conhecer a capital do Espírito Santo, aliás, três anos antes de seu nascimento (ele nasceu em Criciúma, SC, em 4 de novembro de 1953), seu pai, o engenheiro Luiz Edmundo Appel, esteve em Vitória, em 1950, quando passou aqui alguns dias a trabalho. Os detalhes dessa visita foram anotados em uma caderneta que o filho trouxe para Vitória, transformando essas notas de viajante em um livro revelador sobre aspectos da vida na cidade naquela época. Aparentemente seu pai gostou dos ares do lugar, pois no início da década de 1970 aqui retornou, desta feita trazendo a família para uma breve visita de veraneio. Caco era então um adolescente.

Caco Appel tinha um apegado amor pelos livros, tornando-se, entre os capixabas, um editor de referência. Mas não só de *fazer* livros vivia ele, pois revelou-se, desde cedo e até o fim de sua vida, um dedicado leitor. Lola Appel, sua filha mais velha, revela que ele herdou isso de seus pais, cultivadores do hábito de ler diariamente a Bíblia e outros livros. Ela acredita que, devido a um período de extrema solidão em São Paulo ainda na infância, o hábito de leitura se firmou em Caco. O menino acompanhava a mãe, que teve de passar uma temporada na cidade para fazer um curso, e muitas vezes era obrigado a passar longos períodos sozinho. Lola tem lembranças de que já em Niterói, onde a família se estabeleceu por

* Escritor-residente na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo e organizador do site Tertúlia Capixaba. Autor de *Aninhanha*, *Menino*, *A tarde dos porcos* e *A última noite*, entre outros. É membro do IHGES.

causa do emprego de seu avô no Rio de Janeiro, era hábito a leitura do jornal no café da manhã. Antes que terminasse esse convívio, ainda entre as xícaras de café todos comentavam sobre os livros que estavam lendo. “Isso acontecia de forma muito natural”, lembra ela. O primo Marcelo Appel também faz revelações sobre o hábito de leitura de Caco, que por volta de seus dez ou doze anos morava com a família em Porto Alegre. Caco e uma irmã estudavam no Colégio Cristo Rei, que ficava muito perto da casa de Marcelo, e iam para lá esperar que a mãe os viesse pegar. Como havia lá uma biblioteca, não era incomum que Caco se atrasasse para o almoço por causa de suas leituras, muitas vezes motivadas por uma enorme curiosidade e grande desejo de obter conhecimentos os mais diversos.

Lola revela dois aspectos curiosos do pai leitor, em cuja cabeceira, quando o ia visitar, encontrava uma enorme quantidade de livros que ele lia avidamente. O primeiro revela uma pessoa que pelo *objeto livro* tinha enorme consideração. Para Caco, segundo a filha, era primordial que o leitor tivesse respeito pelo que lia, inclusive no que diz respeito à postura. Seu rito incluía a proibição de mexer com a boca para articular o menor sussurro quando lesse. Fazer dobras na página do livro, jamais. Anotar neles, uma indignidade. Maltratar as orelhas marcando com elas as páginas lidas, nem pensar. E era absolutamente inaceitável que se dobrasse o livro para trás, destruindo ou deformando a lombada. Todo respeito pelo livro era pouco, tanto que, revela ela, uma vez iniciada a leitura, por pior que fosse o livro, era uma infâmia não lê-lo até o fim. O segundo aspecto se refere ao conteúdo dos livros. Para ele, não havia, nesse sentido, livro que o assombrasse. Caco os devorava a todos. Lola acredita que esse hábito o levou a ter em alta conta o livro que fosse, não importasse o conteúdo. “Meu pai era um leitor promíscuo, capaz de ler, com o mesmo respeito, livro de autor mais renomado ao *best-seller* menos recomendado”, frisa ela.

Para nós, os amigos que o conhecemos, ficou a imagem desse dedicado leitor. Tanto que, no Espírito Santo, ele publicou *Leituras*, com suas impressões sobre obras diversas. Assinando coluna homônima no site Tertúlia, publicou escritos sobre livros capixabas. Caco gostava de revelar que, à noite, em vez de assistir à televisão, ele lia em voz alta com sua companheira, a escritora Elizabeth Martins.

A certa altura da vida, contrariando a lei da gravidade, Caco Appel, morador da região sul do país, se muda para o Rio de Janeiro. A Lei de Newton sofria uma forte antinomia: a paixão pela namorada que se mudou para a cidade. Se a paixão não redundou em nada mais sério, segundo revelações de Lola, teria aproximado de seu pai o amigo de nome (José?) Monserrat, um jornalista que teria exercido grande influência na vida do Caco Appel *designer gráfico*. Monserrat era primo dessa moça. Lola acredita que a gênese do editor se deu devido a essa aproximação. Ela ressalta, no entanto, que o grande salto nesse sentido Caco deu por influência de seu concunhado Domingos Demasi Filho, com quem produziu uma revista em quadrinhos com tirinhas da depressiva e azarada personagem Seixo Rolado. Segundo Sônia Hirsch *Seixo Rolado* surgiu “Pra incomodar mesmo. Botando um espelho na frente e obrigando a gente a se olhar.” (Tenho diante de mim, emocionado, um exemplar dessa revista em quadrinhos que Caco Appel me ofereceu poucas semanas antes de morrer.) De qualquer forma, o fundamental mesmo é que Caco se firmou no Rio de Janeiro como diagramador, e diagramador de tesoura e meleca, que é, revela Lola, a forma como ela se referia à cola que prendia as tirinhas com que ia montando as páginas.

Já experiente nas artes gráficas, Caco Appel se mudou para Manaus, onde fundou com o sogro e o concunhado Marcílio Junqueira a Gráfico, gráfica industrial que produzia os manuais de equipamentos fabricados pela CCE, entre outros impressos gráficos de toda ordem. Desfeita a sociedade algum tempo depois, Caco retornou

para o Rio de Janeiro, onde intensificou suas atividades de diagramador de jornais e revistas, chegando a trabalhar nas oficinas do jornal *O Globo*, e editando várias publicações periódicas, entre elas o *Anuário Bombeiros e Aeronáutica* e as revistas *Brasil Expor*, *Banco Nacional*, *Banco Boa Vista* e *Atlantic*. Ele trouxe para Vitória, onde morou até sua morte, a edição de algumas dessas revistas, entre outros trabalhos gráficos feitos remotamente.

Caco Appel foi casado com a escritora Elizabeth Martins durante dezessete anos. Era natural que se aproximasse do pessoal da literatura do Espírito Santo, e isso aconteceu muito naturalmente. A partir daí o trabalho de Caco se tornou conhecido e admirado, passando ele a ser um editor sempre requisitado. Entre seus trabalhos figuram obras de Getúlio Neves, Matusalém Dias de Moura, Oscar Rezende, Luiz Carlos Vieira de Souza, Carlos José Vieira, Ivan Borgo, Luiz Guilherme Santos Neves, Reinaldo Santos Neves, Clube do Livro de Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, entre outros. Caco atuou em todos os meus últimos livros. Em 2013, ele e eu produzimos o livro *Na livraria: diversa caligrafia*, um trabalho que marcou a triste despedida da Livraria Logos na Av. Leitão da Silva, onde, durante mais de duas décadas, nas manhãs de sábado, reuniam-se em torno dos livros vários amigos. Caco, autor do *design* da obra, era um deles.

Em agosto de 2018 Caco Appel, atuando como *designer* gráfico especialista em publicações, filiou-se ao BNI – Business Network International, uma rede global de *networking* profissional. Segundo o diretor executivo Rodrigo Di Bernardi, Caco era muito reconhecido entre os diretores do Brasil por seu engajamento e apoio nos treinamentos, chegando a tornar-se diretor consultor, posto que lhe deu condições de ajudar a muitos membros. Além de fazer os anuários da rede, Caco Appel teve também vários filiados do BNI entre seus clientes de trabalhos gráficos.

Na tarde de 13 de junho de 2023 cumprimos nossa dolorosa despedida de Luiz Carlos Seara Appel, que viveu e morreu entre nós. Ele faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Vitória na madrugada do dia 13, assistido por sua filha Lola Appel e seus familiares. Para nós, seus amigos, ele será sempre o Caco Appel que, além do profissional dedicado e competente, tinha orgulho em dizer que sua maior especialidade na vida era fazer amizades.

DOCUMENTOS

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI EM 1881¹

Câmara Municipal de Guarapari

Trata-se o documento que reproduzimos a seguir de uma descrição do Município de Guarapari datada do ano de 1881. Através dele a Câmara Municipal, que o subscreve, atendia a requisição do ilustre bibliotecário-chefe da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, futuro Barão de Ramiz (que, aliás, consta da lista de sócios honorários do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo).

Do intróito do documento vê-se que, por meio de carta circular, Ramiz Galvão solicitara a municípios brasileiros informações na forma de dados sistematizáveis, para tanto anexando à missiva que enviava às câmaras um questionário a ser por elas respondido. Alguns meses depois da requisição a Câmara Municipal de Guarapari apressava-se prestar as informações solicitadas, de cunho histórico, geográfico e econômico, pelo que fica evidente a sua utilidade para pesquisadores e curiosos.

Dispensou-se a transcrição porque a grafia, pouco rebuscada, mostra-se de fácil entendimento.

Ainda que modernamente a documentos históricos cada vez mais se dê acesso por meio da internet, o interesse suscitado pelo presente recomenda sua agregação ao significativo acervo que vem sendo registrado nas páginas da *Revista*.

¹ Apresentação do documento feita por Getúlio Marcos Pereira Neves.

Guarapari
Esp. Saub.

39 14, 76

Acto da Câmara Municipal de
Guarapari, de 14 de Abril de 1881



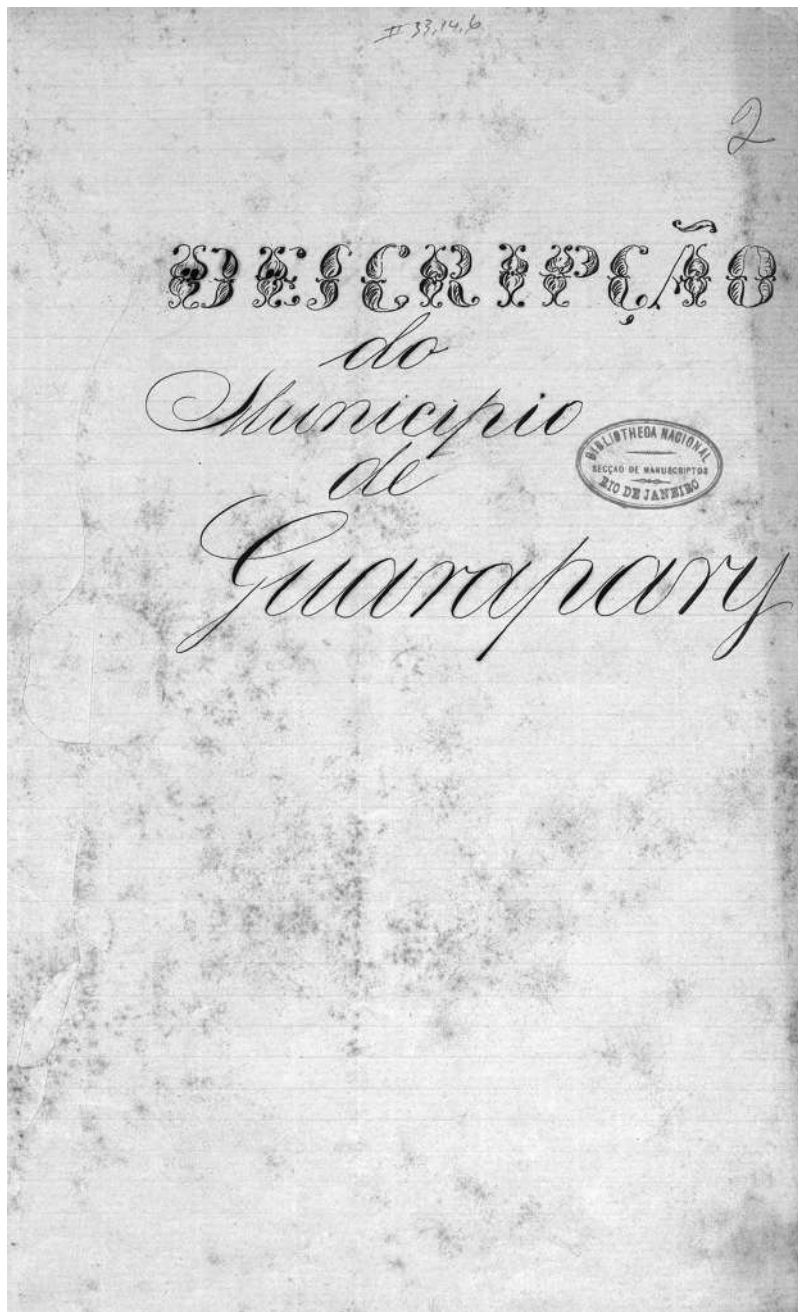
M. S.

A Câmara Municipal de Guarapari
não se pôde por que teve ardente desejo de
bem servir ao pedido feito por V. S.
em sua circular de 2 de Janeiro d'este
anno, a saber: meuz para bem cumprir
o dever que seus municipes, confieram
aos representantes d'esta Câmara,
tem ella a honra de passar as mãos
de V. S. a disposição do seu municipio,
responsivo de conformidade com
o questionario e modelo que a com-
panham a mesma circular.

A Câmara Municipal julga ter cum-
prido assim os desejos de V. S. e a pu-
blita a occasião para também apre-
sentar a V. S. os protestos de estimada
consideração, e sempre disposta em
sua obediencia encontrará V. S.
em tudo que for conveniente ao serviço
de Serviço publico.

Diz a Comissão a V. S.
M. S. Domingos Francisco Barros Galvão
O. Bibliothecario da Bibliotheca N. de R. de Janeiro

Pedro José Simões
Silveira Joaquim de Sá
Francisco José de Sá
José Luiz de Sá
Guilherme José de Sá



Província do Espírito Santo.
Comarca de Ireritiba,
Município de Guarapari.

Aspecto geral.



Pelo lado do Norte da Villa na distancia de duas leguas para o Oeste na de quatro, é o município montanhoso, os quaes offerece pontos de vista encantadores, pela posição em que se achão. Pelo lado do Sul se achua a praça "Graçahy", que vai por a Paroquia de Macipipi, existindo nella o pequeno morro intitulado "Barreirinha", lugar da deriva dos terrenos, que foi dada como patrimonio a Camara Municipal, e logo a tem está a lagoa Graçahy. Pelo lado de Leste existe dois morros um intitulado "Morro do Alalua", e outro da Igreja, os quaes ampara a Villa dos ventos de Nordeste até Sueste.

Mar e portos.

Pelo lado de Leste é o município banhado pelo mar, a presentando pelo lado do Norte do morro Alalua, um porto que é o de Guarapari, e a sua entrada está de Sueste a Noroeste sendo sua barra formada por um braço de mar, sem pedras, que impedem a sua entrada, permitindo a facil e pronta navegação ate uma legua, sendo sua profundidade enfrente a Villa 50 a 53 palmos, na entrada da barra 28, e 5 a 10 braças na sua grande enxada de ~~1/2~~ 1/2 legua de largura, fôrma e despiada de perigos, e defendida dos fortes ventos do Norte, pelo morro Picarria e Ilha Raposa.

Ilhas.

Interna a esta Villa as seguintes Ilhas:

1. Galinha, está dentro do porto a cima da Villa.
2. Três Ilhas, acham-se a mais de tres milhas a Noroeste da Villa.
3. Raposa, acham-se a uma milha a Leste junto ao morro Pescaria, existindo entre um e outro, um pequeno canal de pouca profundidade.
4. Passa, acham-se a tres milhas a Leste.
5. Escalvadas, acham-se a tres milhas a Sudoeste.

Serras.

As serras que fazem a parte montanhosa do municipio, fazem parte da Cordilheira de Symões, e se estende de um e outro lado pelos municipios vizinhos: Capital da Parahyba e municipio de Buzente.

Rios e Lagoas.

Os Rios e Lagoas existentes neste municipio são os seguintes:

Rio Guarapari, que é o porto do mesmo nome.

Rio Jabuti, é um pequeno rio que desagua no Rio Guarapari.

Rio da Fazenda, pequeno rio que desagua no Rio Jabuti perto do lugar Maxinda.

Rio Rocão, na Ponta da de mesmo nome uma legoa ao Norte da Villa, tem bastante profundidade, desagua no mar, mas sua barra é perigosa por causa de pedras que tem sobre esse Rio acham-se a parte de



Porcar.

Rio Una, pequeno Rio, proximo da Porcaçu do mesmo nome, duas leguas distante da Villa, ao S. N. E. da mesma, sobre elle existe a ponte de Una.

Rio Meahype, proximo da Porcaçu do mesmo nome, quando aberto é defieel e perigosa sua passagem com a maré Cheia. Caxahy, ribeiro que existe na estrada alem da Porcaçu de Una, quando Cheia priva a passagem na estrada que vai sair na praia da ponta da fucta.

Ribeiro doce, riacho que desagua na praia da Ponta da Fucta e serve de diresa aos municípios de Guarapari e Villa do Espírito Santo.

Abahy, corrego que desagua na praia a lem de Meahype, quando aberto nao priva sua passagem.

Gracahy, pequena lagua, que existe na praia do mesmo nome meia legua distante da Villa, do lado de Sul, abri barra e feza em poucos dias.

Aliro, vada que existe no lugar Alder ~~Villa~~, mandado abor por autorsação da Prudencia da Provincia.

Muy-Ba, lagua que existe 3 leguas ao Sul da Villa na praia a lem de Meahype, e serve de

divisa dos municípios de Guarapari e Benedito, abe grande barra, que desaguam no mar, tornando impossível sua passagem durante o tempo que se conserva aberta.

Salubridade.

O município é geralmente salubre, raras são as cases de moléstias, que mereça alguma attenção.

Mineraes.

Os mineraes mais conhecidos neste município são: pedras de construção, barro de alvura, pedra calcária e gesso.

Madeira

As madeiras mais conhecidas e empregadas em diversas obras de construção e marcenaria neste município são: Aroeira do cutão, Anelã-dei, arapacou, almocica, angelim amargoso, angelim doce, angelim pedra, angelim rosa, angelim cico, aparajii, a derno, arariba, araribã, araribã rosa, amarello, amarello abobora, amarello testa de boi, araticum, batatoma, Cicuhiba, camara, canjingá, canella branca, canella jive, canella sacafas, canella limão, canella alio, canella tapinimbom, canella cheiroza, canella



funcho, canela preta, Carneiro,
 capybara, canjirana, careta, e
 reguera, copatylba, caporocca cida,
 Cabiuna, Cobi monjolo, Coby fava,
 estopura, faia, funcho, garain
 na ruiva, garaiuna preta, gua
 rabu, goity, grafnapunha, gov
 treica, gompado, gurataca, gu
 ranhem ou piã de ei, guararaba
 guarandicavaltho, guarancirana,
 gabinta de reço, guaramary,
 homem branco, imberema
 iã caruru, inhoiba, ipi tabaco
 ipi preto, juruatyba, jetyty,
 jacatupê m mangalô, jiquitiba,
 jatahy preta, jera cation, jaca
 randa preto, jacaranda sui,
 jacaranda sipo, jacaranda ca
 biuna, touro branco, touro preto,
 laranja brava, maçaranduba,
 moctatylba, mieda nova,
 mululo, maracanalylba ruiva,
 maracanalylba barata, olio
 prado, olio vermelho, piã ferr
 peroba, piã peneira, piã piã
 do, piratylba puruna, piã ba
 sil, piã d'alto, prequissã, piã
 coço, piã d'arco, rochinho, syen.
 pura, sapucaia, sobro, saecum
 nha, sebartim d'arunda, sa ca
 far, tatu, taniriba, talyceca
 ubapreba, vinhatico, virote.

Animais silves
 tres.

Anta, barbas, bacalhã, cai-

tatu, coelhos, capivara, cutia,
 gato do mato, irara, lagarto, ma-
 caco, mico, porco do mato, paca,
 preta, quati, mirim, quati, mon-
 deo, tatu ite, tatu chuma, tatu
 preta, tatu acui, onca tigre,
 onca suçuarana, veado campri-
 na, veado da mata. Quanto
 as aves se encontram nas matas:
 arara, aracuã, araponga, ara-
 cam, ciscão, inhabi, juriti,
 jacutinga, jacupema, gavião ga-
 rapinhem, jacu, macuco, fravã,
 pomba trica, pomba sola, perqui-
 to, papagaio, tu cano, e arabi.
 No litoral se encontram, tigi, anin-
 mirim, anin corin, bentão, siri-
 ra, teclã, mande e dia, papaver,
 saby de bando, saby de encontro, ma-
 riã do lenc, martinho pescador,
 soco, gaica, cambucira, saby, pinto,
 sanhaçu, curico, mirim, curico-
 mo do mangue, quacha, macarico
 aty, andorinha, acurã, eucija,
 bicudo, pato do mato, arê, pica-
 ca, verumeira, piuminho do campo
 marica, toriba, turperia, maeta, pa-
 pajã, coneon e rindein. As aves can-
 tosas são: curario, sabia, encontro,
 gaturamo, colera e bicudo.
 As abelhas formam excellentes mel, são
 são: jatã, mumbuca, urucui mirim,
 urucui grande, tuchiba e tatahyra.
 O mar fornece diversa espe-
 cie de peixe: Agulha, anã, bacá-
 thão, badejo, baiaçu, boca de betha,
 bonito, bodião, bague, bejupirã, bar



budô, bixuda, bom nome, botô, cabu-
 nha, cacã, da arca, cacã, bogn, cacã
 viola, cacã, apadante, cacã, tintureiro,
 cabeça dura, canhanha, caramuri, ca-
 ranha, carapeba, cotã, carupia, cara-
 tanga, cavalla, Chariv, Charilete, Churne
 Chicharro, corcoroa, Churnte, ciara, cor-
 vina, dardo, dourado, enxova, espada,
 gado, garoupa, quahibirã, hujã, je-
 requite, jôu grua, lula, manjista (de
 varias especies), maracapiba, mere, mi-
 chole, moria, murucutuca, namorado,
 olete, olho de cão, olho de boi, palom-
 beta, papateira, pargo, pescadinha
 pescada branca, pescada amarela
 pescada guana, pequirol, pirituma
 punta no rabo, polvo, praticano, pra-
 tipema, quira, rialta, robalo peba
 robalo puei, roncador, samidocara
 dardo, sambetara, sargo de beico, sar-
 go de dente, senhor de engenho, tainha
 taboca, ubarana, vermecho, vento leste
 e ocidente, e nos rios se encontra acará,
 jundiã, trahira, morobã e camarão.

Fructas silvestres

Caji, quiaba, aracô, pitanga, sapucaia
 maracujã, cambuim, gabiroba, sacumbian
 pitoma, maracujã, porunga, jambo, peruz.

Historia

A Villa de Guarapari foi fundada
 em 1585. O Pontão de São João, con-
 ferio por Provisão de 1 de Janeiro de 1679
 o título de Villa, e esta se uniu a si
 ligar no 1 de Março de dito anno, sendo
 nesse dia registada na Camara.

municipal a carta de sua fundação entregue pelo Donatário e Governador Francisco Fel de Araujo.

Em 1677 levantou esse Governador uma Igreja no alto do morro a Leste da Vila, e dedicou-a a Virgem da Conceição, hoje acham-se ella abandonada. Em 11 de Janeiro de 1655 foi elevada a este gráo de Parochia, sendo o seu primeiro parochico chamado o Padre Antonio Estevão de Leão.

Por Provisão de 4 de Janeiro de 1751 foi concedido ao Arcebispo Antonio de Sequeira Quintal para edificar nesta Vila uma capella com o título "Santissimo Coração de Jesus" o qual realisou.

Por ordem da ^{Em} Presidencia da Provincia em 1878, quanto Presidente o Doutor Manoel da Silva Mafra, foi mandado abandonar a Igreja levantada em 1677 por se achar prestes a desabar, e se construir a do Santissimo Coração de Jesus. A obra teve principio a 18 de Março de 1879 e ultimada a 20 de Agosto de 1880, tendo tido no dia 21 do mesmo mes as cerimoniaes religiosas de seu benzeimento, segundo de em tão para ed o edificio de Igreja dedicada a Virgem da Conceição.

Pela Provisão do Donatario Francisco Fel de Araujo de 1 de Janeiro de 1679 foi dada como patrimonio a Cammou Municipal, seis leguas de terreno que commencavam da Ponta da Funct do lugar Ribeiro Pass, para o Sul.

No anno de 1845 foi construida sobre



e Ser Tevea uma ponte de madeira com
pedregos de pedra e cal.

O Relator da Prudencia da Provincia do
anno de 1847 diz: O Barão de Itapemirim
mandou construir uma ponte sobre o
Rio Urua, e offerceu a Camara Muni-
cipal para o uso publico, esta ponte ten-
do se entregado não dando mais passa-
gem, o Presidente da Provincia Luiz Pe-
dreiro do Couto Ferraz, mandou levan-
tar a planta e orçamento de um ater-
rade com pontilhão e ordenou a Cama-
ra que puzesse em arrematação essa
obra. Não apparendo arrematante por
se achou muito baixo o orçamento.

A Camara Municipal informou não
ser conveniente a dita obra no lugar
das ruínas, que mais aproveitaria
a construcção de uma nova ponte
em outro lugar, em que o Rio offerce
mais commodidade e segurança.
Ordenou o Presidente que levantasse a
planta e orçamento da nova ponte
e mandou a Assemblia para resol-
ver como julgar-se conveniente fa-
zendo o mesmo Ex. Sr. ponderar que
era uma obra ariz necessária
Foi ella construida em 1850.

O Relatoria da Prudencia, do anno de 1850,
lomba uma ponte sobre o Rio Macajipe.
Foi contratada a obra com Francisco Pe-
reira de Siqueira, que a fez, diz o Re-
latorio de 1855.

A Lei Provincial n.º 27 de 24 de julho
de 1855, autorizou a Camara Muni-
cipal a compra de um terreno
para fazer uma praça no campo

da Itapera. Hoje Praça da Concórdia
A Lei Provincial n.º 10 de 25 de Julho
de 1850 autorizou o presidente da
Província a contratar com a com-
panhia Espinho Santo e Campos pa-
ra o toque dos vapores neste porto.
A Lei Provincial n.º 35 de 1858 auto-
rizou a construção do porto de lugar
Malacia, foi ultimada esta obra
a 31 de Dezembro de 1870
A Lei Provincial n.º 55 de 4 de Decem-
bro de 1872 mandou construir qua-
tro pontões sobre os rios Jabuty
e Jurunga.

Pertencem a esta Villa sete Povoações:
Machype - Mdeia Vittor, Jabuty, Mu-
quicaba, Poyca, Alna e Campo Grande.

Topographia.

Esta Villa é maritima e situada
a 20° 43' de lat. e 42° 53' de long. O.
meridiano de Paris, e de latido sul
do Rio Guarapari, em pouca eleva-
ção e plana, bem ventilada, e
por isso sadia. As rias são geral-
mente tortuosas e largas. A maior
parte das cascas das terras ha-
vendo pouco algum sobrado, são
seus principaes edificios a Igreja
Matriz, e a Cam. da Câmara que é
de um sobrado servindo a parte
terria para cadeia.

População

Segundo o ultimo recenseamento
Conta a população 3188 almas,
hoje existe maior numero.



Agricultura

Sapucaia. Consiste de café, canna e amêndoas, mandioca, algodão, milho, arroz, mamona e feijão. Também se cultivam algumas espécies de fructas: laranja, lúma, romã, pérego, ananás, melancia, abóbora e outras fructas hortenseas a lém de diversos legumes.

Industria fabril

Consiste em fawnha de mandioca, telha e cal de concha.

Commercio.

A reportação limita-se ao café, milho, feijão, fawnha de mandioca, arroz, algodão e flexas.

Instrucção

Para a instrucção a este creche nos seguintes pontos:

Villa, uma de sexo masculino

Villa, uma de sexo feminino.

Muriquiba uma de sexo masculino.

Campo Grande uma de sexo masculino.

Aldia Villa uma de sexo masculino.

Jabutyr, uma de sexo masculino.

Rio Grande, uma de sexo masculino.

Divisão eclesiastica

Existem neste municipio a divisaõ do Rio de Janeiro e compoem-se de uma só Parochia.

Obras Publicas

Piso da Camara e Cadia, Igreja

Matur, e quatro pontes.

Distancia

Distancia esta Villa da Capital da Provincia
oito leguas ao Sul.

Distancia esta Villa ao Sul da Povoação de Pau-
cas 17 1/2 legua.

Idem ao Norte da Povoação de Meipe
17 1/2 legua.

Idem a Leste da Povoação de Molia Velha
duas leguas.

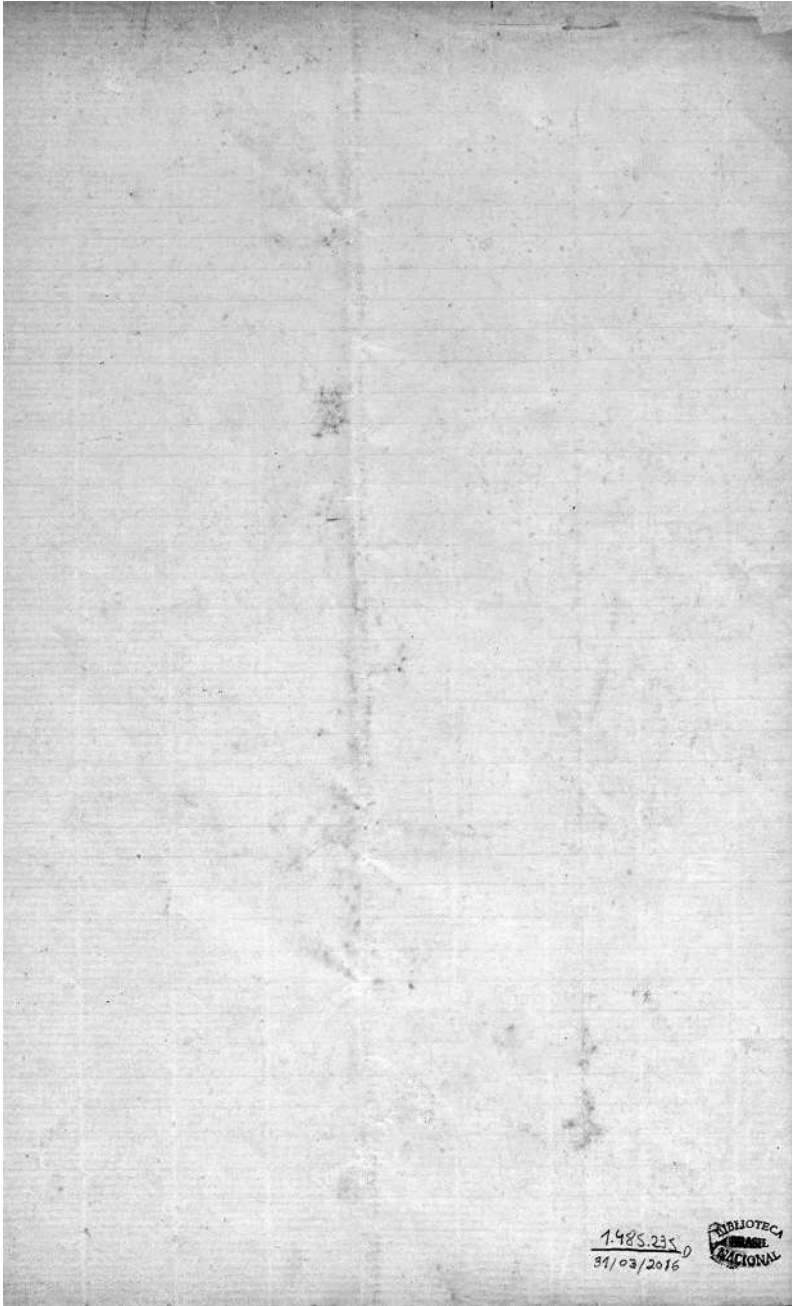
Idem ao Sul da Povoação de Una, duas
leguas.

Idem a Sueste da Povoação de Joduty
uma legua.

Idem a Leste da Povoação de Rio Gran-
de, quatro leguas.

Acto da Camara Municipal
de Guarapari 7 de Abril de
1881.

Pedro José Simões
Scriba Joaquin de S. Thiago
Gonçalves Joaquin de S. Thiago
José Luiz da Conceição
Municipl da Villa Simões



DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

75 ANOS DA ACADEMIA DE LETRAS DE VILA VELHA¹

Getúlio Marcos Pereira Neves

Senhor Presidente Horácio Xavier
Senhores integrantes da mesa
Amigas e amigos da Academia
Senhoras e senhores

Início minha breve fala proferindo uma obviedade: 75 anos não são 75 dias. Nos tempos que correm, toda e qualquer instituição que complete 75 anos de fundação é digna dos maiores aplausos. Mais ainda se se tratar de uma instituição de caráter privado, e que se dedique a cultivar a cultura, como esta Academia de Letras. Como, aliás, são essas organizações culturais, quaisquer que sejam as suas naturezas, espalhadas pelo Brasil afora.

O que é uma Academia de Letras? Uma instituição que tem a dúplice finalidade, que acaba se transformando em uma só, de guardar e de dar acesso à produção cultural considerada relevante. Por isso, o seu dúplice papel na divulgação da memória dos acadêmicos desaparecidos, o que os torna “imortais”, e o seu papel de catalisadora da produção de seus membros atuais, dando-lhes notoriedade. Mas Letras, aí, tem o sentido de ilustração, não o estritamente de literatura. Em tese, são admitidos em seus quadros pessoas dedicadas às várias áreas da produção do conhecimento. Como praticado entre nós, no Brasil, de fato, principalmente as Letras, e

¹ Fala proferida pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo na solenidade de 75 anos de fundação da Academia de Letras de Vila Velha realizada na sede da ALVV em 7 de março de 2023.

dentre estas, principalmente as Belas Letras. Por isso essa profusão de poetas e de cronistas que se reúnem nessas casas literárias.

Ora, o que pretendiam em 1948 os fundadores da instituição que precedeu no tempo esta Academia de Letras de Vila Velha? Agregar pessoas que se congregassem à volta do conhecimento, das letras, em suma. Para discutir e para produzir. E para tanto se lembraram do nome de autor polêmico, mas acatado e muito em voga naquele então, o maranhense Humberto de Campos, da Academia Brasileira de Letras, que depois de dar nome à nossa associação por largo tempo, hoje em dia é o seu principal patrono.

Vila Velha, o ponto inicial e irradiador do que depois se tornaria “o capixaba”, ou seja, nós, com nossas características, nosso modo de vida e as crenças e aspirações comuns que constituem a nossa identidade, como sabemos, desde muito cedo perdeu a primazia da administração da terra para a vizinha Vila da Vitória, a Vila Nova. Ao longo do tempo esta Vila Velha sobreviveu, a duras penas, e até o início do século XX, como pouco mais que uma aldeia de pescadores. Mas guardando a memória do encontro inicial entre raças e culturas naquele 1535 e irradiando a fé que manteve toda essa porção de território, que se estendia para além do que hoje é o Espírito Santo, unido em torno de uma ideia fundante: a crença na intercessão da Senhora da Penha.

Então, embora outras localidades no Espírito Santo se intituem orgulhosamente de cidades das letras, dos escritores etc., em Vila Velha é que foi fundada a segunda Academia de Letras do Estado – não importa tenha ela sido formatada como centro cultural, os propósitos são os mesmos. Precedeu-a a Academia Espírito-santense, que é de 1921. Foi, insistamos neste ponto, a primeira instituição de âmbito municipal voltada ao cultivo das letras no Espírito Santo. Hoje, dedicada principalmente ao incentivo à leitura, realiza atividades culturais de cunho variado, onde se destaca o sarau que,

democraticamente, permite a todos que mostrem a sua produção pessoal. Quem sabe até, não é nos saraus que começam a tomar forma e a fortalecer-se futuras candidaturas para a nossa Academia? Fomentando com o sarau o gosto pela leitura de outros autores e pela produção própria, a Academia de Letras de Vila Velha está tratando de desenvolver nas pessoas um gosto pela expressão literária, o que é digno de aplauso.

No ano passado teve início em nossa Academia uma série de palestras, com periodicidade mensal, reunindo acadêmicos e outros autores para falarem de aspectos de suas obras. Variada e excelente programação, a que, infelizmente, nem sempre nos podemos fazer presentes. Neste ano, um ano especial para a ALVV, as palestras, sempre coordenadas pelo vice-presidente Ítalo Samuel, terão como tema não só a pessoa do acadêmico, o atual ocupante da cadeira, mas também o seu patrono, cumprindo, assim, um dos papéis das Academias de Letras, que é o de preservar feitos alheios no campo literário.

Como vemos aqui hoje, vai muito bem a nossa vetusta Academia de Letras de Vila Velha. Moderna, renovada, animada pelas novas aquisições de acadêmicos, cumprindo papel relevante na comunidade onde se insere, fomentando o convívio ameno entre os confrades para que desse encontro de ânimos surjam novas ideias, novas produções. Que muitas outras atividades venham ao longo de muitos anos mais, não importa quantos, para que a cidade que é o berço da cultura capixaba continue a ser um importante polo do seu cultivo.

Como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo abraço o presidente Horácio Xavier, sua dedicada Diretoria e a cada um dos confrades e confreiras desta Casa.

Parabéns a todos.

Elogio dos associados falecidos¹

Manoel Goes Neto

Boa noite a todas e a todos.

Dando prosseguimento à pauta da nossa Sessão Solene, passemos agora ao 4º item, Elogio dos Associados Falecidos:

Dr^a Itajacy Andrade Dornelas

Nascida em 07 de junho de 1939, na cidade de Guaçuí, ES. Falecido em 17 de janeiro de 2023 em Vitória ES, aos 84 anos.

Promotora de Justiça, sendo agraciado com a medalha Renato Pacheco, e o título de Cidadão Vitorienense. Nomeada em caráter efetivo no cargo de promotora substituta em 1980. Com carreira brilhante na Promotoria sendo designada chefe da Procuradoria de Justiça Recursal no período de setembro de 2001 à setembro de 2002. Aposentou-se em 2008, passando a se dedicar à sua segunda paixão depois do Ministério Público, a pintura, óleo sobre tela e texturas, retratando as paisagens da Rota Imperial no ES. Sua primeira mostra foi em 2008, com o título “Espírito Santo em cores e emoção” que vendeu 19 telas. Usava as vendas das suas obras para doações às instituições de caridade.

José Carlos Monjardim Cavalcante (Cacau Monjardim)

Permitam-me: “o maior dos capixabas”, considerado por muitos, no que eu faço coro.

Nascido na capital dos capixabas Vitória em 30 de setembro de 1929, falecido em Vitória no dia 18 de outubro de 2022, aos 93 anos.

¹ Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 12 de junho de 2023.

Bacharel em Direito, jornalista, escritor e empresário, membro da Academia Espírito-santense de Letras. Agraciado com a Comenda Jerônimo Monteiro, com a medalha Professor Kosciusko Barbosa Leão da Academia Espírito-santense de Letras e com a medalha da Associação Espírito-santense de Imprensa.

Ficou famoso pela célebre frase “moqueca é capixaba, o resto é peixada”, e completava “panela de barro só as de Goiabeiras, o resto é tralha de cozinha”. O Dia da Moqueca foi criado em homenagem ao seu aniversário, em 30 de setembro. Dirigiu jornais, revistas e emissoras. Atuou como publicitário e técnico em turismo.

Verdadeiro embaixador do turismo capixaba, ícone da comunicação e do capixabismo, sempre exaltando o amor pela nossa terra. Um grande capixaba, repito: o maior de todos!

Luiz Ferraz Moulin

Nascido na cidade de Guaçuí em 15 de janeiro de 1948, falecido em Guaçuí no dia 02 de fevereiro de 2023, aos 75 anos.

Advogado, sociólogo, formado na Universidade de Paris. Eleito duas vezes como prefeito da cidade de Guaçuí, nos períodos de 1983 a 1986 e de 1993 a 1996. Foi Secretário de Estado em quatro ocasiões, passando pelas pastas do Meio Ambiente, Saúde e Justiça. Vasta experiência na área ambiental. Foi diretor de Meio Ambiente da Cesan Companhia Espírito Santense de Saneamento. Reconhecido com o título de Cidadão Vitoriense, membro da Academia Guaçuicense de Letras.

Dom Luiz Mancilha Vilela

Nascido na cidade de Pouso Alto, Minas Gerais em 06 de maio de 1942. Falecido em 23 de agosto de 2022, aos 80 anos de idade, em Vitória, ES.

Foi um bispo católico, arcebispo emérito de Vitória. Fez estudos de filosofia no Instituto Sagrados Corações, em Pindamonhan-

gaba, São Paulo, e de teologia na PUC de Belo Horizonte, MG. Foi ordenado padre em 1968 em Belo Horizonte.

Em 1985 o Papa João Paulo II o nomeou bispo de Cachoeiro de Itapemirim. Dezessete anos depois em 2002, foi nomeado arcebispo de Vitória pelo Papa João Paulo II. Na sua posse ele destacou que a sua missão era evangelizar da melhor forma e, assim, **“queria que todos fossem felizes”**. Em 2017, aos 75 anos, idade estabelecida pelo Código de Direito Canônico para a apresentação da renúncia por idade, o que foi acolhida pelo Papa Francisco em 2019. Sendo sucedido pelo atual Dom Dario Campos.

Foi um religioso empreendedor e autor de três livros. Reconhecido com a medalha Renato Pacheco do IHGES, recebeu a Comenda Jeronimo Monteiro, foi reconhecido Cidadão Vitorienense, dentre outras homenagens.

Dom Luiz Mancilha foi uma grande liderança que deixa um legado para a história do Espírito Santo.

Professor Dr. Romulo Augusto Penina

Nascido na cidade de Vitória, ES em 06 de maio de 1935. Falecido em 20 de setembro de 2022, em Vitória aos 87 anos em Vitória.

Dentista por formação, professor e professor na Universidade Federal do Espírito Santo por 35 anos, **Reitor Emérito da UFES**, tendo sido reitor por dois mandatos nos períodos de 1980 a 1984, **período que me graduei Bacharel em Administração – 1982 – tendo ele presidido a nossa colação de grau**. E um segundo mandato de 1988 à 1992.

Em seu primeiro mandato o professor Penina dedicou atenção especial à função social da Universidade, especialmente à assistência hospitalar e ao atendimento para a população vulnerável por meio da clínica integrada odontológica. Construiu o Centro de Processamento de Dados e a conclusão da Biblioteca Central e Res-

taurante Universitário. Um grande incentivador também das artes, implantou a Criarte, música e teatro, avançando nas questões socioculturais com o Cineclube Universitário e eventos de lançamentos de discos LPs de músicas capixabas. Um período de grandes realizações e beneficiamentos no Campus UFES Goiabeiras.

Sócio Fundador da Faculdade Multivix, um grande apoiador da educação.

Dr. Zaluar Dias Filho

Nascido em Vitória, em 05 de abril de 1936, faleceu em Vila Velha em 16 de junho de 2022 aos 86 anos

Formado pela Faculdade de Direito da UFES

Foi revisor e noticiário em A Gazeta e auxiliar de Contabilidade do Porto de Vitória.

Professor de Prática Jurídica na Escola Técnica de Comércio Domingos Martins. Conselheiro da OAB Seção do ES.

Juiz Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral do ES.

Foi promovido para o Juizado Especial Criminal de Vila Velha, Comarca da Capital, onde atuou até a sua aposentadoria com 70 anos de idade no ano de 2006.

Extensa atividade como titular do Escritório de Advocacia Zaluar Dias

Reconhecido com a medalha da Associação Espírito-santense de Imprensa. Cidadão Guarapariense e Cidadão Kennedense.

Finalizo com uma citação de Chico Xavier:

“Gostaria de dizer pra você que

Viva como quem sabe que vai morrer um dia

E que morra como quem soube viver direito.”

DISCURSO DE POSSE

Romulo Felipe

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, doutor Getúlio Marcos Pereira Neves, e demais membros da diretoria.

Autoridades presentes, caros consócios,
Senhoras e senhores,

**“Decifrar o nosso passado é a árdua missão
delegada a todos aqui, para que não sejamos
devorados pelo caos do esquecimento.
Da deslembração. Do olvidamento”**

Antes de mais nada, ensejo felicidade e parabenizo os demais novos consócios pela admissão nessa fenomenal casa guardiã das memórias desta terra e deste povo. São eles, como todos bem o sabem: Bárbara Pérez, Luiz Paulo Siqueira Rangel, Marcos André Malta Dantas, Patrícia Pereira Neves e Cezar Tadeu Ronchi Júnior.

Cícero arquejou, sem delongas, em um tempo desafiador, que “a história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos”. Há de dis-

¹ Discurso de posse do associado Romulo Felipe no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, proferido na Sessão Solene realizada em 12 de junho de 2023.

cordar? Não aqui, não nesta casa que é a guardiã da historicidade capixaba, dos pormenores de tempos passados, soterrados e esquecidos, e por conseguinte guardiã de um Brasil com seus insistentes lapsos de desmemória.

Porque, embora saibamos todos, faz-se crucial que homens e mulheres comprometam-se com as cousas da História para que não sejamos sucumbidos pelo esquecimento das nossas próprias. E é aqui, neste centenário Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, fundado 106 anos atrás — a mais antiga e comprometida instituição cultural do Estado — que os tempos doutrora fincam raízes mais profundas.

Dostoyevsky questionou certa feita: “como você pode viver e não ter uma história para contar?”. Com ousadia o parafraseio e vou além: “como podemos viver sem contarmos a nossa própria história? Sem contarmos o conjunto de conhecimento armazenado no baú do tempo?”.

Passado não é atraso, como tresloucam muitos, mas representa evolução sob o prisma da vida. Evocar o conhecimento através da investigação, a essência desta “Casa do Espírito Santo”, significa que as luzes da verdade sejam despejadas no presente e que pontuem o poder da excelssitude histórica no futuro.

Vejam, confrades e confreiras: somos frutos do tempo — inequívoco dizer. Principiamos pelo individual e saltamos para o coletivo humano. A história pluraliza-se antes mesmo do nascimento de um único ser humano. Ali, logo que concebido e revigorado dia após dia no útero materno, o pequeno ser catalisa a História da própria humanidade. Epicentro é o que é. Torna-se o centro histórico do mundo. Cada um de nós assim o foi e assim o é.

“Escrever a história é um modo de nos livrarmos do passado”, exasperou Goethe. O alemão tinha lá suas razões, mas este livramento do qual tergiversa nada mais é do que a organização das pra-

teleiras do tempo, para que cada fato histórico — com seus personagens intrigantes, suas geografias distintas e seus acontecimentos fartos ou inglórios — seja posto em seu devido lugar. A história, senhores e senhoras, não deve repousar em um cafarnaum que vagueia pelos caminhos do esquecimento.

Olho para o passado remoto e, como não poderia deixar de ser, testemunho a minha própria história. De como o meu bisavô vêneto Antonio Filippi, fugindo, entre outras, de uma inequívoca Guerra da Eritreia (com batalhas na Etiópia e Sudão) zarpou do porto de Gênova e aportou no Brasil em 1889, um ano após a Lei Áurea. Pôs os pés, e toda a sua bravura e medo, nas terras de Anchieta, dois anos após deixar de ser Vila Benevente.

Ficaram para trás a mãe Tereza Filippi, o irmão Fulvio Filippi, o pai Giuseppe Filippi e o avô Rinaldo Filippi. Antonio, avô do meu pai, o primeiro dos Filippi que por aqui chegaram, não tardou a casar-se com a lombarda Maria Cavallini dentre os pilares jesuíticos da Matriz de Nossa Senhora de Assunção em 16 de fevereiro de 1890, igreja erguida pelo próprio Padre Anchieta, hoje Santuário Nacional e patrimônio indelével da nossa história.

Com crianças de colo, meus bisavós não tardaram para cortar as trilhas infundáveis da mata de altitude até o lugar que receberam na Nova República: alguns alqueires de terra nos quinhões do hoje município de Vargem Alta. Assim brotou a comunidade de Capivara. Está guardado na memória que Antonio Filippi precisava acender fogueiras no entorno da pequena choupana, erguida no meio da floresta, para afastar as onças que a circundavam, atiçadas pelo choro dos bebês.

E assim, modestamente, a minha própria história foi e é construída ao longo de dois séculos. Através do que as minhas pesquisas permitem, descendo o mais longínquo que sei: de Rinaldo Filippi (nato em 1810), pai de Giuseppe Filippi (nato em 1845), pai de An-

tonio Filippi (nato em 1867), pai de Maximiliano Felipe (nato em 1910), pai de Eunides Felipe (nato em 1941), pai de Romulo Felipe (nato em 1974) e este, que vos fala, pai de Romulo, Giuseppe e Gianluca Felipe.

A minha própria linha do tempo é prova inexorável de que para montarmos o quebra-cabeças da História do mundo e da humanidade há a essencialidade de contribuirmos com as nossas próprias memórias familiares e unilaterais. Sem uma peça que seja, esse “quebra-cabeças” chamado tempo seguirá incompleto. E, por consequência, seu tabuleiro cairá no esquecimento.

Cabe àqueles que amam, que pesquisam, que se debruçam sobre as gotículas históricas não permitir que o próprio tempo devore as memórias do mundo. Bem disse Exupéry: “você é o piloto da história. Você é aquele que cria e conta as histórias para aqueles que não puderam estar presentes”.

Zelar pela história é uma ação indeclinável. Verdadeiro chamamento para um instituto que é guardião das memórias do país e do Espírito Santo. É, indubitavelmente, uma das grandes honrarias da minha vida. Orgulho profundo de integrar hoje duas casas centenárias zeladoras da nossa cultura: a Academia Espírito-santense de Letras, sob a cátedra 9, e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Justo essa instituição que coleciona em suas fileiras alguns cachoeirenses brilhantes, filhos da minha terra natal: nomes como o artista plástico Levino Fanzeres, nascido em 1884 no Rio mas radicado cachoeirense; o jornalista Mário Corte Imperial, nascido em 1883; o político Bernardino Monteiro, que nasceu em 1864; e escritores como Evandro Moreira, Manoel Gonçalves Maciel, João Baptista Herkenhoff, Athayr Cagnin e Isabel Lacerda Salviano.

Da mesma forma a ‘Casa do Espírito Santo’ abriga alguns dos vultos mais importantes da cultura capixaba, tais como Afonso

Cláudio, Carlos Xavier Paes Barreto, Almeida Cousin, Augusto Lins, Eurípides Queiroz do Valle, Guilherme Santos Neves, Hermógenes Lima Fonseca, Elmo Elton, Renato José Costa Pacheco, Miguel Depps Tallon e Augusto Rush, entre outros.

Aproveito para homenagear aquele que, mais do que um irmão, fora um mestre para mim e motivo de orgulho para esta instituição – o historiador e sociólogo Luiz Ferraz Moulin. Ele que há pouco nos deixou. Um dos grandes pensadores capixabas, que amava a nossa História com toda a punjança de sua alma. Que São Miguel Arcanjo o guarde, dom Moulin!

Pela importância do instituto para a preservação da nossa história, somada aos intelectuais que aqui estão e que por aqui passaram nesse mais de um século de fundação, sei que tenho um compromisso irrefragável em contribuir para o nosso Estado. E assim será, porque crio piamente que história e destino estão de alguma forma entrelaçados.

Minhas homenagens aos idealizadores do nosso IHGES - Carlos Xavier Paes Barreto, Archimino Martins de Mattos e Antonio Francisco Athayde (este último seu primeiro presidente, 106 anos atrás). Gratidão ao trabalho incansável realizado pela diretoria, muito bem capitaneada pelo presidente Getúlio Neves.

Nosso patrono Domingos José Martins, nascido no vilarejo de Caxangá e fuzilado na Bahia em 1817 como um dos líderes e heróis da Revolução, escrevera as suas últimas palavras dedicadas à Pátria e à esposa Maria Teodora: “Na morte, entre ambas repartido/ será de uma o suspiro derradeiro/ e da outra há de ser final gemido...”

Que, imbuídos da força, fé e paixão de Domingos Martins, não permitamos que a nossa História seja fragmentada e, tal qual poeira, esquecida pelo avançar do tempo. A ampulheta histórica segue implacável. Decifrar o nosso passado é a árdua missão delegada a todos aqui, para que não sejamos devorados pelo caos do esqueci-

mento. Da deslembração. Do olvidamento. Siga sendo o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o baluarte, a cidadela, o escudo das nossas memórias no descortinar dos séculos!

RELATÓRIO
DE
GESTÃO

RELATÓRIO DA GESTÃO 2020-2023

No ano de 2020 abateu-se sobre a humanidade o flagelo da pandemia de covid-19, determinando o isolamento das pessoas e o encerramento de atividades. As comunicações, reuniões e demais atividades se fizeram no período de forma remota, o que foi favorecido pelo desenvolvimento de meios tecnológicos apropriados. Em virtude das circunstâncias, os mandatos dos dirigentes de associações, fundações e entidades congêneres foram prorrogados por lei federal, que inclusive simplificou procedimentos de registro cartorário. Após dois adiamentos, determinados pelo recrudescimento das condições sanitárias, a Assembleia Geral de 2020 foi finalmente realizada em novembro, ao ar livre, no pátio da Biblioteca Pública Municipal de Vitória, e reconduziu à presidência e vice-presidências os mesmos associados que tinham ocupado os cargos na gestão anterior.

No início da nova gestão a Diretoria continuou a se reunir de maneira remota, mesma forma de realização da XXIV Dezembrada, quando foi divulgado para os presentes o 77.º número da *Revista do IHGES*. Por conta das severas restrições não se realizara a sessão solene do mês de junho, tendo a passagem dos 104 anos de fundação do IHGES sido lembrada pelo presidente num curto vídeo postado nas redes sociais da Casa. Durante o ano, mesmo sob condições adversas, os pesquisadores do Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica mantiveram-se produtivos, tendo sido publicados dois números da Revista Genea.

Em 2021 as condições mantiveram-se inalteradas durante todo o ano. A realização de atividades por meio de plataformas de internet tornou-se usual, tendo a Diretoria se reunido dessa maneira ao menos uma vez por mês para deliberar assuntos diversos. Aos poucos iam-se retomando as atividades culturais com o uso da tecno-

logia de comunicações, a exemplo de mesa redonda virtual alusiva ao centenário de fundação do município de Colatina. Também de forma remota realizou-se em junho a sessão solene pelos 105 anos de fundação, tendo sido lembrados nas redes sociais os 40 anos da sede atual do IHGES e o centenário de fundação da Academia Espírito-santense de Letras. Por conta da última efeméride associados da Casa que ostentam também a condição de acadêmicos se fizeram presentes à Catedral Metropolitana de Vitória para uma saudação ao primeiro presidente da casa co-irmã, o associado falecido Dom Benedito Paulo Alves de Souza, proferida pelo presidente do IHGES. A atividade contou com a presença do Arcebispo Metropolitano e o Pároco da Catedral.

A XXV Dezembrada, realizada na nossa sede em dezembro de 2021, marcou o retorno às atividades presenciais, com o lançamento da *Revista do IHGES* e a publicação do site da casa, a cargo do associado Pedro J. Nunes, no endereço www.ihges.org.br.

Em 2022 verificou-se o retorno à normalidade na realização de reuniões e eventos culturais, registrando-se uma queda, já esperada, na frequência de associados e na arrecadação das semestralidades. Ainda assim, inúmeras reuniões e atividades foram realizadas, dando-se continuidade ao regular funcionamento da instituição. A XXVI Dezembrada foi realizada na Biblioteca Pública Municipal de Vitória, tendo sido lançado o 79.º número da *Revista* e publicações de associados e não associados.

No primeiro semestre de 2023 as atividades prosseguiram, tendo sido eleita nova Diretoria na Assembleia Geral realizada em 24/05.

Conforme referido, no período foram lançados três números da *Revista*. As atividades continuaram a ser sumariadas ao final de cada ano na publicação “(Ano) em Revista”, encaminhada aos associados por e-mail e publicada no site.

Atividades desenvolvidas

2021

02/09/2021 – Mesa redonda Centenário de Colatina, reunindo os associados Adilson Vilaça, José Luiz Pizzol e Olney Braga;

2022

13/04/2022 – palestra sobre os 160 anos de nascimento do associado falecido professor Amâncio Pereira, pelo associado Francisco Aurélio Ribeiro;

01/06/2022 – palestra “Arqueologia e ocupação humana no Espírito Santo: um panorama geral”, pelo associado Henrique Valadares;

20/06/2022 – mesa redonda “Aspectos da Independência no Espírito Santo”, tendo o associado Fernando Achiamé falado sobre “A contrarrevolução da independência na província do Espírito Santo” e o associado Getúlio Marcos Pereira Neves sobre “Gabriel Bittencourt e a independência no Espírito Santo”;

24/08/2022 – palestra “As crônicas e os mapas: a construção da cartografia do Espírito Santo através dos relatos do século XVII”, pelo associado Fábio Paiva Reis;

27/09/2022 – sessão especial pelos 200 anos de Independência do Brasil com a comunicação “Sob fogos e armas: a independência no Espírito Santo (1822-1823)” pela associada Adriana Pereira Campos. Na ocasião o associado Geraldo Magela da Silva Araújo lançou *Breve memória sobre a independência do Brasil*, reunindo sob sua organização textos do padre Francisco Antunes de Siqueira;

19/10/2022 – numa roda de conversa os associados Fernando Achiamé e Marisa Neves Guimarães falaram sobre sua atividade de organização do recém-lançado livro *Praia do Canto: a vida das ruas*.

30/09/2022 – palestra “São Mateus: fundação da vila, o porto e a farinha de mandioca nos séculos XVIII e XIX”, pelo associado Tiago de Matos Alves.

2023

29/03/2023 – palestra “A História como inovação social”, pelo associado João Gualberto Vasconcelos;

19/04/2023 – palestra “Palácios e poeiras: história e memória das salas de cinema do Espírito Santo”, pelo associado André Malverdes;

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na gráfica GSA, Vitória-ES, em Dezembro de 2023

Tiragem: 150 exemplares.